



RELATÓRIO DE GESTÃO

RELATÓRIO DE GESTÃO EXERCÍCIO 2022

Relatório de Gestão do exercício de 2022, apresentado aos órgãos de controle interno e externo e à sociedade, como prestação de contas anual a que esta Unidade Prestadora de Contas (UPC) está obrigada, nos termos do parágrafo único do art. 70 da Constituição Federal, elaborado de acordo com as disposições da Instrução Normativa nº 84/2020, das Decisões Normativas nºs 84/2020 e 198/2022 e Portaria nº 49/2022, do Tribunal de Contas da União (TCU).

Brasília - DF, 2023

AGÊNCIA ESPACIAL BRASILEIRA

Presidente

Carlos Augusto Teixeira de Moura

Chefe de Gabinete

Leticia Vilani Morosino

Procurador-Chefe

Henrique Tróccoli Júnior

Assessor de Cooperação Internacional

Péricles Cardim da Silva

Assessor de Relações Institucionais e Comunicação

Andre Luis Barreto Paes

Auditora-Chefe Substituta

Priscila Hardman Rodrigues de Carvalho

Diretoria de Governança do Setor Espacial

Cristiano Augusto Trein

Diretoria de Inteligência Estratégica e Novos Negócios

Fábio França Silva Araújo

Diretoria de Gestão de Portfólio

Paulo Roberto Braga Barros

Diretoria de Planejamento, Orçamento e Administração

Aluísio Viveiros Camargo

Unidades Regionais:

Unidade Regional de Natal - RN

Danilo Sakay

Unidade Regional do Maranhão - MA

Thaís Durans Abreu

Unidade Regional de São José dos Campos - SP

Alexandre Macedo de Oliveira

Lista de Abreviaturas e Siglas

A3P - Agência Ambiental da Administração Pública

ABNT - Associação Brasileira de Normas Técnicas

ACS - Alcântara Cyclone Space

ACT - Acordo de Cooperação Técnica

AEB - Agência Espacial Brasileira

AGU - Advocacia-Geral da União

AIT - Atividades de Montagem, Integração e Testes

ANA - Agência Nacional de Águas

APF - Administração Pública Federal

AST - Acordo de Salvaguardas Tecnológicas

AUDIN - Auditoria Interna

BRICS - Brasil Rússia, Índia, China e África do Sul

BSC - Balanced Scorecard

CBERS - Satélite Sino-Brasileiro de Recursos Terrestres (sigla em inglês)

CDI-CEA - Comissão de Desenvolvimento Integrado para o Centro Espacial de Alcântara

CDPEB - Comitê de Desenvolvimento do Programa Espacial Brasileiro

CEA - Centro Espacial de Alcântara

CEAEB - Comissão de Ética da AEB

CEF - Caixa Econômica Federal

CENSIPAM - Centro Gestor e Operacional do Sistema de Proteção da Amazônia

CFC - Conselho Federal de Contabilidade

CEP - Comissão de Ética Pública

CGE - Comitê de Gestão Estratégica

CGU - Controladoria-Geral da União

CGU-PAD - Sistema de Gestão de Processos Disciplinares

CLA - Centro de Lançamento de Alcântara

CLBI - Centro de Lançamento da Barreira do Inferno

CNES - Centro Nacional de Estudos Espaciais

COBAE - Comissão Brasileira de Atividades Espaciais

COF - Coordenação de Orçamento e Finanças

COMAER - Comando da Aeronáutica

COR - Critical Operational Review

COSO - Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission

COM - Coordenação de Planejamento, Modernização e Informática

CPRIME - Centro de Projeto Integrado de Missões Espaciais

CRH - Coordenação de Recursos Humanos

CSL - Contribuição do Segmento Lançador

CSS - Contribuição do Segmento Satélite

CVT-Espacial - Centro Vocacional Tecnológico Espacial Augusto Severo

DAS - Direção e Assessoramento Superior

DCTA - Departamento de Ciência e Tecnologia Aeroespacial

DLR - Centro Espacial Alemão (sigla em alemão)

DOD - Departamento de Defesa dos EUA (sigla em inglês)

DOU - Diário Oficial União

DGSE - Diretoria de Governança do Setor Espacial

DPOA - Diretoria de Planejamento, Orçamento e Administração

DGEP - Diretoria de Gestão de Portfólio

DIEN - Diretoria de Inteligência Estratégica e Novos Negócios

DVP - Demonstração das Variações Patrimoniais

E2T - Espaço, Educação e Tecnologia

EDC - Coleta de Dados Ambientais (sigla em inglês)

ENAP - Escola Nacional de Administração Pública

ENE - Estratégia Nacional de Espaço

EQUARS - Satélite Científico para Monitoramento da Atmosfera Equatorial (sigla em inglês)

ESA - Agência Espacial Europeia (sigla em inglês)

E-SIC - Sistema Eletrônico do Serviço de Informações ao Cidadão

ETC - Estação Terrena de Cuiabá

ETEC - Encomendas Tecnológicas

EUA - Estados Unidos da América

FAA - Departamento de Aviação Federal Americana (sigla em inglês)

FAB - Força Aérea Brasileira

FCPE - Função Comissionada do Poder Executivo

FINEP - Financiadora de Estudos e Projetos

FPMPEB - Frente Parlamentar Mista para o Programa Espacial Brasileiro

GAOT - Grau de Autonomia Nacional em Imagens de Satélites de Observação da Terra

GDACT - Gratificação de Desempenho de Atividade de Ciência e Tecnologia

GSI - Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República

IAE - Instituto de Aeronáutica e Espaço

IFI - Instituto de Fomento e Coordenação Industrial

IFMA - Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Maranhão

IGASE - Índice de Ganho de Autonomia em Sistemas Espaciais

INPE - Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais

ISECG - Grupo de Coordenação da Exploração Espacial (sigla em inglês)

ISO - Organização Internacional de

ISRO - Organização Indiana de Pesquisa Espacial (sigla em inglês)

ITA - Instituto Tecnológico de Aeronáutica

JAXA - Agência Japonesa de Exploração Espacial (sigla em inglês)

LEO - Órbita Terrestre Baixa (sigla em inglês)

LEOP - Lançamento e Fase Inicial da Órbita

LIT - Laboratório de Integração e Testes

LNC - Levantamento de Necessidades de Capacitação

LOA - Lei Orçamentária Anual

MCTIC - Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações

MD - Ministério da Defesa

ME - Ministério da Economia

MECB - Missão Espacial Completa Brasileira

MRCEP - Módulo de Recuperação de Cargas Espaciais

MRE - Ministério das Relações Exteriores

NASA - Administração Nacional da Aeronáutica e Espaço (sigla em inglês)

NBC - Normas Brasileiras de Contabilidade

OBT - Observação da Terra

OCDE - Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico

ODE - Olimpíada de Desenvolvimento Espacial e Aplicações

ODS - Objetivos de Desenvolvimento Sustentável

ONU - Organização das Nações Unidas

PAC - Plano Anual de Contratações

PATT - Plano de Absorção e Transferência de Tecnologia

PBL - Aprendizagem Baseada em Problema (sigla em inglês)

PCASP - Plano de Contas Aplicado ao Serviços Público

PCD - Plataforma de Coleta de Dados

PDICEA - Programa de Desenvolvimento Integrado para o Centro Espacial de Alcântara Normalização (sigla em inglês)

PDR - Revisão Preliminar do Projeto (sigla em inglês)

PDTIC - Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicações

PD&I Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação

P&D Pesquisa e Desenvolvimento

PEB - Programa Espacial Brasileiro

PES - Programa Esplanada Sustentável

PESE - Programa Estratégico de Sistemas Espaciais

PETIC - Planejamento Estratégico de Tecnologia da Informação e Comunicação

PL - Patrimônio Líquido

PLS - Plano de Logística Sustentável

PMI - Project Management Institute

PMM - Plataforma Multimissão

PMP - Project Management Professional

PNAE - Programa Nacional de Atividades Espaciais

PND AE - Política Nacional de Desenvolvimento das Atividades Espaciais

PNE - Política Nacional de Espaço

POLIGRI - Política de Gestão de Riscos e Controles Internos

PPA - Plano Plurianual

PRF - Polícia Rodoviária Federal

PRR - Preliminary Requirement Review

PSM - Plataforma Suborbital de Microgravidade

ERA - Reunião de Avaliação da Estratégia

RKA - Agência Espacial Federal Russa (sigla em inglês)

R&C - Rastreio e Controle

RPNP - Restos a Pagar Não Processados

SANSA - Agência Nacional Espacial Sul-Africana (sigla em inglês)

SAR - Radar de Abertura Sintética (sigla em inglês)

SARA - Satélite de Reentrada Atmosférica

SCD - Satélite de Coleta de Dados

SEC - Secretaria Executiva do CGE

SEI - Sistema Eletrônico de Informação

SEBRAE - Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas

SENAI - Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial

SERPENS - Sistema Espacial para Realização de Pesquisa e Experimentos com Nanossatélites

SGDC - Satélite Geoestacionário de Defesa e Comunicações Estratégicas

SAI - Associação da Indústria de Satélite (sigla em inglês)

SIADS - Sistema Integrado de Gestão Patrimonial

SIAFI - Sistema Integrado de Administração Financeira

SIAPPE - Sistema Integrado de Administração de Pessoas

SIASG - Sistema de Administração de Serviços Gerais

SIC - Sistema de Informações de Custo

SINDAE - Sistema Nacional de Desenvolvimento das Atividades Espaciais

SIOP - Sistema Integrado de Orçamento e Planejamento

SISNAC - Sistema de Navegação e Controle

SISP - Sistema de Administração dos Recursos de Tecnologia da Informação

SNI - Sistema de Navegação Inercial

SPO - Setor Policial

SPOA - Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração

SPORT - Scintillation Prediction Observations Research Task

SPU - Secretaria de Patrimônio da União

TAS - Thales Alenia Space

TCU - Tribunal de Contas da União

TED - Termo de Execução Descentralizada

TIC - Tecnologia, Inovação e Comunicação

TMI - Torre Móvel de Integração

ToT - Transferência de Tecnologia (sigla em inglês)

UFSC - Universidade Federal de Santa Catarina

UNOOSA - Assuntos Relacionados ao Espaço Exterior (sigla em inglês)

UFMG - Universidade Federal de Minas Gerais

URMA - Unidade Regional de Alcântara – MA

URRN - Unidade Regional de Natal – RN

URSJC - Unidade Regional de São José dos Campos – SP

USG - Unidade Setorial de Gestão

UPC - Unidade Prestadora de Contas

VLM - Veículo Lançador de Microsatélites

VLS - Veículo Lançador de Satélites

VS - Veículo Suborbital

SUMÁRIO

MENSAGEM DO PRESIDENTE.....	9
-----------------------------	---

1. VISÃO GERAL ORGANIZACIONAL E AMBIENTE EXTERNO..... 11

1.1. PLANO ESTRATÉGICO 2020-2023	12
1.2. PLANO ESTRATÉGICO 2023-2026	13
1.3. ESTRUTURA ORGANIZACIONAL	14
REPRESENTANTES DA ALTA ADMINISTRAÇÃO - EXERCÍCIO 2022	16
1.4. CADEIA DE VALOR	18
1.5. MODELO DE NEGÓCIOS	19
1.6. POLÍTICAS E PROGRAMAS DE GOVERNO	20
1.7. AMBIENTE EXTERNO	21
1.8. COOPERAÇÃO INTERNACIONAL	25
1.9. MATERIALIDADE DAS INFORMAÇÕES.....	27

2. RISCOS, OPORTUNIDADES E PERSPECTIVAS..... 32

3. GOVERNANÇA, ESTRATÉGIA E ALOCAÇÃO DE RECURSOS..... 34

3.1. ESTRUTURA DE GOVERNANÇA	34
3.2. CANAIS DE COMUNICAÇÃO COM A SOCIEDADE E PARTES INTERESSADAS.....	35
3.3. CARTA DE SERVIÇOS E PLATAFORMA DE TRANSFORMAÇÃO DIGITAL	38
3.4. COMISSÃO DE ÉTICA	38

3.5. AUDITORIA INTERNA	39
3.6. ESTRUTURA DE GESTÃO E CONTROLE DE DEMANDAS JUDICIAIS	40
3.7. PERFIL DE GOVERNANÇA INSTITUCIONAL	40
3.8. RESULTADOS E DESEMPENHO DA GESTÃO	42
3.9. GOVERNANÇA DAS ATIVIDADES ESPACIAIS	49
3.10. RESULTADOS DA GESTÃO	53
3.11. ÁREAS ESPECIAIS DE GESTÃO.....	53
3.12. SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL.....	77

4. INFORMAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS, FINANCEIRAS E CONTÁBEIS..... 80

4.1. EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA	80
4.2. EXECUÇÃO FINANCEIRA	83
4.3. BASE DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES E DAS PRÁTICAS CONTÁBEIS.....	89
4.4. CONCLUSÕES AUDITORIAIS	99

ANEXO I - RESULTADO FINAL DO 12º CICLO DE ADI..... 102

ANEXO II - RESULTADO PARCIAL DO 13º CICLO DE ADI..... 104

ANEXOS CONTRATAÇÕES..... 106

MENSAGEM DO PRESIDENTE

O Brasil é um dos poucos países que pode atuar em todos os segmentos da atividade espacial. Condições geográficas, base industrial, academia, povo empreendedor e criativo. Se conseguimos unir esses atributos e sermos exitosos no setor de aviação e aeronáutica, o que nos falta para repetirmos o processo e desenvolvermos uma verdadeira economia do espaço?

Motivados por essas constatações e em busca de caminhos para unir, fortalecer e tornar mais desbravador o SINDAE, a Agência Espacial Brasileira vem trabalhando em diversas dimensões. Neste Relatório de Gestão, que agora se apresenta à sociedade, apontam-se, detalhadamente, o Planejamento Estratégico da AEB, as iniciativas de capacitação continuada, tanto internamente à Agência, quanto com os demais entes do SINDAE, e diversos dos resultados alcançados, asseverando nosso compromisso com a integridade.

Resultados que, se confrontados com outras décadas, em que os recursos financeiros eram mais que o triplo dos anos recentes, provam-se extremamente valorosos. Não por questões de incontida modéstia, mas pela simples razão de que o cidadão brasileiro merece a melhor aplicação possível dos recursos. Leia-se: eficiência na administração, máximo atendimento das necessidades do País.

Espelhando-se nas melhores práticas internacionais, a Agência Espacial Brasileira evolui na qualificação de seus profissionais, no aprimoramento dos processos, na execução dos recursos orçamentários, na viabilização de outras fontes de financiamento, na abertura de fronteiras de cooperação internacional. Em suma, alça o Brasil para um papel de relevância nas questões de ciência, tecnologia, serviços, direito espacial, regulação e licenciamento, busca incessante dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS/ONU).

Todos os feitos e as conquistas da AEB mencionados neste Relatório só foram possíveis pelo empenho, dedicação e profissionalismo de seus servidores e colaboradores. A todos, agradecemos e

reconhecemos o esforço em contribuir para o desenvolvimento de um programa espacial que esteja à altura do País de dimensões continentais que é o Brasil.

Portanto, convido você, pessoa jovem ou veterana cidadã brasileira, a se ver nesse contexto. Sinta-se parte, orgulhe-se do que já fizemos em termos de levar serviços e contribuir para a integração nacional. Perceba-se desafiada, motivada e acredite: com suporte da sociedade e consequente prioridade política, poderemos cada vez mais. Aqui tem Espaço!

CARLOS AUGUSTO TEIXEIRA DE MOURA

VISÃO GERAL ORGANIZACIONAL E AMBIENTE EXTERNO



1. VISÃO GERAL ORGANIZACIONAL E AMBIENTE EXTERNO

A Agência Espacial Brasileira (AEB), autarquia federal de natureza civil, vinculada ao Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI), foi criada pela Lei nº 8.854, em 10 de fevereiro de 1994, com a finalidade de promover o desenvolvimento das atividades espaciais de interesse nacional. A Portaria nº 4.893, de 23 de agosto de 2017, do MCTI aprovou o Regimento Interno da AEB apresentando, além de outras informações, a estrutura organizacional da Agência.

Decreto nº 11.192, de 8 de setembro de 2022, que entrou em vigor em 8 de outubro de 2022, aprovou a nova Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções de Confiança da Agência Espacial Brasileira (AEB) e remaneja e transforma demais informações a seguir.

Os normativos legais referentes à criação e à estrutura da Agência Espacial Brasileira estão disponíveis em <https://www.gov.br/aeb/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/legislacao>.

As atividades da AEB são orientadas pelas diretrizes estabelecidas na Política Nacional de Desenvolvimento das Atividades Espaciais (PNDAE), aprovada pelo Decreto nº 1.332, de 8 de dezembro de 1994, e têm o Programa Nacional de Atividades Espaciais (PNAE) como principal instrumento de planejamento do setor espacial.

Para organizar a execução das atividades espaciais, foi instituído o Sistema Nacional de Desenvolvimento das Atividades Espaciais (SINDAE), por meio do Decreto nº 1.953, de 10 de julho de 1996, que define a AEB como seu órgão central e responsável pela sua coordenação geral. Entre os órgãos setoriais que compõem esse Sistema, destacam-se: o Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE), do MCTI e o Departamento de Ciência e Tecnologia Aeroespacial (DCTA), subordinado ao Comando da Aeronáutica (COMAER), do Ministério da Defesa (MD), que são responsáveis pela execução de al-

guns dos principais projetos e atividades estratégicos do PNAE. O SINDAE conta ainda, como executores participantes, as Universidades e a Indústria.

Figura 1 - Sistema Nacional de Desenvolvimento das Atividades Espaciais



Fonte: Página Institucional da AEB na internet

Os referenciais estratégicos da AEB são (Plano Estratégico 2020-2023):

- Missão: Promover atividades espaciais de interesse nacional visando o desenvolvimento da sociedade brasileira.
- Visão: Ser uma organização reconhecida na promoção do desenvolvimento sustentável e da segurança operacional das atividades espaciais.

- Valores: Integridade, Comprometimento e Inovação.

Durante o ano de 2022, a AEB atualizou seu Plano Estratégico para o próximo ciclo, de 2023 a 2026, contendo:

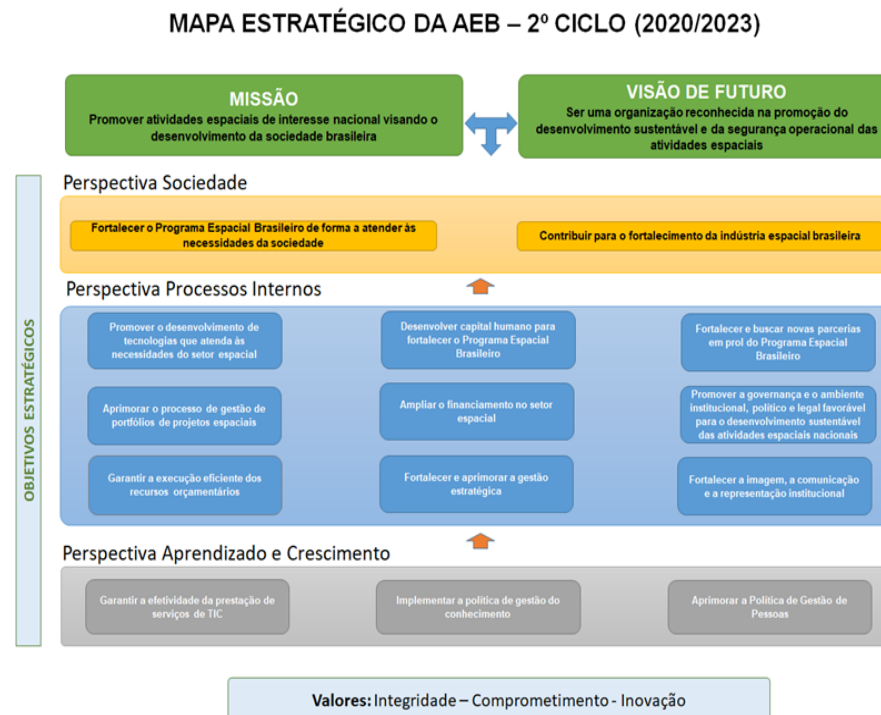
- MISSÃO: Coordenar e fortalecer o setor espacial nacional para o desenvolvimento da sociedade;
- VISÃO: Ser a instituição estratégica de Estado responsável por conectar soluções espaciais aos desafios da sociedade;
- VALORES: Autonomia, Inovação, Integridade, Sustentabilidade e Inclusão.

1.1. PLANO ESTRATÉGICO 2020-2023

O 2º Ciclo de Planejamento Estratégico e as suas atividades tiveram início em 2019 com a realização de ações junto aos diversos órgãos da Administração Pública Federal, bem como a decisão de manutenção do uso da ferramenta *BSC*. O resultado dessas iniciativas resultou em uma alteração no Mapa Estratégico cujas ações seriam executadas em 2020.

Com o advento da Pandemia foram utilizados para o 2º Ciclo as análises resultantes das ações e objetivos estratégicos do 1º Ciclo, consoante as estratégias definidas no Plano Plurianual – PPA 2020-2023, conforme figura a seguir:

Figura 2 – 2º Ciclo Estratégico



Fonte: Disponível em <https://www.gov.br/aeb/pt-br/aceso-a-informacao/planejamento-estrategico/MapaEstratgico2CicloaprovadoCGE.pdf>, acesso em 10/03/2023.

1.2. PLANO ESTRATÉGICO 2023-2026

A UPC de forma pró-ativa e não permitindo a solução de continuidade do seu plano estratégico que teria o seu término em dezembro de 2022, deu início em dezembro de 2021 e, em parceria com o Centro de Estudos Avançados de Governo e Administração Pública da Universidade de Brasília (CEAG/UnB), atualizou o seu Planejamento Estratégico para o período de 2023 a 2026 que foi entregue em 16 de dezembro de 2022.

O Termo de Execução Descentralizada nº 014/2021, celebrado entre a AEB e o CEAG/UnB, foi assinado em 3 de novembro de 2021, tendo como objeto a elaboração do Planejamento Estratégico. Já o Grupo de Trabalho para desenvolvimento das atividades operacionais e do aperfeiçoamento do plano foi instituído pela Portaria nº 772, de 9 de fevereiro de 2022. Esse GT ficou conhecido como o “Grupo de Formuladores do Planejamento Estratégico da AEB 2023/2026” e foi composto por representantes das unidades administrativas da instituição.

O novo planejamento estratégico fez uma criteriosa avaliação do plano anterior e buscou atualizar os seus requisitos formais. O propósito do documento foi o de fornecer uma estrutura para alinhar os objetivos institucionais com as políticas públicas do setor espacial, a fim de garantir que a tecnologia, os processos de trabalho, a inovação, a sua infraestrutura e, principalmente, os seus profissionais sejam o elo integrador que possibilite à AEB coordenar, de forma eficiente e eficaz, o Programa Espacial Brasileiro (PEB).

Ao conectar o Planejamento Estratégico com a nova economia espacial, a AEB desenvolve estratégias que podem capitalizar as oportunidades, ao mesmo tempo em que gerenciam os riscos e garantem sua sustentabilidade corporativa.

Figura 3 – Plano Estratégico da AEB - 2023-2026



Figura 4 – Mapa Estratégico 2023-2026



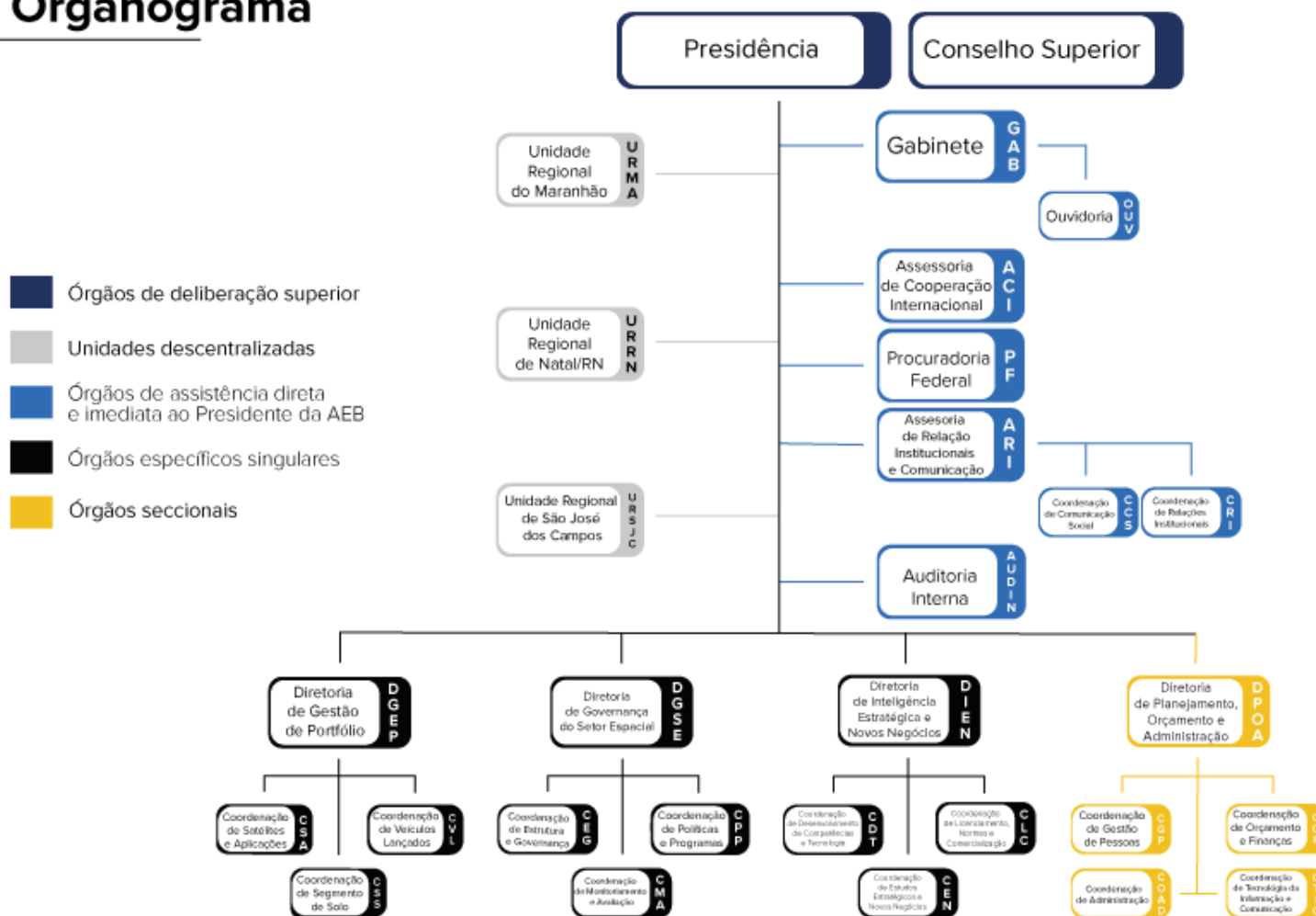
Fonte: Disponível em <https://www.gov.br/aeb/pt-br/acesso-a-informacao/planejamento-estrategico/plano-estrategico-da-agencia-espacial-brasileira-2023-2026>, acesso em 10/03/2023

1.3. ESTRUTURA ORGANIZACIONAL

O Decreto nº 11.192/2022, que trata sobre estrutura organizacional da Agência (capítulo II, art. 2º), composta pela Presidência, órgãos de assistência direta e imediata ao Presidente da AEB, órgãos seccionais e específicos singulares, bem como as unidades descentralizadas. As informações detalhadas sobre atribuições e competências da AEB estão disponíveis no portal da Agência <https://www.gov.br/aeb/pt-br/composicao>.

Figura 5 – Organograma da AEB

Organograma



Fonte: <https://www.gov.br/aeb/pt-br/composicao/organograma>

REPRESENTANTES DA ALTA ADMINISTRAÇÃO - EXERCÍCIO 2022



Carlos Augusto Teixeira de Moura

Presidente

Graduado em Engenharia de Infraestrutura Aeronáutica (1980) e Mestre em Ciências (1996), ambos pelo ITA. Experiência em projetos aeroportuários e de centros de lançamento espacial; atividades de elaboração e revisão de políticas públicas e de planejamento tecnológico e organizacional; elaboração de normas para o setor aeroespacial. Atuou na implantação do Centro de Lançamento de Alcântara (CLA); no desenvolvimento do Veículo Lançador de Satélites (VLS); no desenvolvimento do Plano Diretor para o Centro Espacial de Alcântara (CEA); no projeto e implantação do Complexo Terrestre do Cyclone-4; na concepção e planejamento de sistemas espaciais no âmbito do Programa Estratégico de Sistemas Espaciais (PESE); no desenvolvimento de regulamentos de segurança espacial; nos programas de certificação e licenciamento espacial. É representante na América do Sul da International Association for the Advancement of Space Safety. Atua como Presidente da AEB desde 15 de janeiro de 2019.

Paulo Roberto Braga Barros

Diretor de Gestão de Portfólio

Graduado pelo Instituto Nacional de Telecomunicações (INATEL) como engenheiro eletricitista, especialização em projetos pela Fundação Getúlio Vargas (FGV), com pós-graduação em Estratégia da Competitividade Universidade de Miami. Mestre em Economia pela Universidade de Brasília. Certificado pelo Project Manager Institute (PMI) como Project Manager Professional (PMP). Carreira desenvolvida nas empresas Ericsson do Brasil, Avibras, Sideco - Argen-



tina, ITSA - Mais TV, Brasil Telecom e no CNPq. Atuou nas áreas de engenharia, coordenador, gerente de projetos, diretor de engenharia, consultor especialista e gestor, com experiência na Europa (Suíça e Itália) e no Oriente Médio.



Aluísio Viveiros Camargo

Diretor de Planejamento, Orçamento e Administração

Possui Mestrado em Economia pela Universidade de Brasília e Graduação em Direito pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, certificação em “International Trade and Export Practice” pela University College Dublin, pós-graduado em Direito Tributário pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, pós-graduado em Direito e Jurisdição pela Escola de Magistratura do Distrito Federal, Certificação em “Project Management Intensive” pela Georgetown University e em Inteligência Estratégica pela Escola Superior de Defesa. Assessoramento jurídico em Direito Administrativo e Contratos Públicos; Licitações Públicas e Concorrências Privadas; Direito Civil e Contratos Privados; Direito Regulatório; Direito Tributário; Direito Econômico.



Cristiano Augusto Trein

Diretor de Governança do Setor Espacial

Graduado em Engenharia Civil pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Mestre em Estruturas pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul e Doutorado em Engenharia pela Kyoto University no Japão. Tecnólogo Sênior da carreira de Ciência e Tecnologia, desempenhou a função de Coordenador de Acompanhamento e Avaliação da Diretoria de Política Espacial e Investimentos Estratégicos da AEB.

Fábio França Silva Araújo

Diretor de Inteligência Estratégica e Novos Negócios – a partir de 08/06/2022

Engenheiro mecânico graduado no Instituto tecnológico da Aeronáutica - ITA e Mestre em Ciências em Geofísica pela Universidade Federal da Bahia - UFBA, trabalhou no setor privado em levantamentos geofísicos para aplicações em proteção do meio ambiente, águas subterrâneas e mineração. Entrou no serviço público em 1998, fazendo parte do quadro da carreira de Especialistas em Políticas Públicas e Gestão Governamental. No serviço público atuou por 22 anos na área ambiental, tendo exercido os cargos de Coordenador de implementação do SNUC e Diretor de áreas protegidas, contribuindo nas áreas de criação de unidades de conservação, visitação pública e monitoramento da biodiversidade com uso de ferramentas de sensoriamento remoto e sistemas de informação geográfica.



Herbert Kimura

Diretor de Inteligência Estratégica e Novos Negócios – até 19/04/2022

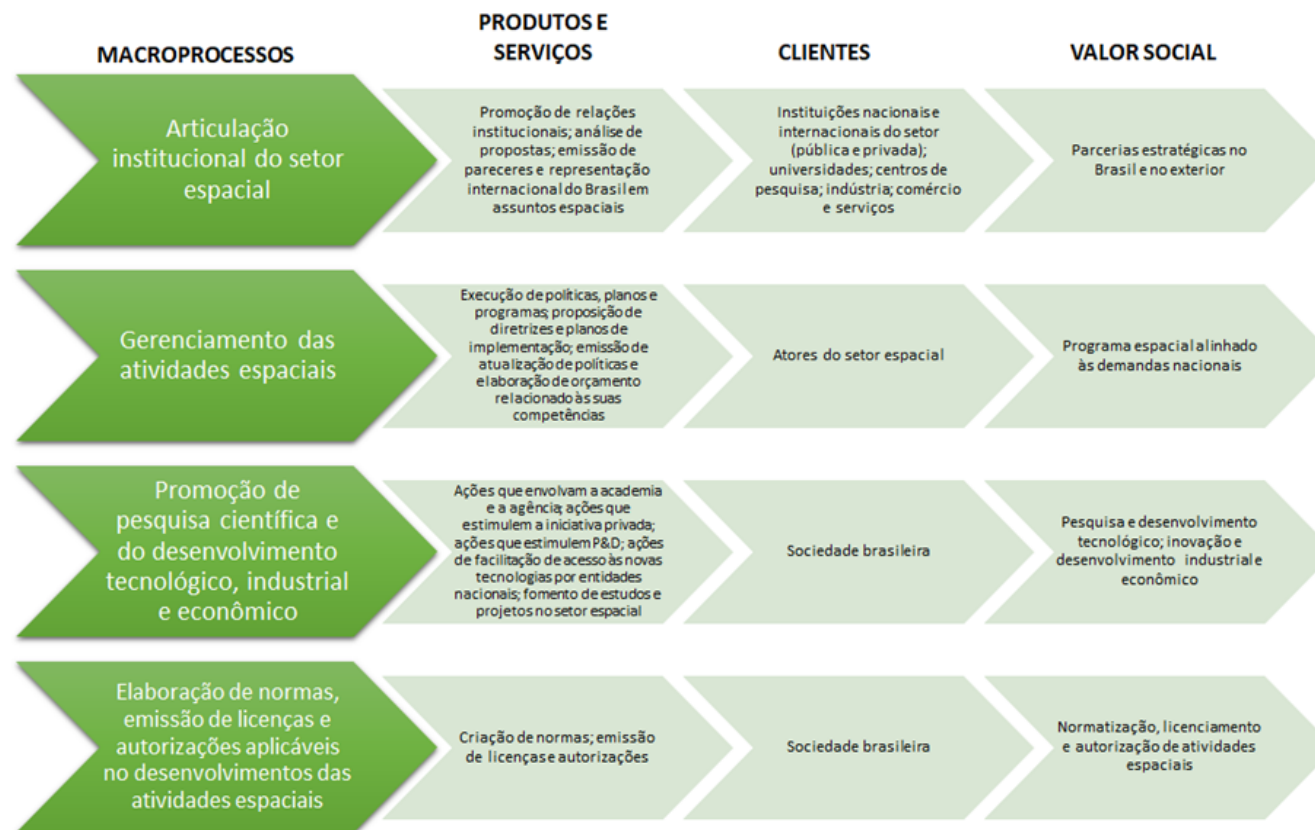
Graduado em Engenharia Eletrônica pelo ITA. Mestre e Doutor em Estatística pelo IME/USP. Doutorados em Administração pela FEA/USP e pela EAESP/FGV. Professor titular da UnB, tendo sido coordenador do Parque Científico e Tecnológico e do programa Multincubadora de Empresas. Foi professor da Universidade Mackenzie e da EAESP/FGV. Gestor de riscos com certificações pela GARP e PRMIA e bolsista de produtividade do CNPq. Experiência no Brasil e no exterior em projetos de consultoria, capacitação e pesquisa em organizações não-financeiras, instituições financeiras e universidades, públicas e privadas, nas áreas de gestão, finanças e ciência de dados.



1.4. CADEIA DE VALOR

A AEB executa suas atribuições e competências por meio da implementação de um conjunto de processos finalísticos e de apoio, estabelecidos em correspondência com as competências descritas no art. 3º da Lei nº 8.854, de 10 de fevereiro de 1994, que trata da criação, de natureza civil, da AEB, c/c com o art. 1º do Anexo I do Decreto nº 11.192/2022, bem como por intermédio das atribuições regimentais das diversas unidades que compõem a sua estrutura organizacional. Os macroprocessos finalísticos descrevem as principais atribuições desempenhadas pela AEB por meio das quais a autarquia cumpre a sua missão.

Figura 7 – Cadeia de Valor



Fonte: Diretoria de Governança do Setor Espacial

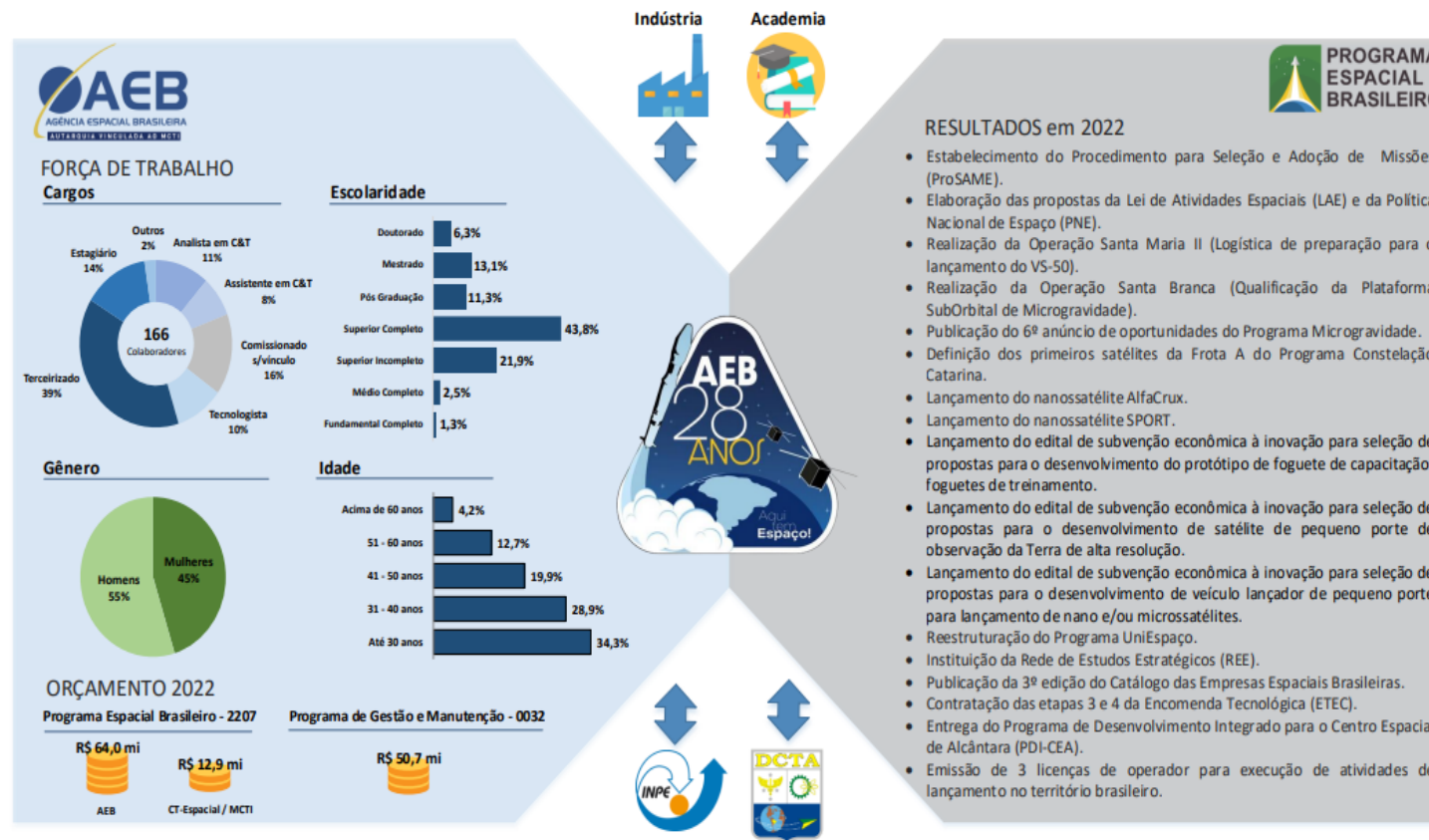
No tocante aos principais parceiros externos, a AEB se relaciona institucionalmente com Instituto de Pesquisas Espaciais (INPE), Departamento de Ciência e Tecnologia Aeroespacial (DCTA), Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI), Ministério da Economia (ME), Ministério da Defesa (MD), Ministério das Relações Exte-

riores (MRE), Casa Civil da Presidência da República, Ministério de Infraestrutura (MINFRA), Gabinete de Segurança Institucional (GSI), Secretaria de Assuntos Estratégicos (SAE), Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), universidades/institutos e indústrias do setor espacial.

1.5. MODELO DE NEGÓCIOS

O modelo de negócios de uma organização procura demonstrar o sistema de transformação de insumos em produtos entregues à sociedade. Ou seja, apresenta os principais recursos usados, os seus macroprocessos e o valor gerado para o público alvo. O diagrama a seguir apresenta o modelo de negócio no qual a AEB está inserida:

Figura 6 – Modelo de negócios



Fonte: Diretoria de Governança do Setor Espacial

1.6. POLÍTICAS E PROGRAMAS DE GOVERNO

O planejamento do Setor Espacial Brasileiro compreende um arcabouço de instrumentos de planejamento da administração pública. Abaixo, a Figura 6 aponta para uma hierarquização que representa a trajetória desse arcabouço para a implementação da Política Espacial no Brasil no que tange às atividades de natureza civil.

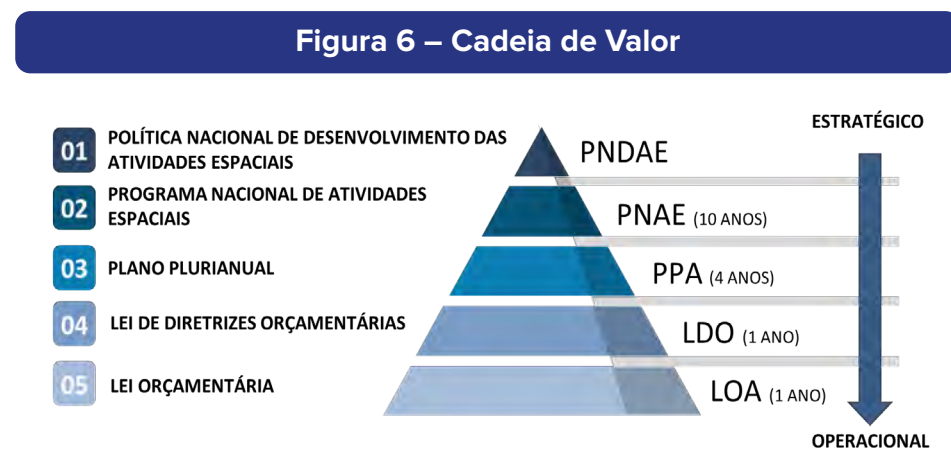


Figura 1 - Arcabouço de planejamento do Setor Espacial Brasileiro para o segmento civil. Fonte: AEB (2022).

De acordo com a Política Nacional de Desenvolvimento das Atividades Espaciais (PNDAE), Decreto nº 1.332, de 8 de dezembro de 1994, o Programa Nacional de Atividades Espaciais (PNAE) compreende o conjunto de atividades espaciais que a Agência Espacial Brasileira propõe. O termo Programa Espacial Brasileiro, (PEB), coloca-se, entretanto, como algo mais abrangente. Mesmo sem uma formalização específica, uma vez que a PNDAE define o conjunto de atividades espaciais como o Programa Espacial do País, compreende-se, usualmente, o conceito de Programa Espacial Brasileiro como a junção das diversas iniciativas que, mesmo independentemente, ocorrem em todo o território nacional.

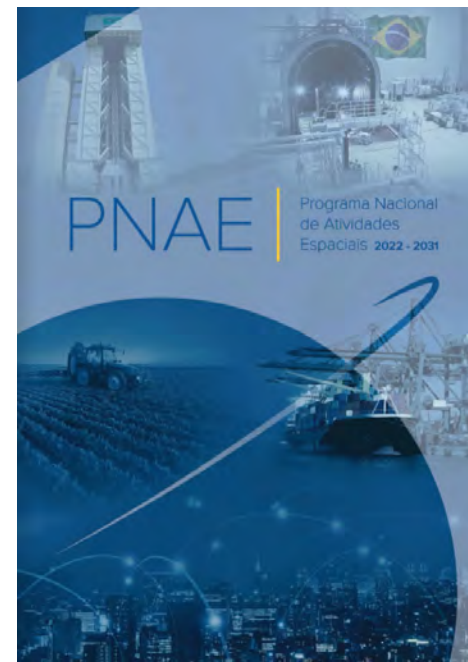
O PEB deve se voltar ao atendimento às necessidades da sociedade, com os maiores níveis de eficácia, efetividade e eficiência possíveis. É com esse objetivo que o PNAE 2022-2031 se estabelece como um instrumento do Estado brasileiro.

O ano de 2022 foi o primeiro dos dez anos de vigência do novo PNAE, instrumento de planejamento do Brasil para o setor espacial que se orienta pela PNDAE. O PNAE 2022-2031 trouxe um novo conjunto de orientações e diretrizes estratégicas para o setor, bem como cenários para a programação de missões espaciais e ações estruturantes a serem desenvolvidas no período.

A Dimensão Estratégica do PNAE 2022-2031 apresenta uma visão estratégica para o Setor Espacial Brasileiro. É o embrião de uma Estratégia Nacional de Espaço.

Aponta, em alinhamento com o que o Estado brasileiro necessita, os matizes estratégicos para as atividades espaciais do País. Em seguida, na Dimensão Tática, elenca os eixos de atuação que atenderão à Dimensão Estratégica, os direcionamentos que pautarão as entregas e a sistemática de organização para os Programas Setoriais. Finalmente, a Dimensão Setorial ilustra o conjunto de entregas do PNAE 2022-2031.

A despeito de a temática espacial se colocar transversalmente a diversas políticas públicas distintas, empreendimentos independentes no Setor Espacial Brasileiro devem se desenhar de maneira a possibilitar sinergias e concatenações. Por isso, o PNAE 2022-2031



organiza-se no sentido de congregar, de acordo com uma lógica comum, as diferentes iniciativas nacionais na área espacial. Apresenta os Programas Setoriais como um instrumento para o Programa Espacial Brasileiro expandir sua abrangência e entregar valor à sociedade de forma mais coordenada, eficiente, efetiva e eficaz.

A governança do Setor Espacial Brasileiro foi fortalecida com a criação, em 5 de outubro de 2022, do Conselho Nacional de Espaço (CNE) no âmbito do GSI, pelo Decreto nº 11.224/2022. O CNE tem como objetivos: a) estabelecer os parâmetros gerais relativos à formulação, ao acompanhamento e à avaliação da política espacial brasileira e a cooperações internacionais estratégicas relacionadas com a política espacial brasileira; e b) estimular cooperações internacionais estratégicas relacionadas com a política espacial brasileira.

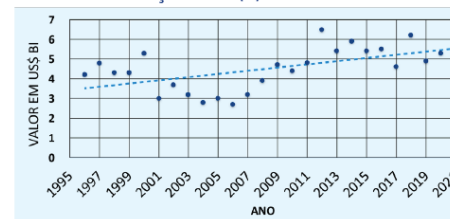
1.7. AMBIENTE EXTERNO

O planejamento do Programa Espacial Brasileiro deve estar atento ao cenário global e à economia do setor espacial internacional para que projetos, programas e políticas públicas relacionadas às atividades espaciais no Brasil capturem a percepção dos potenciais econômicos oferecidos pelo setor e das tendências tecnológicas e de mercado às quais as ações públicas e privadas devem se alinhar.

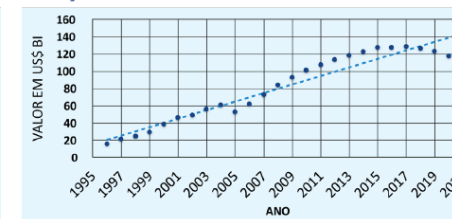
Historicamente, a economia espacial evolui a cada ano, conforme o Gráfico 1. As necessidades por produtos e serviços espaciais têm crescido significativamente e novos mercados e possibilidades se abrem para cada vez mais atores.

**Gráfico 1 – Economia Espacial no mundo
(Valores em bilhões de dólares)**

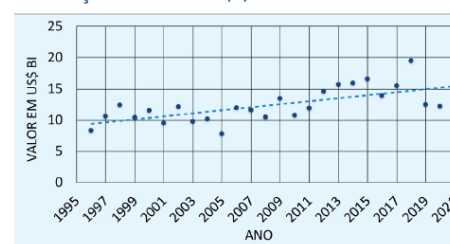
Indústria de Lançamento (A)



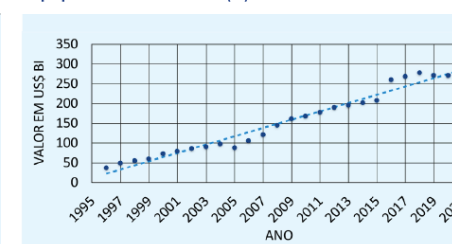
Serviços Satelitais (C)



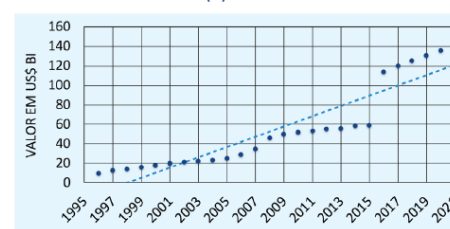
Fabricação de Satélites (B)



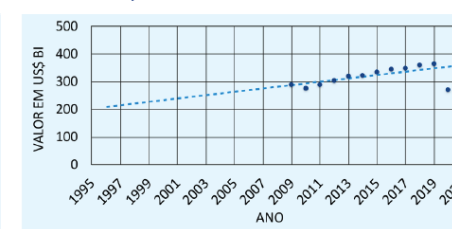
Equipamentos de Solo (D)



Indústria de Satélites (E) = A + B + C + D



Economia Espacial Global = E + Indústria Não Satelital



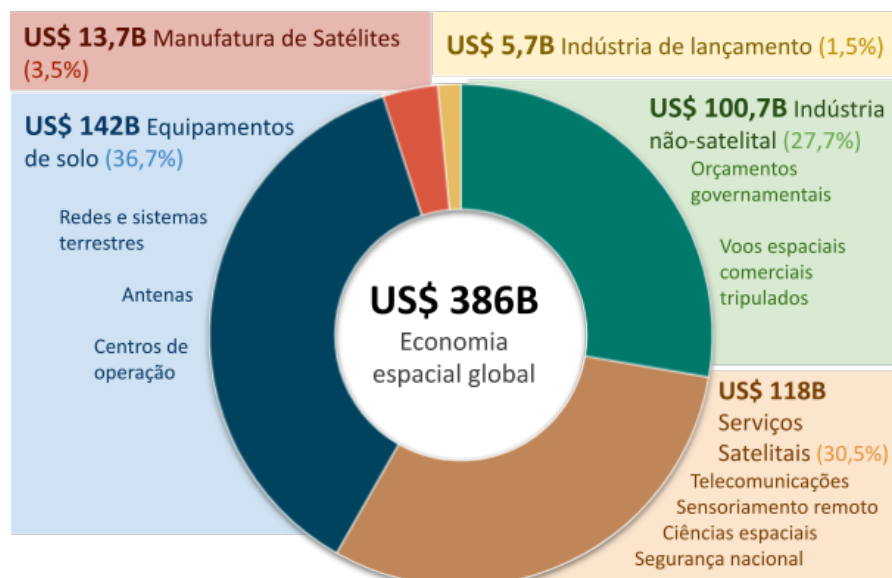
Fonte: SIA (2022).

Os dados mais recentes consolidados por organizações internacionais que acompanham o setor espacial se referem ao ano de 2021. Entretanto, pode-se considerar que tais dados permanecem suficientemente relevantes e atuais para análise do ambiente externo atual. De acordo com dados da *Satellite Industry Association* (SIA), Figura 7, estima-se que em 2021 a economia espacial global tenha

movimentado cerca de US\$ 386 bilhões, entre orçamentos governamentais e receitas obtidas pelas indústrias satelital e não-satelital. Esse montante é 4% superior ao movimentado em 2020.

A indústria satelital, com receitas de cerca de US\$ 279,4 bilhões, correspondeu a 72% da economia espacial. Ressalta-se que os segmentos de manufatura de satélites (US\$ 13,7 bilhões) e de lançamentos espaciais (US\$ 5,7 bilhões), prioridades históricas de programas governamentais, correspondem atualmente a apenas 5% das receitas da indústria satelital. Os segmentos que obtiveram a maior parte das receitas foram os de serviços satelitais (US\$ 118 bilhões) e de equipamentos de solo (US\$ 142 bilhões).

Figura 7 - Composição da Economia Espacial



Fonte: SIA (2021)

Destaques e tendências da indústria espacial

O turismo espacial é uma tendência do setor e, nos últimos anos, obteve grandes saltos alcançados por empresas privadas norte-americanas. Em 2022, por meio de um voo privado da Blue Origin, o engenheiro Victor Hespánha, de 28 anos (Figura 8), se tornou o primeiro turista espacial do Brasil e o segundo brasileiro a ir ao espaço. As empresas Virgin Galactic e SpaceX também apresentaram avanços em suas iniciativas para prestação de voos espaciais comerciais nos próximos anos.

Figura 8 - Brasileiro Victor Espanha em preparação para o voo espacial.



Fonte: Blue Origin.

Empresas do setor espacial têm adotado novos modelos de negócios, nos quais os usuários dos serviços não desenvolvem ou têm

a propriedade de infraestruturas espaciais e apenas pagam pelo uso. Serviços prestados por terceiros permitem que operadores utilizem redes terrestres para controlar satélites e para processar dados em nuvem. Há também serviços que permitem alocar cargas úteis em satélites de terceiros, ou utilizar capacidades espaciais sob demanda.

Nesse sentido, atores públicos e privados têm utilizado cada vez mais a computação em nuvem, de maneira a facilitar o armazenamento, o processamento e a disseminação de dados e produtos espaciais. A utilização, como serviço, de infraestruturas terrestres e de sistemas espaciais, portanto, é uma importante tendência que deve ter impactos sobre a forma como se darão as operações espaciais e a utilização de seus serviços e produtos.

Conforme o Instituto de Política Espacial Europeu (ESPI, 2021, p. 66), as constelações de satélites de comunicação, nos últimos anos, atraíram o interesse da sociedade e investimentos de atores importantes do setor espacial. A norte-americana Starlink, subsidiária da SpaceX e dona da maior constelação atualmente em operação, lançou 989 novos satélites só em 2021 (Tabela 1). A europeia OneWeb, após um período de dificuldades financeiras, atraiu grandes investimentos que permitiram o lançamento de centenas de novos satélites e o início da prestação de serviços a clientes do hemisfério norte do planeta. Nesse cenário, o expressivo aumento do número de lançamentos orbitais e da massa total de artefatos inseridos no espaço beneficia a indústria do setor espacial em toda a sua cadeia de valor.

Tabela 1 - Número de satélites lançados por operadores de lançamento.

Operador	Nº de Satélites lançados em 2021
Starlink	989
OneWeb	284
Outros	96

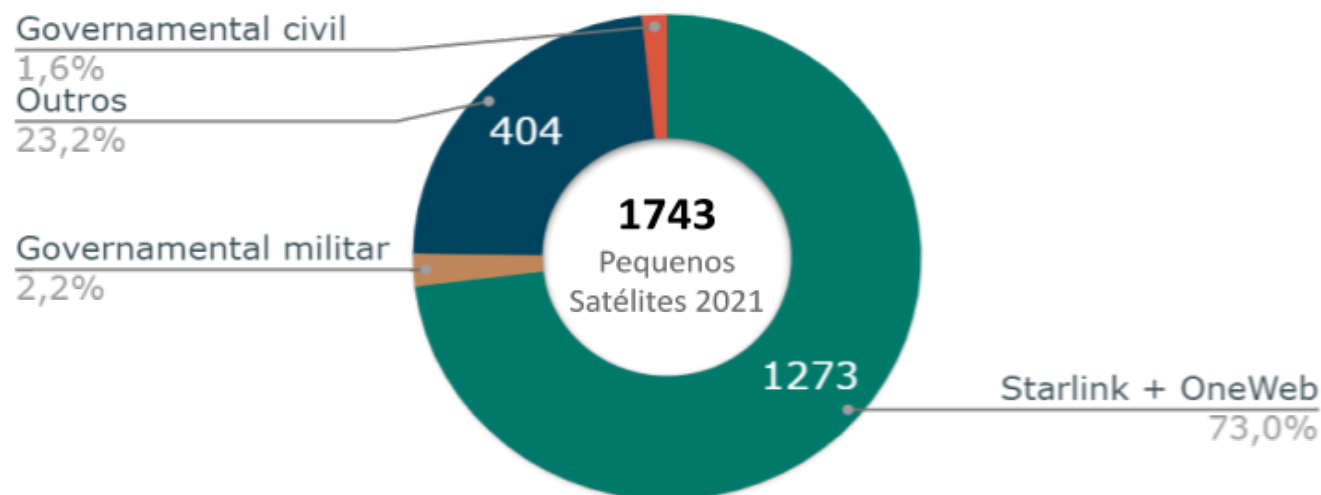
Fonte: ESPI, 2021.

Outra tendência de destaque é o desenvolvimento de tecnologias de operação em órbita, como as que permitem a extensão da vida de missões espaciais. Essas operações também compreendem, por exemplo, a prestação de serviços de um sistema espacial (prestador) a outro (cliente); a manufatura em ambiente espacial, que aplica técnicas inovadoras para produzir componentes espaciais; e a montagem de plataformas modulares, que permitem a integração e a atualização de cargas úteis em órbita. Estima-se que os serviços realizados em órbita, ao final desta década, terão receitas da ordem de US\$ 6,2 bilhões.

Uma variedade de novas tecnologias de propulsão tem surgido nos últimos anos. Tanto para o segmento de veículos lançadores como para a propulsão de satélites, essas tecnologias prometem melhorias em termos de tamanho, potência, eficiência, confiabilidade e sustentabilidade.

As *startups* vêm aumentando a participação no mercado espacial e têm atraído mais contratos e maiores investimentos a cada ano. Conforme a Figura 9, atores do setor privado, como a SpaceX e OneWeb, estão aplicando vultosos investimentos nessas empresas, que também têm o mercado de capitais como meio para se financiar. Além disso, são recorrentes as fusões e as aquisições de *startups* por empresas maiores.

Figura 9 - Participação no mercado de pequenos satélites.



Fonte: ESPI, 2021.

Satélites

De acordo com o Instituto de Política Espacial Europeu (ESPI, 2021, p. 174), os Estados Unidos foram o país protagonista no segmento de satélites em 2021. Com 1254 satélites lançados por operadoras norte-americanas, foram responsáveis por 68% dos objetos inseridos em órbita naquele ano. Observa-se o mesmo protagonismo na perspectiva das receitas desse segmento. De um total de cerca de US\$ 118 bilhões de receitas obtidas pela prestação de serviços satelitais, US\$ 45,2 bilhões (38%) se realizaram no país. Na manufatura de satélites, os Estados Unidos obtiveram quase 55% do total de US\$ 13,7 bilhões em receitas.

Ao se observarem as características dos satélites lançados em 2021, percebe-se a consolidação da tendência de miniaturização dos sistemas, com um número recorde de pequenos satélites (de massa inferior a 600 kg) inseridos em órbita. Além de compreenderem

menores custos, esses novos sistemas espaciais vêm apresentando incrementos em termos de capacidade para aplicações inovadoras. Dessa forma, 94% dos artefatos espaciais lançados em 2021 eram pequenos satélites, dos quais 80% eram para aplicações de comunicação.

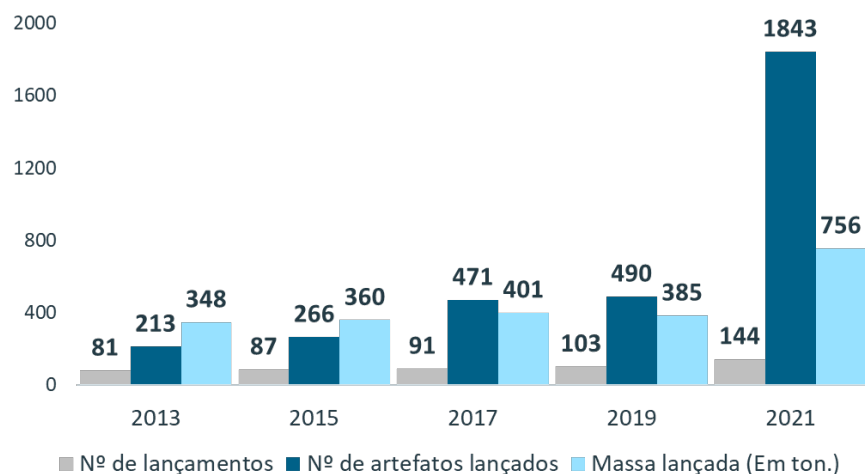
Lançamentos espaciais

As atividades de lançamentos orbitais vêm alcançando recordes nos últimos anos, como pode se observar pelo gráfico da Figura 10. Isso se deve principalmente às grandes constelações de satélites de comunicação e à tendência de redução das dimensões e dos custos dos sistemas espaciais. Em 2021, realizaram-se 144 lançamentos orbitais, número 26% maior que o observado no ano anterior. O número de satélites inseridos em órbita também foi recorde. Dos 1843 satélites lançados (número 45% maior que o registrado em 2020), a maior parte é devida às mega-constelações, com destaque para

Starlink e OneWeb. Como resultado, a massa total lançada ao espaço também aumentou de forma considerável, superando em 34% a massa lançada no ano anterior (ESPI, 2021, p. 155).

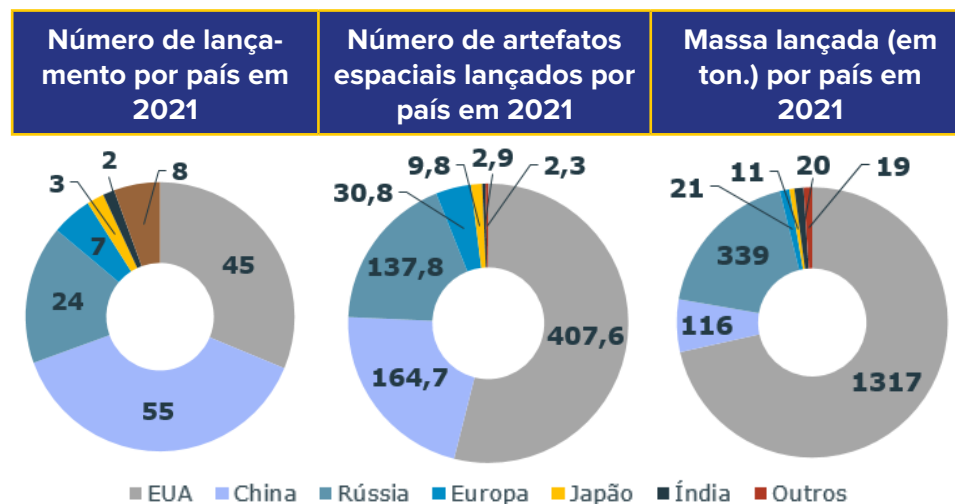
A indústria de lançamentos espaciais em 2021 obteve receitas de US\$ 5,7 bilhões (SIA, 2021). Nesse segmento, merece destaque a predominância de lançamentos comerciais: do total de 144 lançamentos orbitais, 113 foram realizados por empresas privadas.

Figura 10 - Número de lançamentos, número de artefatos espaciais lançados e massa total (Em ton.) lançada por ano



Quando analisada do ponto de vista dos países, destacam-se nas atividades de lançamento, os EUA, China e Rússia (Figura 11).

Figura 11 - Atividades de lançamento por país em 2021



1.8. COOPERAÇÃO INTERNACIONAL

A cooperação internacional da AEB tem como propósito a construção de relações amigáveis e fortes com outras nações, que possam contribuir para o desenvolvimento científico, tecnológico e industrial do país e, acima de tudo, promover um ambiente internacional seguro e justo, visando sempre o uso pacífico do espaço exterior.

Em 2022, aprofundaram-se os laços com parceiros tradicionais, no âmbito bilateral, como Estados Unidos, França, Itália e Turquia e, no âmbito multilateral, com os países dos BRICS e no Programa Artemis. Ressalta-se que a partir de meados de 2022 teve início a aproximação com países da América Latina e Caribe, em consonância com o Programa Nacional de Atividades Espaciais PNAE 2022-2031.

No âmbito dos organismos internacionais, a AEB manteve uma relação de protagonismo com o Escritório da ONU para Assuntos Relacionados ao Espaço Exterior (UNOOSA, na sigla em inglês), a Federação Internacional de Astronáutica (IAF) e o International Space Exploration Coordination Group (ISECG).

No âmbito bilateral, destaca-se a assinatura do Memorando de Entendimentos (MdE) entre a Agência Espacial da Turquia (TUA) e a Agência Espacial Brasileira (AEB), para colaboração em usos pacíficos do espaço, ciências, tecnologias e aplicações espaciais.

Em 2022, a AEB prosseguiu com as discussões para materializar a participação do Brasil no Programa Artemis. Os Acordos Artemis constituem uma iniciativa global de referência para a cooperação na exploração espacial da Lua e do espaço profundo, formando um conjunto prático de princípios, diretrizes e melhores práticas, para aprimorar a governança da exploração civil e uso do espaço sideral. Até o momento, 23 países aderiram à iniciativa.

A AEB realizou inúmeras tratativas para participação brasileira no Programa Artemis, sendo convidada para ser co-anfitrião, juntamente com a França, do Encontro Artemis, durante o IAF Paris – 2022, bem como submeteu oficialmente o Projeto SELENITA, de monitoramento atmosférico da Lua, o qual está em avaliação técnica pela equipe da NASA.

Neste ano, obteve-se grande avanço na operacionalização da Constelação BRICS que trata de imageamento de observação da Terra, com uso cooperativo de satélites, para detecção de alvos de interesse. A Constelação dos BRICS é formada por satélites do Brasil, Rússia, Índia e China, e pela estação multisatelital da África do Sul. Após um ano de mandato de coordenador do BRICS, a China passa esta tarefa para África do Sul em 2023.

A Agência Espacial da França (CNES) convidou a AEB para participar da iniciativa de lançamento de balões estratosféricos no Canadá. Na ocasião, a equipe da AEB demonstrou grande interesse em sediar a próxima campanha, daqui a três anos. Conforme estudos

técnicos, a próxima campanha será realizada na cidade de Palmas no estado do Tocantins. Para tanto, a AEB assinou em 2022 um acordo de cooperação com a Universidade Federal do Tocantins (UFTO).

Em consonância com o PNAE 2022-2031, a AEB iniciou importante aproximação com países latino-americanos, caribe e Itália. O processo de aproximação ocorreu com participação da AEB no I Encontro de Líderes das Agências Espaciais dos Países Latino-Americanos, ocorrido em Roma-Itália, que contou com a presença de representantes de 18 países latino-americanos e do caribe.

Durante o encontro, o Presidente da AEB foi especialmente consultado pelos representantes presentes, para uma atuação mais próxima do setor espacial brasileiro. Como resultado, a AEB elaborou consulta formal ao MRE, com a finalidade de sediar, no Brasil, o segundo encontro Agências Espaciais dos Países Latino-Americanos.

Após a consulta via diplomática, foi acordado que o encontro será realizado em São Paulo, no mesmo período que o Space BR Show, o que facilitará a aproximação com a indústria nacional e expositores nacionais e internacionais, em temas de interesse comum como: observação da Terra; meteorologia; capacitação; telecomunicações; pesquisa e desenvolvimento; serviços de transporte espacial, via Centro de Lançamento de Alcântara; infraestrutura espacial; e discussão de temas globais de governança do setor espacial.

Esta iniciativa possibilitará a apresentação das oportunidades e capacidades do setor espacial brasileiro. O êxito da aproximação e o protagonismo regional do Brasil permitiram que o país fosse escolhido para sediar a segunda edição do Encontro de Líderes, que ocorrerá em maio de 2023.

Outra iniciativa internacional inédita e de suma importância para a AEB, ocorreu na cooperação bilateral com a Agência Espacial da Colômbia (AEC) na área educacional. Em 2022, a AEB mediu a realização de estágio internacional de estudantes colombianas por meio do programa *Mujer+Ciencia+Equidad*, promovido pela Organização dos Estados Ibero-americanos, o Instituto Euvaldo Lodi (IEL-DF) e a

Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Tal iniciativa possibilitou que cinco estudantes colombianas da área espacial pudessem estagiar no Brasil e, assim, contribuir com o intercâmbio de conhecimentos entre esses dois países parceiros, no âmbito do Projeto Catarina.

Ainda no campo da educação, via cooperação internacional, a AEB assinou acordo de cooperação com a Amazon Web Services, Inc, em fevereiro de 2022. Trata-se de uma plataforma de serviços de computação em nuvem, dedicada para desenvolver o setor espacial brasileiro. O Termo de Intenção Estratégica e Cooperação, inédito na América latina, terá iniciativas educacionais, econômicas e políticas para beneficiar o governo brasileiro, organizações espaciais comerciais brasileiras e startups focadas no espaço e, entre outras medidas, prevê a disponibilização de créditos, treinamento técnico e suporte comercial a startups brasileiras qualificadas, além da criação de um repositório aberto de dados.

Em 2022, O Conselho Superior da AEB, durante a 70ª Reunião Ordinária, realizada em 4 de outubro de 2022, no exercício de suas atribuições, apreciou e referendou os acordos, contratos, convênios e outros instrumentos internacionais, no campo das atividades espaciais, dos últimos oito anos, bem como debateu as posições brasileiras em negociações bilaterais e em foros Internacionais.

As iniciativas internacionais desenvolvidas no ano de 2022 pela AEB corroboram a importância da cooperação internacional para o progresso da área espacial no Brasil. Elas permitiram aprofundar os laços com importantes parceiros no mundo e também iniciar contatos com outros países em potencial, em especial com nossos vizinhos latino-americanos e a Turquia. As atividades de 2022 engajaram a Agência nas discussões referentes à exploração do espaço, detritos espaciais, satélites de sensoriamento remoto, a inserção das mulheres na ciência, entre outros temas.

1.9. MATERIALIDADE DAS INFORMAÇÕES

O relatório integrado da AEB está estruturado conforme determinado pelos normativos expedidos pelo Tribunal de Contas da União (TCU) anualmente. Para o exercício de 2022, o relatório foi estruturado pela Instrução Normativa TCU nº 84/2020, Decisões Normativas TCU nos 84/2020 e 198/2022.

Conforme consta da estrutura do presente relatório de gestão, as informações estão amparadas na lei de criação da UPC, Lei nº 8.854, de 10 de fevereiro de 1994; no Decreto nº 1.332, de 8 de dezembro de 1994, que instituiu a Política Nacional de Desenvolvimento das Atividades Espaciais (PNDAE), tendo o Programa Nacional de Atividades Espaciais (PNAE) como principal instrumento de planejamento do setor; e no Decreto nº 1.953, de 10 de julho de 1996, que instituiu o Sistema Nacional de Desenvolvimento das Atividades Espaciais (SINDAE), que define a AEB como seu órgão central. O atual PNAE contempla o decêndio 2022-2031 e, assim como a política, serviram de base para a elaboração do programa de governo para o setor, refletidos nos Planos Plurianuais (PPA). O PPA 2020-2023 contemplou o Programa Temático “Programa Espacial Brasileiro - PEB” e a sua execução é acompanhada pela AEB e MCTI.

A associação desses normativos elaborados pela alta administração da AEB, permitiram a inserção de temas relevantes para todo o PEB e, por conseguinte, para a efetiva entrega dos produtos do programa para toda a sociedade brasileira. No PPA, as diretrizes e os objetivos elencados na PNDAE e no PNAE são estimados monetariamente e estruturados dentro do orçamento público. Norteiam, assim, o cumprimento da política pública sob a responsabilidade da AEB.

O programa temático definido no atual PPA 2020-2023 foi elaborado com base na diretriz de governo “Eficiência da ação do setor público com valorização da ciência e tecnologia e redução do papel do estado na economia”. No caso específico do setor espacial, o objetivo maior será o de solucionar as diversas limitações do setor. Nesse sentido, para mitigar ou superar as limitações estruturais e de

ordem legal, as diretrizes estratégicas e as ações prioritárias do atual PNAE enumeram diversas ações para fortalecer o PEB.

Os temas relevantes da Unidade Prestadora de Contas constam da sua cadeia de valor. A cadeia de valor está dividida em macroprocessos, produtos e serviços, clientes e valor social. Cada item destes tem a sua linha de ação bem definida dentro da UPC. Outros temas relevantes também fazem parte da materialidade da UPC, como por exemplo: cooperação internacional, ambiente externo e resultados alcançados frente às prioridades planejadas. Todos esses temas relevantes estão inseridos nos normativos citados: Lei de criação da AEB, PNDAE, PNAE, PPA e LOA e, em determinado momento, há uma priorização pela alta administração da AEB dos temas a serem considerados na elaboração do Projeto de Lei Orçamentária Anual (PLOA).

Com a aprovação pelo Congresso Nacional da Lei Orçamentária Anual (LOA), o que era um tema relevante passa agora a ser um tema material, passível de sofrer todas as análises positivas ou negativas tanto do ambiente interno quanto do externo. Ante o exposto, o presente relatório apresenta em todos capítulos, os temas priorizados e desempenhados em 2022.

As ações percorridas no corpo do relatório são todas importantes, porém, conforme orientações do Tribunal de Contas da União (TCU), nem todas as informações relevantes são temas materiais. Nesse sentido, conforme informado em 2021, quatro temas materiais continuam latentes no exercício de referência do presente relatório: déficit orçamentário, deficiência de recursos humanos ou falta de pessoal, divergências na governança do setor e dificuldade de acesso ao espaço.

Para justificar a priorização dos 4 (quatro) temas materiais mais relevantes, destaca-se cada item com sua deficiência recorrente:

a. Déficit orçamentário:

A economia espacial tem crescido anualmente, em 2020 foi de US\$ 371 bilhões e, em 2021, aumentou para US\$ 386 bilhões. Con-

forme percorrido no capítulo específico, a atividade espacial faz parte da cadeia global de valor e tem uma taxa de retorno significativa para cada dólar investido. No caso do Brasil, desde 2018, o investimento no PEB tem decrescido, a despeito da economia espacial demonstrar um crescimento sustentado.

- Dados de 2018: orçamento de USD 46,03 milhões com o dólar médio de R\$ 3,88.
- Dados de 2019: orçamento de USD 39,9 milhões com o dólar médio de R\$ 4,10.
- Dados de 2020: orçamento de USD 38,13 milhões com o dólar médio de R\$ 5,14.
- Dados de 2021: orçamento de USD 24,46 milhões com o dólar médio de R\$ 5,57.
- Dados de 2022: orçamento de USD 22,28 milhões com o dólar médio de R\$ 5,21.

Fonte: www.ipeadata.gov.br

Ao apresentar o valor da LOA anual em dólar, fica claro que o investimento no PEB vai na contramão dos países que investem em programas espaciais. A economia espacial continua movimentando um volume enorme de recursos. Dados de 2021 apontam que a economia espacial movimentou em torno de USD 386 bilhões, conforme consta do relatório da *Satellite Industry Association* (SIA). Segundo o relatório o valor representa um aumento de 4% em relação ao exercício de 2021.

Conforme demonstrado nos relatórios anteriores, a dotação orçamentária do PEB vem diminuindo a capacidade de execução da UPC, que vem enfrentando anualmente uma série de interrupções e adiamentos de projetos em virtude da insuficiência orçamentária. Esse tema continua comprometendo a geração de valor do Programa Espacial administrado pela Agência Espacial Brasileira, uma vez que as competências legais da UPC e os objetivos da PNDAE, do PNAE e

do PPA, ao serem consignados na LOA como prioritários para o exercício, não são contemplados com os valores monetários adequados. Assim, ao serem monetizados, transformam-se em produtos e, por conseguinte, sujeitos à avaliação interna e externa, tornando-se, de fato, um tema material com a finalidade de entregar para a sociedade a cadeia de valor produzida pelo PEB.

b. Déficit de pessoal:

O problema da força de trabalho da UPC permanece crítico quando comparado com o exercício de 2021. O aumento verificado foi de colaboradores contratados por meio de apoio administrativo, secretárias, serviços logísticos etc. Os dados apresentados desde 2018 demonstram que é um problema recorrente e material da UPC.

- Dados de 2018: 114 servidores, sendo apenas 67 servidores da própria AEB, o que equivale a 59% da sua força de trabalho.
- Dados de 2019: 162 servidores, sendo apenas 58 servidores da própria AEB, o que equivale a 35,80% da sua força de trabalho. O desafio maior para a Agência está na impossibilidade de ampliação ou recomposição da sua força de trabalho, pois não há previsão de realização de novo concurso público.
- Dados de 2020: 162 servidores, sendo apenas 56 servidores da própria AEB, o que equivale a 34,56% da sua força de trabalho. Continua o cenário restrito para a realização de novo concurso público.
- Dados de 2021: 159 servidores, sendo apenas 53 servidores da própria AEB, o que equivale a 33,33% da sua força de trabalho. Continua o cenário restrito para a realização de novo concurso público;
- Dados de 2022: 167 servidores, sendo apenas 53 servidores da própria AEB, o que equivale a 31,73% da sua força de

trabalho. Continua o cenário restrito para a realização de novo concurso público;

Conforme registrado no presente relatório, para tentar minimizar o déficit de servidores, foi reenviado ao Ministério da Economia pedido de autorização de concurso público para o preenchimento de 101 vagas, porém, o pedido não foi aprovado por aquele ministério. Similar ao que foi informado no relatório de 2021, a falta de pessoal da AEB e dos órgãos executores do SINDAE: INPE e DCTA, causam problemas operacionais e sacrificam a atual força de trabalho, o que poderá afetar a capacidade da AEB em cumprir suas competências legais, uma vez que o fator humano é determinante para a elaboração das políticas públicas, bem como gerenciar a economia espacial traduzida na execução do orçamento público e na infraestrutura física, podendo afetar a materialidade dos indicadores que sustentam todo o ecossistema do setor espacial.

Ainda está vigendo o Acordo de Cooperação Técnica (ACT) com o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD). A AEB tem conseguido lograr êxito em algumas consultorias para fortalecer o PEB. Está sendo possível fortalecer algumas áreas estratégicas do PEB com consultores altamente qualificados fornecendo suporte às demandas de projetos das áreas meio e finalística.

c. Governança do setor espacial

A governança do setor espacial continua como tema material relevante da UPC e de impacto negativo na geração de valor do PEB. O governo editou o Decreto nº 11.224, de 05 de outubro de 2022, que instituiu o Conselho Nacional do Espaço (CNE), órgão de assessoramento ao Presidente da República com a finalidade de estabelecer os parâmetros gerais relativos à formulação, acompanhamento e à avaliação da Política Espacial Brasileira, além de cooperações internacionais estratégicas. Esse Conselho exercerá suas competências em coordenação com o CDPEB. Continuam as discussões no âmbito do CDPEB e os resultados esperados advindos desse comitê visam uma melhoria para o setor. Em 2022 foi aprovado o programa setorial do PEB – PNAE 2022-2031, demonstrando ações que visam

fortalecer a governança do Programa Espacial Brasileiro, bem como a capacidade de gerar valor conforme a materialização dos cenários constantes das LOAs dos exercícios que compreendem o período do PNAE.

d. Acesso ao espaço

O acesso ao espaço é um tema sensível do PEB e de grande materialidade para a UPC. As discussões do CDPEB continuam como um meio para manter o debate em aberto. O novo PNAE 2022-2031 mantém o acesso ao espaço como uma das quatro vertentes de investimento. Então, a Missão Espacial Completa Brasileira (MECB) que foi aprovada em 1979 com os três objetivos a serem alcançados pelo Brasil: satélites, centros de lançamento e acesso ao espaço, continua válida para os futuros planejamentos da política espacial.

Conforme já informado em anos precedentes, apenas o acesso ao espaço exterior ainda não foi cumprido. O Brasil já domina essa atividade a partir de foguetes suborbitais. Entretanto, para alcançar esse objetivo material, faz-se necessário estruturar os outros três temas materiais: orçamento, pessoal e governança. Nesse sentido, a sinergia desses quatro temas materiais visa agrupar todo o setor no sentido de alcançar os objetivos traçados há mais de quatro décadas. Atualmente o projeto do Veículo Lançador de Microsatélite (VLM) é a principal ação para o acesso ao espaço apoiado pela AEB. O VLM-1 tem como objetivo o de colocar um microsatélite com massa igual ou superior a 30 kg em uma órbita terrestre baixa (LEO), igual ou superior a 300 km, e de baixa inclinação.

A velocidade que a ciência e a tecnologia estão caminhando, faz com que toda a gestão da AEB esteja atenta a essa dinâmica do setor. A mudança estrutural do financiamento do setor espacial, antes apoiada totalmente pelo setor público, está migrando para que o setor privado exerça maior autonomia no lançamento de novos produtos para o setor. Então, essa nova forma adotada por alguns países foi denominada de *New Space*. O *New Space* visa diminuir os custos do setor e aumentar a sua produtividade. A economia global do setor tem demonstrado um crescimento sustentado pelos diversos

produtos e serviços ofertados para toda a sociedade. Os conceitos definidos, as diretrizes e objetivos insculpidos nos diversos normativos que definem as competências da AEB continuam em constante atualização na priorização decenal, plurianual e anual de cada tema relevante a ser inserido e monetizado na LOA. Nesse sentido, a AEB continua trabalhando com o MCTI, MD, GSI e todos os atores envolvidos direta ou indiretamente com o PEB para tentar mitigar os riscos nesses e em outros temas afetos ao setor.

Quanto ao cumprimento das determinações e recomendações dos órgãos de controle externo e interno, a Agência vem cumprindo todas diligências emanadas desses órgãos. Nesse sentido, a UPC vem melhorando o ambiente de controle, integridade das informações, governança e gestão de riscos, tendo como objetivo o aprimoramento da gestão pública.

Além do objetivo do programa, algumas ações do Programa Temático “Programa Espacial Brasileiro” estão inseridos nos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Agenda 2030 das Nações Unidas: 9 – Indústria, Inovação e Infraestrutura; e 13 – Combates às alterações climáticas, todos registrados no Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento (SIOP).

RISCOS, OPORTUNIDADES E PERSPECTIVAS



2. RISCOS, OPORTUNIDADES E PERSPECTIVAS

Desde 2016, a AEB vem envidando esforços no tocante à gestão de riscos e aos controles internos. Em 2017 foi publicada a Portaria AEB nº 62/2017 (<http://pesquisa.in.gov.br/imprensa/jsp/visualiza/index.jsp?jornal=1&pagina=5&data=10/05/2017>) que aprovou a Política de Governança, Gestão da Integridade, Riscos e Controles Internos da Gestão (POLIGRI no âmbito da autarquia).


Com o propósito de atender ao disposto no Decreto nº 9.203/2017 e à Portaria da CGU nº 1.089/2018, e estabelecer instâncias responsáveis pela POLIGRI e suas competências, o documento passou por atualizações, tendo por última a Portaria nº 870/2022, que prorrogou o prazo de implementação da gestão de riscos na AEB, tendo em vista a abrangência que o tema requer. Assim, a Gestão de Riscos na AEB está organizada de forma a compartilhar responsabilidades sobre seu gerenciamento de acordo com as competências definidas para cada instância e nível hierárquico.

No tocante ao tema de Riscos para a Integridade, a AEB enviou expressivos esforços, em especial no período de 2019 a 2021, na sensibilização de seu corpo laboral pela divulgação de cursos, práticas de governança e informativos, tais como cartilhas, pesquisas da CGU e outros materiais. Também durante esse período, foi publicado e ajustado o Programa de Integridade, que conta com um cronograma de medidas a serem adotadas (<https://www.gov.br/cgu/pt-br/centrais-de-conteudo/paineis/integridadepublica>). Essas medidas vêm sendo monitoradas quanto ao seu andamento anualmente, inclusive em 2022.

Em 2019 foi aprovada pela AEB a metodologia proposta pela Secretaria-Executiva do Comitê de Gestão Estratégica - SEC para Gestão de Riscos. Em 2021 foram realizados testes em dois processos prioritários (Procedimento Operacional Padrão dos TEDs e Encomenda Tecnológica) no Sistema Ágatha, também utilizado pelo, até então, Ministério da Economia (ME). Entretanto, foram identificadas inconsistências na geração dos relatórios de monitoramento de ris-

cos. Em contato com outras instituições que haviam implementado o Sistema Ágatha, a AEB recebeu feedbacks que informaram os mesmos problemas e foi informada pelo ME, “proprietário do sistema” que não haveria mais suporte para esse sistema.

Diante desses entraves, foi sugerido pela Coordenação de Tecnologia da Informação e Comunicação (CTIC) que fosse adicionado um módulo no Sistema de Gestão de Risco de TIC, recém adquirido pela AEB, para mapear os riscos dos processos. No final de 2022 foi realizada uma reunião da SEC com a CTIC da autarquia para a implementação da sugestão proposta e para a realização dos testes iniciais nos processos ainda passíveis de mapeamento pela Universidade de Brasília (UnB) durante o exercício de 2023.



GOVERNANÇA, ESTRATÉGIA E ALOCAÇÃO DE RECURSOS

3. GOVERNANÇA, ESTRATÉGIA E ALOCAÇÃO DE RECURSOS

3.1. ESTRUTURA DE GOVERNANÇA

A estrutura de governança da AEB é definida em normas e regulamentos e, está ancorada na lei de criação, no decreto que institui sua estrutura regimental e na portaria que detalha essa estrutura. As estruturas de governança estão definidas nos normativos citados no item de Estrutura Organizacional e na Política de Governança, Gestão da Integridade, Riscos e Controles Internos da Gestão da AEB (POLIGRI), aprovada pelas Portarias nº 62/2017 e nº 425/2020. Essa Portaria instituiu 3 (três) instâncias internas responsáveis pela governança e tomada de decisão da Autarquia, de acordo com os níveis gerenciais:

- Comitê de Gestão Estratégica (CGE): Instância interna superior, voltada para as questões de nível estratégico, composto pelo Presidente da AEB, pelos 4 (quatro) Diretores, pela Chefia de Gabinete e pela Chefia da Assessoria de Cooperação Internacional;
- Secretaria-Executiva do CGE (SEC): Instância de apoio ao CGE e de interlocução entre o Comitê e as Unidades Setoriais de Gestão (USGs), coordenada pela Chefia de Gabinete e formada por representantes de cada uma das Diretorias e da Assessoria de Cooperação Internacional; e
- Unidades Setoriais de Gestão (USG): Unidades de gestão tática (Coordenadores) e operacional (chefes de Divisão e de Serviço) da AEB.

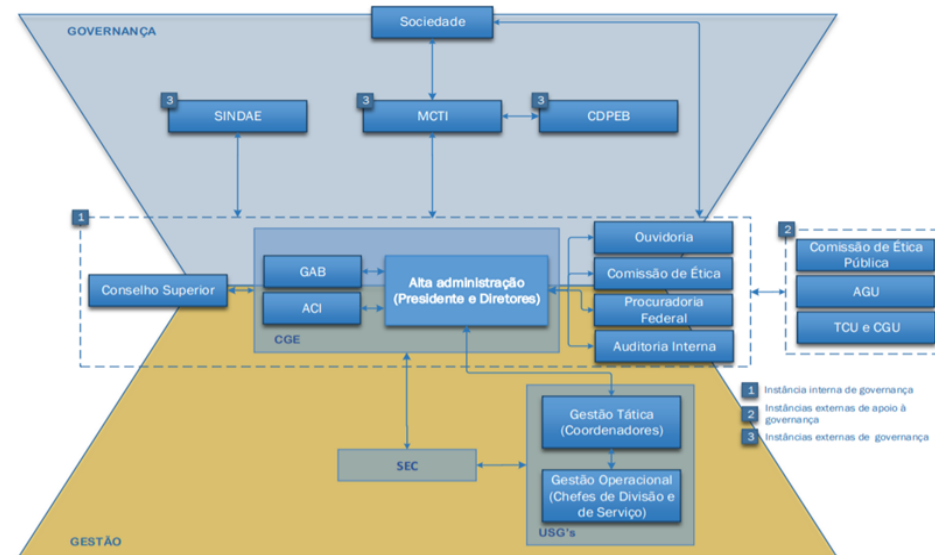
No tocante à instância externa de governança, em 2018 foi criado, no âmbito do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República (GSI-PR), o Comitê de Desenvolvimento do Programa

Espacial Brasileiro (CDPEB), destinado a formular propostas sobre a potencialização do Programa Espacial Brasileiro e cujas atividades estão disciplinadas no Decreto nº 9.839, de 14 de junho de 2019.

A figura a seguir apresenta, esquematicamente, o modelo de governança da AEB, com a representação das principais instâncias externas e internas:

Modelo de Governança da AEB

Figura 3 – Modelo de Governança



Legenda:

SINDAE: Sistema Nacional de Desenvolvimento das Atividades Espaciais
MCTI: Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações
CDPEB: Comitê de Desenvolvimento do Programa Espacial Brasileiro
GAB: Gabinete da Presidência da AEB
ACI: Assessoria de Cooperação Internacional

CGE: Comitê de Gestão Estratégica
SEC: Secretaria-Executiva do Comitê de Gestão Estratégica
USG's: Unidades Setoriais de Gestão
AGU: Advocacia-Geral da União
TCU: Tribunal de Contas da União
CGU: Controladoria-Geral da União

O Decreto nº 11.224, de 05 de outubro de 2022, instituiu o Conselho Nacional do Espaço (CNE), órgão de assessoramento ao Presidente da República com a finalidade de estabelecer os parâmetros gerais relativos à formulação, acompanhamento e à avaliação da Política Espacial Brasileira, além de cooperações internacionais estratégicas. Esse Conselho exercerá suas competências em coordenação com o CDPEB.

O Comitê contará com a atuação dos Ministros de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República, que o presidirá; do Gabinete de Segurança Institucional (GSI) da Presidência da República, que ficará com a responsabilidade de Secretaria-Executiva do colegiado; da Ciência, Tecnologia e Inovação; das Comunicações; da Defesa; e da Economia.

Todas essas instâncias, articuladas e com papéis bem definidos, contribuem para o alcance dos objetivos estratégicos da AEB.

Apoio da Estrutura de Governança à Capacidade Da UPC de Gerar Valor

A AEB instituiu a Política de Governança, Gestão de Integridade, Riscos e Controles Internos da Gestão da AEB (POLIGRI) visando a promoção do aperfeiçoamento e da transparência da gestão pública, a prevenção e o combate à corrupção, com participação social, por meio da avaliação e do controle das políticas públicas e da qualidade do gasto. Este instrumento demonstra a preocupação da Agência com o fortalecimento das instâncias de integridade e com a instituição de mecanismos de gerenciamento de riscos.

3.2. CANAIS DE COMUNICAÇÃO COM A SOCIEDADE E PARTES INTERESSADAS

Os principais canais de comunicação da AEB com a sociedade e partes interessadas são a Ouvidoria (OUV) e o Serviço de Informação ao Cidadão (SIC), por meio da Plataforma Integrada de Ouvidoria e Acesso à Informação – Fala.BR da Controladoria-Geral da União – CGU.

A Ouvidoria é o canal de comunicação direto entre o cidadão e a Agência, por meio do qual é possível registrar elogios, denúncias, reclamações, solicitações e sugestões, que contribui para o aperfeiçoamento dos serviços prestados à sociedade.

O SIC da AEB, vinculado ao Gabinete da Presidência, foi instituído pela Portaria AEB nº 16, de 7 de março de 2012 e opera junto com a Ouvidoria. Em 2022, atuaram pelos seguintes canais:

- Plataforma integrada de Ouvidoria e Acesso à Informação (Fala.BR): <https://falabr.cgu.gov.br/Principal.aspx>;
- E-mail da Ouvidoria: ouvidoria@aeb.gov.br;
- E-mail do SIC: sic@aeb.gov.br;
- Site da AEB: <https://www.gov.br/aeb/pt-br/acesso-a-informacao/servico-de-informacao-ao-cidadao-sic>;
- Protocolo/Correspondência: Setor Policial (SPO) - Área 5, Quadra 03, Bloco A, sala 07 (Térreo);
- Telefone Ouvidoria: (61) 2033-4500; e
- Atendimento presencial: Setor Policial (SPO) - Área 5, Quadra 03, Bloco A, sala 220.

Ao longo de 2022, foram registradas 708 manifestações de ouvidoria, sendo 579 pelo Fala.BR e 129 pelos demais canais de comunicação (e-mail, ofício, carta, presencial).

Dessas, 186 foram encaminhadas à outras ouvidorias por não se tratarem de competência da Ouvidoria da AEB. De tal forma que 271 foram respondidas e 251 arquivadas por insuficiência de dados ou incompreensão dos pedidos, totalizando 522 manifestações recebidas.

Cabe ressaltar que, 100% das manifestações recebidas foram respondidas dentro do prazo, em um tempo médio de 3,52 dias.

A figura a seguir apresenta os dados quanto aos tipos de manifestações recebidas pela Ouvidoria da AEB em 2022:

Figura 14 – Tipo de Manifestações em 2022



Fonte: Painel Resolveu? - Ouvidoria da AEB

No que se refere à resolução das demandas recebidas, a figura abaixo mostra que a AEB atingiu o índice de 93% de resolutividade, considerando-se os usuários que responderam à pesquisa disponível no sistema do Fala BR.

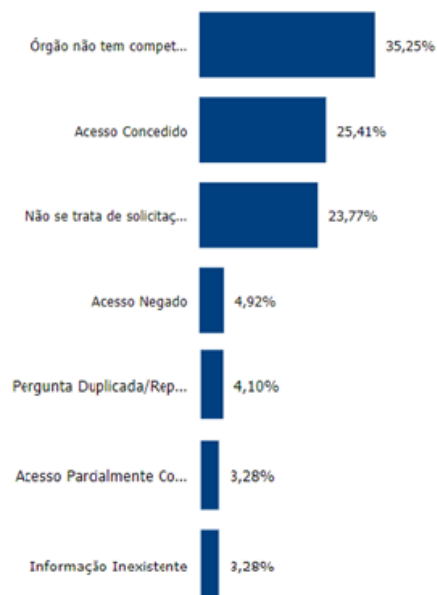
Figura 15 – Resolutividade



Fonte: Painel Resolveu? - Ouvidoria da AEB

Figura 16 – Tipo de Manifestações em 2022

TIPO DE RESPOSTA AOS PEDIDOS ?



Fonte: Painel Lei de Acesso à Informação - AEB

As figuras a seguir, apresentam informações sobre o total dos solicitantes, índice de satisfação com as respostas e os temas mais solicitados nos pedidos de informação de 2022.

Figura 18 – Satisfação do usuário

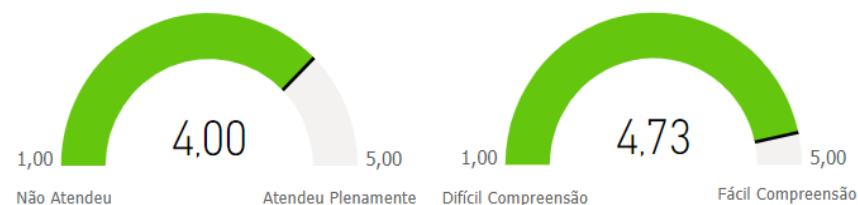
SATISFAÇÃO DO USUÁRIO ?

Todos

TOTAL DE RESPOSTAS: 11

A resposta fornecida atendeu plenamente ao seu pedido?

A resposta fornecida foi de fácil compreensão?



Fonte: Painel Lei de Acesso à Informação - AEB

Figura 17 – Perfil dos solicitantes

PERFIL DOS SOLICITANTES

TOTAL DE SOLICITANTES

112

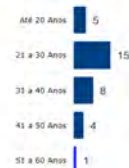
MÉDIA DE PEDIDOS POR SOLICITANTES

1,1

GÊNERO



FAIXA ETÁRIA



Fonte: Painel Lei de Acesso à Informação - AEB

Figura 19 – Principais temas

PRINCIPAIS TEMAS



Fonte: Painel Lei de Acesso à Informação - AEB

3.3. CARTA DE SERVIÇOS E PLATAFORMA DE TRANSFORMAÇÃO DIGITAL

A Carta de Serviços da AEB é um instrumento de gestão pública, que contém informações sobre os serviços públicos prestados de forma direta ou indireta pelos órgãos e entidades da administração pública e está disponível no Portal Gov.br em <https://www.gov.br/pt-br/orgaos/agencia-espacial-brasileira>. O documento encontra-se em constante aperfeiçoamento, dentro do programa Plataforma de Transformação Digital do Governo Federal (Gov.br).

Atualmente, estão disponíveis nessa plataforma os seguintes serviços:

- Serviços de agendamento de visitas educacionais ao Centro Vocacional Tecnológico Espacial (CVT-E), localizado em Parnamirim – RN;
- Solicitação de participação da AEB em eventos relacionados ao setor espacial, com o objetivo de divulgar e disseminar conhecimento;
- Catálogo da Indústria Espacial Brasileira; e
- Catálogo de Fornecedores do Centro Espacial de Alcântara (CEA).

3.4. COMISSÃO DE ÉTICA

A Comissão de Ética da AEB (CEAEB), instituída pela Portaria AEB nº 139, de 30 de dezembro de 2015 e regulamentada pelo seu Regimento Interno, disposto na Portaria AEB nº 179, de 12 de julho de 2019, é instância consultiva dos agentes públicos da autarquia e vinculada à Comissão de Ética Pública da Presidência da República. A CEAEB tem a finalidade de divulgar e conscientizar os servidores quanto aos seus deveres éticos, fomentar boas práticas administrativas e analisar denúncias de violação das diretrizes do Código de Ética do Servidor Público Civil do Poder Executivo Federal e do Código de Conduta Ética e Profissional dos Servidores e Colaboradores da AEB.

Em 2022, os membros da CEAEB participaram de reuniões ordinárias e extraordinárias no decorrer do ano e participaram de cursos avançados organizados pela Comissão de Ética Pública (CEP). Além disso, dando continuidade a ações relacionadas à ética e integridade, várias reuniões foram realizadas em conjunto com a Coordenação de Gestão de Pessoas da AEB e com a Secretaria Executiva

do Comitê de Gestão Estratégica. As atividades contínuas de sensibilização também foram foco dos trabalhos da CEAEB como “O Minuto da Ética” divulgado mensalmente para todos os colaboradores e servidores da Agência.

3.5. AUDITORIA INTERNA

A Auditoria Interna (AUDIN) realiza as atividades de avaliação e consultoria com o objetivo de adicionar valor e melhorar as operações da Agência, contribuindo para o aprimoramento de seus processos gerenciais e o alcance de seus objetivos em conformidade com as orientações da Controladoria Geral da União (CGU) e do Tribunal de Contas da União (TCU).

Além disso, apoia a melhoria e a eficácia dos processos de gerenciamento de riscos, de controles internos, de integridade e de governança da AEB, com avaliações objetivas e independentes que resultam na oferta, à alta administração, de análises e recomendações acerca das atividades, processos de trabalho e resultados da Agência.

Sua atuação é pautada pela autonomia técnica e objetividade, livre de interferências na determinação do escopo, na execução dos procedimentos, no julgamento profissional e na comunicação dos resultados.

Também é atribuição da AUDIN realizar a interlocução entre a AEB e os órgãos de controle (CGU e TCU), assunto a ser abordado no item “5. INFORMAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS, FINANCEIRAS E CONTÁBEIS” deste relatório, na parte referente às conclusões de auditorias independentes e/ou dos órgãos de controle público e medidas adotadas em relação a conclusões ou eventuais apontamentos.

No exercício de suas atribuições em 2022, a AUDIN emitiu 04 (quatro) relatórios, sendo 03 (três) relatórios de avaliação, abrangendo os temas “Encomendas Tecnológicas”, “Participação e Controle

Social (LAI)” e “Estratégia de Governo Digital”, e um de consultoria sobre a temática de “Política de Riscos”. Das atividades de auditoria de 2022 foram emitidas 07 (sete) recomendações com o intuito de aprimorar os processos da entidade, as quais foram implementadas e tidas como atendidas e concluídas em janeiro de 2023.

Além dessas, outras 10 (dez) recomendações de exercícios anteriores foram objeto de monitoramento e apresentam um prazo maior para conclusão, por envolverem outras organizações governamentais e serem afetadas por fatores externos à Agência.

Por fim, outras atividades previstas no Plano Anual de Auditoria Inter-

Na de 2022 (PAINT), executadas pela AUDIN incluíram:

- A elaboração do Parecer sobre a Prestação de Contas Anual da AEB do exercício de 2021, publicado tempestivamente na página da entidade na internet;
- A implementação do Programa de Avaliação e Melhoria das Ações da Auditoria Interna, com a realização de medidas de melhoria para os processos de auditoria interna baseadas nos resultados obtidos das avaliações dos gestores referentes aos procedimentos de auditoria no âmbito da AEB;
- A capacitação da Auditora-Chefe Substituta e dos colaboradores da AUDIN; e
- As ações administrativas de gestão da unidade.

Ressalta-se que a força de trabalho da AUDIN, no exercício de 2022, foi bastante reduzida, sendo constituída pela Auditora-Chefe Substituta e por dois colaboradores de apoio (um terceirizado e um estagiário), o que impactou a realização das atividades da área.

Informações mais detalhadas sobre os serviços de auditoria executados nesse exercício podem ser encontradas no Relatório Anual de Auditoria Interna (RAINT) de 2022, publicado no portal da AEB na internet.

3.6. ESTRUTURA DE GESTÃO E CONTROLE DE DEMANDAS JUDICIAIS

Quanto à estrutura de gestão e controle de demandas judiciais na AEB, o acompanhamento dessas demandas é realizado em parceria com as Procuradorias Regionais Federais, que são responsáveis pela atividade contenciosa. Desse modo, sendo a Agência demandada judicialmente, cabe à Procuradoria Regional Federal competente solicitar à PF/AEB os subsídios necessários à elaboração da defesa da Autarquia e, posteriormente, preparar a respectiva peça judicial, sendo aquela cientificada de todos os atos processuais.

No caso de mandados de segurança, a autoridade impetrada recebe a notificação e encaminha à PF/AEB para elaboração das informações a serem prestadas ao juízo. Após a juntada das informações, a PF/AEB realiza o acompanhamento processual, sem prejuízo da atuação da Procuradoria Regional Federal competente que, uma vez cientificada nos termos do art. 7º, II, da Lei nº 12.016/2009, também ingressa no feito para a defesa da Autarquia.

3.7. PERFIL DE GOVERNANÇA INSTITUCIONAL

No ano de 2021 foi realizado o Levantamento de Governança no período de 10 de maio a 4 de junho, sendo utilizados os resultados do último questionário realizado, para demonstrar as principais medidas adotadas pela alta administração da AEB. Em 2022, o Levantamento não foi realizado pelo TCU. Nesse sentido, utilizou-se resultados do último questionário realizado, para demonstrar as principais medidas adotadas pela AEB.

Todas as informações sobre o levantamento de governança e gestão públicas de 2021, estão disponíveis no endereço https://www.tcu.gov.br/igg2021/iGG2021_Devolutivas.htm.

Figura 20 – IGGC2021



Fonte: Disponível em https://www.tcu.gov.br/igg2021/iGG2021_Devolutivas.htm

A partir do levantamento realizado e com o objetivo de melhorar a qualidade na Gestão e Governança, a AEB implementou algumas medidas em 2022 para sanar as deficiências apontadas:

- Elaboração da IN nº 01, de 19 de julho de 2021, que dispõe sobre os procedimentos para concessão de diárias e passagens em viagens nacionais e internacionais, no âmbito da Agência Espacial Brasileira;
- Implantação do Sistema Integrado de Gestão Patrimonial (SIADS), um sistema integrado para gestão de materiais;
- Contratação de empresa para manutenção predial, para o atendimento mais célere de demandas internas de manutenção;

- Contratação de carro executivo híbrido, com vistas à sustentabilidade;
- Estruturação do escritório de Alcântara/MA;
- Publicação e revisão de atos normativos conforme Decreto nº 10.310/2019;
- Centralização gradual das atividades de concessão e de manutenção das aposentadorias e pensões de servidores da AEB;
- Ações para minimizar o déficit na força de trabalho: pedido de autorização de concurso público ao Ministério da Economia, divulgação no portal do servidor de 9 (nove) editais de oportunidades profissionais disponíveis nas diversas áreas da AEB e para contratação de consultoria técnica especializada via PNUD;
- Inicialização da implementação do Programa de Gestão da AEB;
- Desenvolvimento do capital intelectual: mapeamento Fonte: TCU 37 de competências, Levantamento de Necessidades de Capacitação (LNC) e elaboração do Plano de Desenvolvimento de Pessoas (PNDP);
- Sistema informatizado para gerenciamento de riscos;
- Estudos para a adequação da Portaria AEB nº 269/2020 - que dispõe sobre a descentralização de créditos por meio de Termo de Execução Descentralizada - à Plataforma + Brasil;
- Atendimento das pendências levantadas pela CGU acerca da Transparência Ativa: foram mantidos os índices do ano anterior, sendo que, das 49 pendências 51% foram consideradas atendidas.
- Monitoramento do cronograma das medidas de integridade para o Plano Bianual 2022-2024 do Programa de Integridade;
- Aprovação do Regimento Interno do Comitê de Segurança da Informação e Comunicações da AEB (CSIC/AEB) através da Resolução nº 3, de 11 de março de 2021.
- Publicação da Portaria 522, de 18 de março de 2021, instituindo a equipe de revisão da Política e dos normativos complementares de segurança da informação e comunicação e da implementação da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD) na AEB.
- Publicação da Portaria nº 704, de 9 de setembro de 2021, instituindo o Encarregado pelo Tratamento de Dados Pessoais da Agência Espacial Brasileira;
- Aprovação do Plano de Dados Abertos para o período de junho/2021 a junho/2023, pelo Comitê de Governança Digital (CGD/AEB). Acesso em https://www.gov.br/aeb/pt-br/aceso-a-informacao/dados-abertos/Plano_de_Dados_Abertos_da_AEB_Junho_2021_a_Junho_2023.pdf;
- Publicação de cinco conjuntos de dados abertos nos formatos CSV e JSON: Execução Orçamentária (de 2000 a 2020); Objetos Espaciais Brasileiros; Recursos Humanos e Contratos administrativos; Catálogo de Indústrias Espaciais Brasileiras. Estamos em processo de modelagem para publicação de mais uma base referente a dezembro/2021: Ciclo de Avaliação de Desempenho Institucional da AEB;
- Renovação do Parque Tecnológico com a aquisição de novos computadores e soluções de segurança da informação.

3.8. RESULTADOS E DESEMPENHO DA GESTÃO

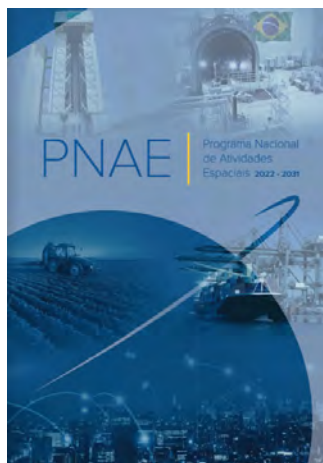


A Agência Espacial Brasileira (AEB) tem a competência de executar e fazer executar a Política Nacional de Desenvolvimento das Atividades Espaciais (PNDAE), estabelecida pelo Decreto nº 1.332, de 8 de dezembro de 1994. A PNDAE tem como objetivo geral promover a capacidade do País para, segundo conveniência e critérios próprios, utilizar os recursos e as técnicas espaciais na solu-

ção de problemas nacionais e em benefício da sociedade brasileira. Desdobra-se no planejamento decenal que o Programa Nacional de Atividades Espaciais (PNAE) apresenta, atualmente para o período de 2022 a 2031.

O Programa Espacial Brasileiro deve se voltar ao atendimento a necessidades reais da sociedade e o PNAE 2022-2031 pavimenta esse caminho. Consolida-se, assim, um capítulo importante da infraestrutura nacional, uma vez que os produtos – bens, aplicações e serviços – que derivam de sistemas espaciais viabilizam praticamente todas as atividades econômicas do país. Seus impactos atingem os setores de comunicação, logística, mobilidade urbana, defesa civil, mineração, meio ambiente, saúde, educação, ciências, entre outros. Além disso, são fundamentais para a agropecuária de precisão, para a consolidação das cidades inteligentes, para o aproveitamento das energias renováveis e para a transição a uma sociedade mais digital e mais inclusiva.

No atual Plano Plurianual (PPA 2020-2023), o PNAE se instrumentaliza pelo Programa Temático 2207 (Programa Espacial



Brasileiro), cuja diretriz é a “eficiência da ação do setor público com valorização da ciência e tecnologia e redução do papel do estado na economia” e tem como objetivo “aumentar a autonomia nacional no atendimento das demandas por produtos e serviços espaciais”.

Para o PPA 2020-2023, o indicador que mensura o Programa 2207 é o Índice de Ganho de Autonomia em Sistemas Espaciais (IGASE). Esse índice tem como objetivo demonstrar o ganho de autonomia do País para condução de missões espaciais complexas que requeiram satélites da classe de 500 kg.

Também visa a demonstrar o ganho de autonomia para injeção orbital de cargas úteis de pequeno porte. No segmento de satélites, o incremento de autonomia para missões espaciais com satélites da classe de 500 kg é resultado da validação em órbita da Plataforma Multimissão (PMM) nacional, que a missão Amazônia 1 utilizou. A fase orbital da missão Amazônia 1, com validação em órbita da PMM, contribui com 50% da autonomia que o indicador mede.

Os 50% restantes do indicador ficam por conta do segmento de lançadores, para o qual se almeja o incremento de autonomia do país para injeção orbital de cargas úteis de pequeno porte, compreendido pela qualificação do Veículo Lançador de Microssatélites (VLM-1) nacional. O voo de qualificação do VLM-1 decorre de um esforço de desenvolvimento que o Programa Espacial Brasileiro conduz. Representa um marco importante no desenvolvimento de um conjunto de lançadores nacionais capazes de levar ao espaço diferentes tipos de satélites, de maneira a ampliar a capacidade na-



cional de entregar produtos e serviços espaciais de interesse da sociedade brasileira. O cálculo do índice define-se a seguir:

Figura 21 – Cálculo de Índice

IGASE = CSS + CSL	
CSS – Contribuição do Segmento Satelital para o IGASE com a validação da Plataforma Multimissão (Amazonia 1)	CSL – Contribuição do Segmento Lançador para o IGASE com a qualificação do VLM-1
<p>Marcos de Acompanhamento</p> <ul style="list-style-type: none"> ✓ Campanha de Lançamento e injeção em órbita com sucesso do Amazonia 1 ✓ Operações críticas iniciais (LEOP – <i>Launch and Early Orbit Phase</i>) do Amazonia 1 ✓ Comissionamento do satélite Amazonia 1 ✓ Operação e distribuição de dados do Amazonia 1 (5% por ano) 	<p>Marcos de Acompanhamento</p> <ul style="list-style-type: none"> ✓ Primeiro Tiro em Banco do S50 ✓ Testes de Qualificação e Aceitação do Módulo Dianteiro e do Sistema de Separação <ul style="list-style-type: none"> ○ Segundo Tiro em Banco do S50 ○ Entrega do Módulo de Serviço e do TVA ○ Ensaios e Integração dos Componentes ○ Primeiro Voo do veículo suborbital VS-50 ○ Segundo Voo do veículo suborbital VS-50 ○ Finalização de Estudos de Separação a Quente ○ Voo de qualificação do VLM-1
<ul style="list-style-type: none"> ✓ Marco atingido ○ Marco planejado 	

Fonte: Cálculo do IGASE.

Conforme a Figura 21, com o sucesso dos marcos de acompanhamento da CSS e de marcos de acompanhamento da CSL, tem-se para o IGASE, o resultado até o final de 2022 de 77,5%.

Esse objetivo foi estabelecido porque, a exemplo de outras nações, é estratégico que satélites de domínio nacional forneçam os produtos e serviços espaciais habilitadores de políticas públicas, de forma a garantir soberania sobre os dados e sobre as aplicações essenciais ao Estado Brasileiro. Quanto maior o controle sobre a tecnologia empregada, mais se podem explorar aplicações estratégicas e em uso dual de interesse do País.

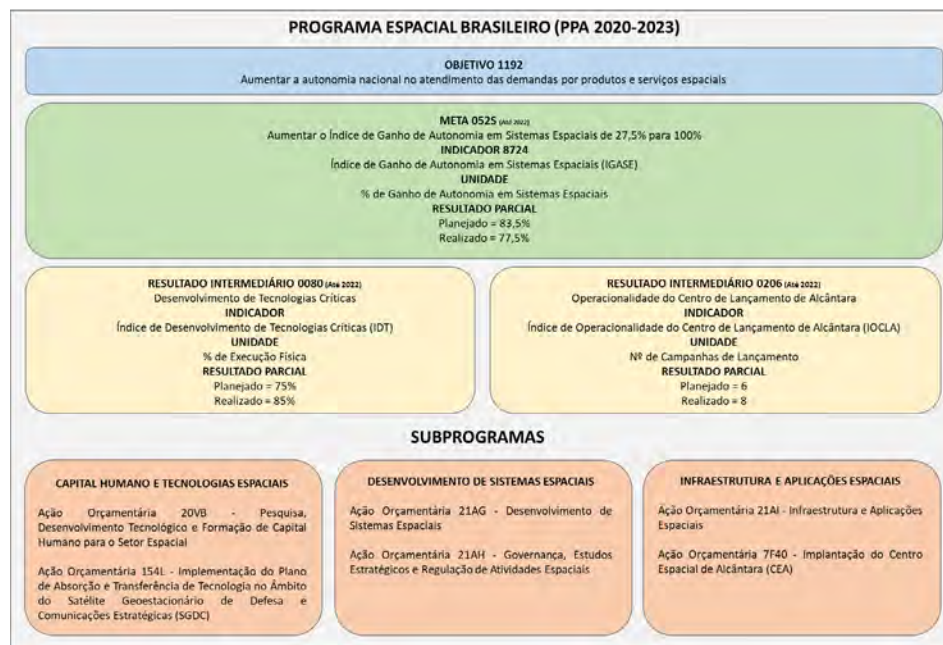
O desenvolvimento de satélites nacionais traz, ainda, o potencial de alavancagem econômica. Trata-se de um setor de inovação

e de alta tecnologia, um mercado internacional crescente do qual o Brasil é historicamente apenas consumidor.

Para contribuir no atendimento ao IGASE, foram definidos resultados intermediários, a Operacionalidade do Centro de Lançamento de Alcântara e o Desenvolvimento de Tecnologias Críticas (Figura 2), quantificadas respectivamente pelos indicadores Índice de Operacionalidade do Centro de Lançamento de Alcântara (IOCLA) e pelo Índice de Desenvolvimento de Tecnologias Críticas (IDT).

O IOCLA tem como objetivo demonstrar o nível de operacionalidade do Centro de Lançamento de Alcântara (CLA). O CLA figura no PNAE como uma infraestrutura básica para a condução de missões espaciais brasileiras, sendo o principal sítio de lançamento do país, capaz de habilitar o lançamento de veículos da classe do Veículo Lançador de Microssatélites Nacional (VLM-1). O IDT tem como objetivo demonstrar o nível de desenvolvimento de tecnologias críticas no setor espacial. Toma-se como referência o Sistema de Navegação e Controle para Veículos Orbitais e Suborbitais (SISNAC) no segmento de lançadores. Isto é parte do domínio tecnológico necessário para viabilização do projeto do Veículo Lançador de Microssatélites nacional (VLM-1).

Figura 22 – PPA 2020-2023



Fonte: Diretoria de Governança do Setor Espacia

Os subprogramas definidos para o Programa Espacial Brasileiro detalham grandes grupos de atividades indispensáveis ao atingimento dos objetivos e indicadores específicos do Programa. Voltados ao Capital Humano e Tecnologias Espaciais, ao Desenvolvimento de Sistemas Espaciais e a Infraestruturas e Aplicações, os subprogramas recebem o suporte das ações orçamentárias sob gestão da AEB.

Apesar da grande disponibilidade de produtos e serviços no mercado internacional, aqueles que se destinam a aplicações mais específicas ou sensíveis têm alto custo e podem se tornar indisponíveis em situações adversas. A descontinuidade de determinados dados pode afetar seriamente o país. Em última análise, um país sem autonomia na geração de informações relevantes sobre o seu pró-

prio território estará sempre sujeito a ações de outros países e corporações estrangeiras. Cenários econômicos restritivos muitas vezes impedem o início de novos projetos ou alongam o tempo de desenvolvimento e finalização de satélites nacionais.

A demanda imediata, nesses casos, é suprida pela aquisição direta, no exterior, de dados ou até mesmo de sistemas espaciais completos, como foi o caso da aquisição do Satélite Geoestacionário de Defesa e Comunicações Estratégicas (SGDC-1). De qualquer forma, é importante observar que a aquisição de dados ou satélites estrangeiros não esgota a necessidade do País de investir em tecnologia nacional. Para garantir maior autonomia e soberania sobre os produtos e sobre os serviços espaciais de que precisa, é fundamental que o Brasil invista no desenvolvimento de satélites nacionais.

O Amazonia 1 é exemplo de ações concretas para o desenvolvimento de plataformas e satélites brasileiros. Com engenharia nacional para observação da Terra, o satélite se baseia em uma Plataforma Multimissão (PMM), que permite a realização de diferentes tipos de missão. Já existem estudos de definição e de viabilidade de uma missão de sensoriamento por *Synthetic Aperture Radar* (SAR), que também se baseia na PMM. Isso ampliará enormemente a capacidade nacional em missões espaciais de observação da Terra. São iniciativas, contudo, que demandam investimento e que precisam, ainda, ser ampliadas para o fortalecimento da agenda de desenvolvimento nacional.

Como resultado do esforço na área do desenvolvimento de satélites e lançadores, os projetos atualmente em execução no Brasil vislumbram consolidar no país o domínio tecnológico completo para a condução de missões espaciais. Tais missões devem ser capazes de oferecer uma série de aplicações de interesse nacional e regional nas áreas de observação da Terra, meteorologia, posicionamento e navegação, ciência, telecomunicação e serviços de lançamento, dentre outras. Juntas, proporcionarão os benefícios já citados, de forma a ampliar nossos horizontes como nação e a elevar a qualidade de vida de nossa população.

Os principais projetos e programas da AEB executam-se por meio de ações orçamentárias que compõem o Programa Temático do Programa Espacial Brasileiro. Suas metas físicas e orçamentárias definem-se na Lei Orçamentária Anual (LOA).

O orçamento federal aprovado pela LOA da AEB referente ao Programa 2207, totalizou a execução de R\$ 64,05 milhões. Foi executado, também, para o Programa 2207, R\$ 12,90 milhões, sob gestão do CT-Espacial. Totalizando o valor finalístico de R\$ 76,94 milhões para o Programa Espacial Brasileiro em 2022, excetuando desse valor as dotações para pagamento de pessoal e encargos sociais e das despesas de manutenção da UPC (Figura 23).

Figura 23 – Execução do orçamento do programa 2207 para o ano de 2022.



Fonte: Observatório do Setor Espacial Brasileiro

Os recursos executados em 2022 possibilitaram ao Programa Espacial Brasileiro os resultados que se apresentam a seguir.

Capacidade de Acesso ao Espaço

O Veículo Lançador de Microssatélites (VLM-1) tem como objetivo colocar um microssatélite com massa igual ou superior a 30 kg em uma órbita terrestre baixa (LEO), igual ou superior a 300 km, e de baixa inclinação.

Atualmente em desenvolvimento, este veículo é fruto de parceria com o Centro Aeroespacial Alemão (DLR) que se iniciou visando atender as necessidades dos programas espaciais do Brasil e da Alemanha, que têm o objetivo de atuar em um nicho de mercado pouco explorado. A utilização de veículos específicos para o lançamento de microssatélites tem crescido nos últimos anos devido ao grande número de novas aplicações espaciais que se realizaram a partir de satélites desse porte.

No âmbito do projeto VLM-1, ocorreu a operação Santa Maria II, em setembro de 2022. Trata-se da segunda atividade logística de preparação para o lançamento do veículo VS-50, que é tida como um mitigador de riscos para o projeto do VLM-1.

Em julho, entregou-se o Banco de Controle da Plataforma Suborbital de Microgravidade (PSM), que trará autonomia para as missões suborbitais nacionais.

Por meio da Operação Santa Branca (Figura 24), ocorreu, em outubro, a qualificação da PSM. Lançada por meio de um veículo de sondagem VSB-30, essa plataforma permite a realização de experimentos em ambiente de microgravidade. Os experimentos que o Brasil realiza neste tipo de missão são selecionados pelo Programa Microgravidade da AEB. Dessa forma, a PSM permitirá que o Brasil se insira no mercado internacional de prestação de serviços de viabilização de experimentos em ambiente de microgravidade.

Figura 4 - Operação Santa Branca.



Fonte: Centro de Lançamento de Alcântara - CLA

Disponibilização de imagens, dados e serviços utilizando satélites nacionais

Os satélites SCD-1, SCD-2, CBERS-4 e CBERS 04A, atualmente em operação, fazem parte do Sistema Brasileiro de Coleta de Dados Ambientais (SBCDA). Baseado na utilização de satélites e plataformas de coleta de dados (PCDs) distribuídas pelo território nacional, o SBCDA objetiva fornecer ao país dados ambientais diários coletados nas diferentes regiões do território nacional. Além dos satélites em operação, há iniciativas em andamento para adicionar capacidade ao segmento espacial por meio de plataformas de pequeno porte e baixo custo, como é o caso da Constelação Catarina, cuja Frota A prevê o lançamento de até 3 satélites capazes de realizar coleta de dados ambientais.

O Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE) disponibiliza o acesso ao Sistema Integrado de Dados Ambientais (SINDA) que tem como função o processamento, o armazenamento e a disseminação, para os usuários, dos dados coletados remotamente pela rede de PCDs e transmitidos para uma constelação dos satélites que carregam a bordo o sistema Transponder de Coleta de Dados (TCD).

Por sua vez, esses satélites retransmitem para Estações de Recepção Terrestres, que entregam os dados dos satélites para o SINDA.

Os dados coletados pelas PCDs e retransmitidos pelos satélites do SBCDA são utilizados em diversas aplicações, tais como previsão de tempo, estudos sobre correntes oceânicas, marés, química da atmosfera, planejamento agrícola, monitoramento das bacias hidrográficas, entre outras, através de mais de 600 plataformas instaladas no território nacional.

A família de satélites de sensoriamento remoto *China-Brazil Earth Resources Satellite* (CBERS), além de um repetidor para o SBCDA, leva a bordo câmeras imageadoras. No País, praticamente todas as instituições ligadas ao meio ambiente e a recursos naturais são usuárias das imagens dos satélites da família CBERS e do satélite Amazonia 1.

As imagens provenientes desses satélites são usadas em importantes campos, como o controle do desmatamento e das queimadas na Amazônia Legal; o monitoramento de recursos hídricos, áreas agrícolas, crescimento urbano e ocupação do solo; em educação e em inúmeras outras aplicações.

As imagens dos satélites brasileiros CBERS-4 (de 10 de maio de 2022 em diante), CBERS 04A e Amazonia 1 estão disponíveis na Divisão de Geração de Imagens (DGI) do INPE.

Com relação ao Satélite Geoestacionário de Defesa e Comunicações Estratégicas (SGDC), fornece-se internet em alta velocidade a locais do país onde, atualmente, as empresas de telecomunicação não têm interesse comercial ou capacidade técnica para operar. O SGDC também possibilita conexão de internet a escolas públicas, hospitais, unidades de saúde, comunidades indígenas e quilombolas que até recentemente não contavam com esse acesso.

Em 2022, o SGDC completou cinco anos de lançamento com milhões de brasileiros conectados, sobretudo em comunidades remotas do Brasil, com internet de banda larga segura e de qualidade.

Atende em todo território nacional, inclusive a Amazônia Azul. São quase 9 milhões de brasileiros beneficiados pelo programa Wi-Fi Brasil, operado pela Telebrás e coordenado pelo Ministério das Comunicações (MCom), que atualmente possui 15.705 pontos de internet instalados em 3.055 municípios brasileiros.



Por fim, a AEB e o INPE implementaram, em 2022, o projeto piloto de compartilhamento de dados de sensoriamento remoto no âmbito do acordo celebrado com o grupo dos BRICS.

Conhecimento científico e tecnológico, capital humano e tecnologias críticas

Em fevereiro, a AEB, a Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP) e o Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações (MCTI) lançaram o edital nº 03/2022, para seleção de propostas para o desenvolvimento do protótipo de foguete de capacitação no âmbito da Subvenção Econômica à Inovação, no valor de até R\$ 8 milhões.

Em junho, foi lançado o edital para seleção de propostas para o desenvolvimento de um satélite de pequeno porte para observação da Terra em alta resolução. No âmbito da Subvenção Econômica à Inovação, o edital prevê investimentos de até R\$ 220 milhões.

Em agosto, foi lançado o edital nº 17/2022, para seleção de propostas para o desenvolvimento de veículo lançador de pequeno porte para lançamento de nano e/ou microsatélites. Esse edital prevê investimentos de até R\$ 190 milhões nesse desenvolvimento.

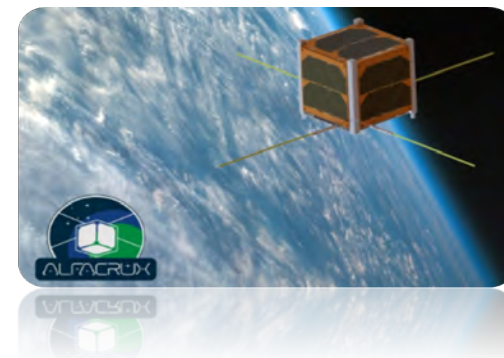
Por meio da Portaria MCTI nº 5.687/2022, de 14 de março de 2022, formalizou-se a reestruturação do Programa UNIESPAÇO. O programa tem a finalidade de estimular, orientar e promover a pesquisa científica e a formação de recursos humanos qualificados na área espacial. Também deve incentivar a criação de ambiente favorável à inovação e ao empreendedorismo, no âmbito das ações prioritárias do Programa Espacial Brasileiro (PEB). Em 3 de agosto de

2022, lançou-se o edital para apoio ao desenvolvimento de pesquisa e tecnologia nas áreas de: Propulsão; Controle do Sistema Espacial; Materiais e processos para tecnologias espaciais; Detrito espacial; Sistema de energia para satélites; Sistemas de estações e redes de solo; Sistemas de dados de bordo; e Ciências físicas e da vida aplicados a missões espaciais. Os projetos serão financiados nos valores de R\$ 500 mil a R\$ 1 milhão, totalizando R\$ 15 milhões de investimento no Programa.

Em abril, lançou-se a missão AlfaCruX, que propõe um sistema de comunicação com desdobramentos práticos e de pesquisa para as sociedades civil e militar, com geração de informação, ampliação da conectividade e desenvolvimento da chamada “internet das coisas”, entre outros avanços. As principais organizações envolvidas no projeto, que teve apoio institucional da AEB, são a Universidade de Brasília (UnB) e a Fundação de Apoio à Pesquisa (FAP-DF). Um foguete Falcon 9, da empresa SpaceX, lançou o CubeSat utilizado na missão, direto do Cabo Canaveral, nos EUA.

Em novembro, realizou-se a Delta *Critical Design Review* (CDR) do nanossatélite de coleta de dados GOLDS-UFSC. Trata-se de um CubeSat 2U, baseado na plataforma Floripasat, para embarcar e testar em órbita o *Environmental Data Collector* (EDC), uma carga útil desenvolvida para receber, processar e retransmitir dados ambientais enviados por PCDs ambientais. O EDC é um dispositivo desenvolvido no INPE e compatível com as PCDs do SBCDA e com o sistema francês ARGOS. Assim, o EDC pode também coletar dados ambientais de plataformas do sistema ARGOS que estejam distribuídas fora do território nacional. A previsão de lançamento é para 2023 e as principais organizações envolvidas são UFSC, INPE e AEB.

Com relação ao Programa Microgravidade, que tem a iniciativa de disponibilizar



ambiente de microgravidade a instituições brasileiras para a realização de experimentos científicos e tecnológicos. O programa provê os meios de acesso e o suporte técnico para a viabilização das atividades. Entre os meios de acesso, destacam-se as operações a bordo de veículos suborbitais brasileiros, como o VS-30 e o VSB-30. O processo para a seleção dos experimentos baseia-se na promoção de Anúncios de Oportunidade pela AEB. A publicação do 6º Anúncio de Oportunidades ocorreu no dia 30 de dezembro de 2022.



O lançamento do *Scintillation Prediction Observations Research Task* - SPORT, pelo Falcon 9 da SpaceX foi no dia 26/11/2022. Ele foi levado para a ISS. No dia 29 de dezembro de 2022, ocorreu a inserção em órbita, a partir da ISS, do nanossatélite SPORT, um CubeSat 6U, fruto de uma parceria entre AEB, INPE, ITA e NASA. A missão estudará as pré-condições para as bolhas de plasma equatoriais na ionosfera, que são a principal fonte de reflexões de radar na ionosfera equatorial da região-F e causam fortes cintilações nos sinais de rádio que passam através delas.



Deu-se continuidade ao Programa Constelação Catarina, com a definição dos primeiros satélites da Frota A em parceria com o ISI-SENAI e UFSC. Realizaram-se, também, as reuniões de revisão crítica do projeto (*Mission Definition Review* - MDR e *System Requirements Review* - SRR); evento sobre empreendedorismo em Londrina-PR; criação do 1º curso de empreendedorismo no setor espacial e intercâmbio com 5 estudantes da Agência Espacial Colombiana.

Deu-se continuidade ao Programa Constelação Catarina, com a definição dos primeiros satélites da Frota A em parceria com o ISI-SENAI e UFSC. Realizaram-se, também, as reuniões de revisão crítica do projeto (*Mission Definition Review* - MDR e *System Requirements Review* - SRR); evento sobre empreendedorismo em Londrina-PR.



Além desses resultados, destaca-se o apoio institucional da AEB aos projetos:

- Projeto VCUB: tem o objetivo de desenvolver e validar a arquitetura do satélite e as tecnologias de controle de órbita e atitude, além de gestão de dados de bordo para que futuras missões do Programa Espacial Brasileiro possam utilizá-los. O VCUB 1 é um CubeSat 6U de alto desempenho para imageamento e observação da Terra, com resolução de até 3,5 metros em órbita LEO. As principais organizações envolvidas são VISIONA, SENAI, EMBRAPII e AEB.
- Projeto NanoMirax: é um nanossatélite da categoria CubeSat 2U, em desenvolvimento pelo INPE na área de astrofísica de raios X para a detecção e posicionamento de explosões cósmicas na era da astrofísica multimessageira. Com o desenvolvimento dessa missão espacial, espera-se obter resultados científicos importantes a respeito de eventos astrofísicos que emitem diferentes formas de mensageiros cósmicos, como ondas gravitacionais e radiação eletromagnética. O NanoMirax será capaz de detectar e localizar no céu, de 5 a 10 eventos por ano. Alguns destes eventos poderão ser simultâneos a surtos de ondas gravitacionais detectados por observatórios no solo. A localização desses surtos é fundamental para os modelos dos sistemas que os emitem, geralmente associados à fusão de buracos negros ou estrelas de nêutrons. Além disso, o NanoMirax será capaz de dar importantes contribuições para os estudos de

explosões de raios gama e para a variabilidade do fluxo de raios X em órbita terrestre baixa (LEO). A AEB possui um Termo de Execução Descentralizada (TED) assinado com o INPE para desenvolver o modelo de voo, testar, lançar e operar o NanoMirax.

- c. Projeto GOMX-5: iniciou-se em 2018, por meio de uma parceria entre a ESA e a empresa GomSpace, da Dinamarca. Visa a demonstração em órbita de tecnologias para uso na próxima geração de Constelações de CubeSats. O GOMX-5 é um CubeSat 12U. A equipe do SpaceLab da UFSC desenvolveu um módulo para esse satélite a ser utilizado na carga útil *Advanced Payload Processors* (APP). A APP possui as mesmas dimensões de um Cubesat 1U, ou seja, 10x10x10 cm, e é composta por 3 módulos: módulo receptor GNSS, produzido em conjunto pela empresa GMV da Polônia e pelo *Space Research Centre* (CBK) da Academia de Ciências da Polônia; módulo de processamento de alto desempenho tolerante à radiação, da empresa Cobham, da Suécia; e o módulo de processamento de alto desempenho baseado em FPGA e tolerante à radiação, do SpaceLab da UFSC.
- d. Projeto ITASAT2: é uma Missão científica para estudos de Clima Espacial, sobretudo da Ionosfera e de geolocalização. Com base em três CubeSats 8U em Voo de Formação, o projeto está sendo desenvolvido pelo ITA, em parceria com a AEB e em cooperação internacional com o instituto israelense Technion e, possivelmente, com a NASA. Para tanto, celebrou-se convênio entre a FINEP, a Fundação Casimiro Montenegro Filho, o ITA e a AEB, com vigência até o ano de 2025. O projeto complementa a missão do SPORT, ao realizar investigações científicas e tecnológicas na ionosfera. Sua importância reside no fato da ionosfera ter uma influência muito grande nos sistemas eletrônicos atuais, tais como os de GPS, de comunicações e de transmissão de energia.

A missão Aldebaran-I, uma parceria entre a Agência Espacial Brasileira (AEB) e a Universidade Federal do Maranhão (UFMA), possibilitou que alunos e professores do curso de Engenharia Aeroespacial da UFMA desenvolvessem um dos primeiros nanossatélites de propriedade brasileira.



Por fim, a missão PdQSat, uma parceria entre a Agência Espacial Brasileira (AEB) e a Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), também possibilita que alunos e professores do curso de Engenharia Aeroespacial da UFMG desenvolvam um nanossatélite para demonstração tecnológica.

3.9. GOVERNANÇA DAS ATIVIDADES ESPACIAIS

Em 2022, estabeleceu-se o Procedimento para Seleção e Adoção de Missões Espaciais (ProSAME), instituído pela Portaria AEB nº 857, de 25 de maio de 2022. Seu objetivo é sistematizar a seleção e a adoção das missões espaciais que a AEB apoiará e consolidará em seus instrumentos de planejamento setorial. Em 2022, encontram-se homologadas na Carteira de Admissão do ProSAME as propostas do EQUARS, do Garatêa-L e do ITASAT2. Na Carteira de Qualificação, registraram-se as propostas do nanossatélite SelenITA (Acordo Artemis), do satélite MAPSAR, do satélite Amazonia 1B e da missão AQUAE de média resolução. Na Carteira de Execução, registraram-se os seguintes projetos e missões espaciais: CBERS-4; CBERS 04A; Amazonia 1; SPORT; NanoMirax; GOLDS-UFSC; Motor-Foguete S50; Veículo Suborbital VS-50; Veículo Lançador de Microsatélites VLM-1; e Plataforma Suborbital de Microgravidade (PSM).

Em fevereiro, a AEB e a *Amazon Web Services* (AWS) assinaram um Termo de Intenção Estratégica e Cooperação. A iniciativa, com a qual a Embaixada Brasileira em Washington também colaborou, é a

primeira desse tipo para a AWS, na América Latina, e apoiará a inovação e o crescimento contínuo da indústria espacial do país.

No contexto do Centro Espacial de Alcântara (CEA), divulgou-se o resultado do 2º chamamento público referente à área 04. Também se emitiram 3 licenças de operador para execução de atividades espaciais de lançamento no território brasileiro. No âmbito do licenciamento ambiental, o IBAMA expediu a Licença de Operação Corretiva (LOC), que viabiliza a realização das atividades de lançamento que o CEA executa.

No âmbito do Programa de Desenvolvimento Integrado para o Centro Espacial de Alcântara (PDI-CEA), realizaram-se várias reuniões plenárias da CDI-CEA e diversos estudos preliminares que subsidiaram a elaboração do Programa. Os trabalhos de elaboração do PDI-CEA foram finalizados com a formalização da entrega no final de 2022. O programa orientará as ações dos setores público e privado no contexto do CEA. Com o lançamento do Programa, há a expectativa de que se realizem investimentos em diversos setores estratégicos, especialmente nas infraestruturas de Alcântara e de seu entorno. Como resultado, espera-se o estabelecimento das atividades comerciais de lançamento a partir do CEA e a atração da indústria e de prestadores de serviços de apoio a tais atividades

Ainda em 2022, após intensos trabalhos, foram finalizadas e encaminhadas as propostas elaboradas pela AEB, pelo MCTI, pelo MD, pelo GSI e pelo COMAER da Lei de Atividades Espaciais (LAE) e da Política Nacional de Espaço (PNE).

Em dezembro, ocorreu a primeira tentativa de operação de lançamento realizada por uma empresa privada a partir de Alcântara. A tentativa fez parte da Operação Astrolábio, uma parceria entre o Departamento Brasileiro de Ciência e Tecnologia Aeroespacial (DCTA) e



a empresa sul-coreana INNOSPACE, com apoio da Agência Espacial Brasileira (AEB).

O objetivo da Operação é realizar o ensaio em voo do foguete sul-coreano HANBIT-TLV e do Sistema de Navegação Inercial (SISNAV), carga útil brasileira que irá a bordo do veículo lançador. É um marco de um novo paradigma em que o Estado estabelece parcerias com o setor privado em busca de dotar o Brasil de maior autonomia e soberania sobre as atividades espaciais de seu interesse.



Espera-se que, com a conclusão das tratativas contratuais junto às empresas selecionadas para operar no CEA e a implementação das ações e dos projetos do PDI-CEA, as atividades comerciais de lançamento espacial se consolidem, de maneira a gerar benefícios para a região e para o país.

Com o objetivo de divulgar e dar maior transparência às atividades espaciais no Brasil, deu-se continuidade ao Observatório do Setor Espacial Brasileiro (OSEB), que recebeu quatro atualizações em 2022. O OSEB é uma iniciativa da Agência Espacial Brasileira para identificação, coleta, análise e divulgação de informações sobre o Setor Espacial Brasileiro. Tem por objetivo subsidiar ações dos órgãos públicos responsáveis por coordenar e por executar a política espacial do País, bem como dar transparência à sociedade sobre seus principais resultados e conquistas.

A AEB publicou a 3ª edição do Catálogo das Empresas Espaciais Brasileiras. O catálogo visa a manter atualizada a base industrial nacional, além de facilitar a inserção dessas empresas



no cenário internacional e a divulgação dos principais produtos e serviços produzidos pelo país. Por meio do catálogo, são apresentadas as potencialidades nacionais, facilitando a prospecção de mercado. Para a 3ª edição, o catálogo foi renomeado a fim de torná-lo mais inclusivo ampliando a possibilidade de participação de mais empresas da cadeia espacial.

Institui-se a Rede de Estudos Estratégicos (REE), um conjunto de pesquisadores, servidores da AEB e instituições - públicas ou privadas, nacionais ou internacionais - cadastradas junto à AEB, que produzam estudos estratégicos sobre a temática espacial, sob demanda e coordenação da Agência Espacial Brasileira.

Foi assinado o Protocolo de Intenções entre a AEB e a Universidade Federal de Tocantins (UFT) que possibilitará a criação de um Porto de Lançamento de Balões Estratosféricos no Estado do Tocantins, assim como com a Escola Superior de Defesa para parcerias no âmbito de pesquisas em defesa.

Também se destaca a assinatura de Cartas Acordo na área educacional com o Instituto Tecnológico de Aeronáutica (ITA) e a Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN) em parceria com o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD).

Em 2022, a AEB organizou, apoiou e participou de diversos eventos, como:

- *Rio Innovation Week* (RIW);
- Aniversário de 28 Anos da AEB;
- 9º Congresso Brasileiro de Inovação;



- *Southern Brazilian Journal of Chemistry* 2021 Virtual Conference;
- *Science Days Challenge* (SDC);
- Feira do Empreendedor 2022;
- Realização de eventos de observação noturna do espaço;
- *37th Space Symposium - Colorado Springs*;
- Feira Internacional do Ar e Espaço (FIDAE);
- 2ª Olimpíada de Foguetes de Garrafa PET do DF e Entorno;
- Workshop - Sensoriamento Remoto & Agronegócio;
- SpaceBr Show;
- 2ª Edição da SC Expo Defense;
- Expo Indústria Maranhão;
- *Global Conference on Space for Emerging Countries* (GLEC 2022);
- Agro: tecnologias e aplicações espaciais – MT;
- 1º Workshop GLOBE 2022;
- 25º ESA PAC;
- *Farnborough International Airshow*;
- Ensaio de Separação do *Forward Module* do VS-50/VLM;
- Reunião ISO TC20/SC14 – Plenária;
- 1º Simpósio em C&T Aeroespacial;
- 74ª Reunião Anual da SBPC e SBPC Jovem;
- Colônia de Férias Planetário de BSB;

- *Latin American Space Challenge* (LASC);
- 11º Aeromosquito Show - Feira de Ciências e Aeronáutica;
- Semana Espacial do ITA;
- *International Astronautical Congress 2022* – Paris (IAC 2022);
- Portões Abertos da Base Aérea de Brasília;
- *Nasa Space Apps Challenge 2022*;
- 5º Workshop Latino-americano de CubeSats e o 3º Simpósio Latino-americano de Pequenos Satélites; e
- Evento “SENAI: Futuros Espaciais”.



Considerações e perspectivas

A demanda crescente por produtos e serviços espaciais no Brasil é um fato inexorável. As características territoriais e geopolíticas do País demandam a aplicação de sistemas espaciais nas mais diversas áreas, como telecomunicações, levantamento e prospecção de recursos naturais, vigilância de fronteiras e áreas marítimas, acompanhamento de alterações no meio ambiente, e outras áreas. Dessa forma, torna-se mandatório garantir o acesso ao espaço e o desenvolvimento de aplicações derivadas de artefatos espaciais em benefício da sociedade brasileira.

Diante dessa realidade, a AEB busca coordenar as ações do setor espacial nacional tendo em conta as tendências internacionais

na área espacial e as características do Brasil. Uma das tendências mais relevantes do setor espacial nas últimas décadas é a crescente participação da iniciativa privada nas atividades espaciais no mundo todo. Nesse contexto, o PNAE 2022-2031 apontou a Visão de Futuro: “ser o país latino-americano líder no mercado espacial”, com uma clara orientação para o desenvolvimento do mercado espacial no País. O documento, que consiste no principal instrumento de planejamento do Setor Espacial Brasileiro, aponta objetivos, prioridades e mecanismos para a condução das atividades espaciais, com forte ênfase no atendimento às demandas da sociedade brasileira e no desenvolvimento do empreendedorismo no setor espacial.

O ano de 2022 foi o primeiro ano de vigência do PNAE 2022-2031 e já foram dados os primeiros passos para o atingimento de seus objetivos. Com relação ao planejamento do setor, as primeiras reuniões deliberativas do Procedimento para Seleção e Adoção de Missões Espaciais (ProSAME) selecionaram propostas de missões espaciais para as fases de admissão e qualificação. Ao trazer transparência e fundamentação técnica para a discussão e tomada de decisão quanto a quais missões espaciais executar, o ProSAME se apresenta como algo novo no Setor Espacial Brasileiro. O Programa de Desenvolvimento Integrado para o Centro Espacial de Alcântara (PDI-CEA) teve seu conteúdo aprovado em 2022, o que apontou a criação de infraestruturas necessárias para a viabilização das atividades de lançamento espacial como um vetor para o desenvolvimento regional no País. Os Programas Setoriais foram apresentados como um mecanismo para viabilização de projetos em parceria com os setores público e privado.

Um primeiro exemplo de Programa Setorial se materializa com a iniciativa da Constelação Catarina, que busca auxiliar os setores agropecuário e de defesa civil nacionais com uso de nanossatélites e com envolvimento do setor produtivo nacional.

Essas e outras ações propostas no PNAE 2022-2031 e iniciadas em 2022 implicam uma mudança de cultura no Setor Espacial Brasileiro, que ainda carece do envolvimento de atores privados e do de-

envolvimento de empreendedorismo a partir de sistemas espaciais. Apesar de seu ineditismo, tais iniciativas apontam claras perspectivas de futuro. Seja pela continuidade do ProSAME com a qualificação e a habilitação de missões propostas por instituições públicas e privadas, seja pela implementação de infraestruturas apontadas no PDI-CEA e o consequente início de lançamentos comerciais e desenvolvimento regional, seja pela atração de investimentos externos ao Orçamento Geral da União (OGU) promovido pelos Programas Setoriais, há uma expectativa de que o Setor Espacial Brasileiro ganhe novo fôlego com o início das atividades comerciais na próxima década.

3.10. RESULTADOS DA GESTÃO

Ciclo de Avaliação de Desempenho Institucional

O ano de 2022 abrangeu dois Ciclos de Avaliação de Desempenho Institucional (ADI) da AEB: o 12º Ciclo de ADI, referente ao período de 01 de julho de 2021 a 30 de junho de 2022, e o 13º Ciclo de ADI, referente ao período de 01 de julho de 2022 a 30 de junho de 2023.

O planejamento das metas do 12º Ciclo de ADI foi realizado em conjunto por várias áreas da AEB. Definiram-se, para o período, 22 metas institucionais. A AEB atingiu o resultado final de 88,80% de execução das metas planejadas para o ciclo, conforme o Anexo I.

Com relação ao 13º Ciclo de ADI, o monitoramento realizado em 2022 refere-se ao primeiro quadrimestre do ciclo, que engloba os meses de julho a outubro. O planejamento das metas para esse período foi realizado pelas mesmas áreas da AEB do ciclo anterior. Definiram-se 21 metas institucionais. O resultado parcial do 13º Ciclo de ADI foi de 46%, conforme o Anexo II.

3.11. ÁREAS ESPECIAIS DE GESTÃO

Mensagem do Diretor de Planejamento, Orçamento e Administração

A Diretoria de Planejamento, Orçamento e Administração (DPOA) é uma unidade seccional da AEB. Dentre suas atividades, auxilia as demais unidades da Agência a promover o desenvolvimento de atividades espaciais de interesse nacional. As ações da DPOA contribuem para o alcance dos objetivos e metas definidos no Programa Espacial Brasileiro (PEB). Não atua diretamente na execução das políticas públicas, mas dá suporte operacional às atividades de gestão. O Planejamento Estratégico da AEB finalizado em dezembro prevê objetivos estratégicos na perspectiva “Aprendizado e Crescimento” direcionados especificamente para a gestão e tendo como objetivo o de “Fortalecer o capital humano; a proteção de conhecimento sensível e modernizar as infraestruturas institucionais”.

O ano de 2022 para a Agência Espacial Brasileira foi marcado pela publicação do Programa Nacional de Atividades Espaciais 2022-2031, instrumento cujo objetivo é o de servir de orientação para as ações de coordenação do setor espacial brasileiro. O presente PNAE também traz à luz ao Procedimento de Seleção e Adoção de Missões Espaciais (PROSAME), ferramenta para facilitar o gerenciamento dos projetos espaciais propostos nacionalmente.

Neste ano, a DPOA participou da organização e concretização do primeiro estande da AEB em evento internacional, a FIDAE (*Feria Internacional del Aire y Espacio*), em Santiago, Chile. A participação permitiu a interação com o Parque Tecnológico de São José dos Campos (PQTEC) e com a APEX que ocasionou na participação ativa da AEB em outro evento internacional, o *Farnborough International Airshow*, na Inglaterra.

Ademais, a DPOA planejou e organizou, interagindo com atores internacionais, a participação da AEB no *International Astronautical Congress 2022* em Paris, incluindo o design do estande, pagamen-

tos à organização, tratativas com a empresa moduladora e pagamento das inscrições. Nota-se que a AEB optou por se tornar *Silver Partner* do IAF *Alliance Program*. A elevação do nível bronze para o nível prata desse programa oferece benefícios consideráveis e pertinentes à missão desta Agência. Verifica-se a relevância de manter este investimento anual. Com relação ao IAC, o Presidente desta Agência assinou com a organização do parceiro internacional para 2023, a Azercosmos, uma carta de intenções para ser patrocinadora prata do evento a ocorrer em Baku, em concordância com o aumento da cooperação com a APEX e com o PQTEC, que contribuiriam para a uma participação veemente no evento.

Ainda no âmbito internacional, a DPOA atuou ativamente no Space Symposium em Colorado Springs e, posteriormente, o Diretor discursou durante plenária do Committee for the Peaceful Uses of Outer Space (COPUOS) em Viena, Áustria. Seus servidores tiveram diversos artigos sobre o setor espacial aceitos e apresentados em eventos internacionais.

Com relação ao orçamento, no presente exercício a Agência Espacial suportou um cancelamento de R\$ 52 milhões dos R\$ 167 alocados pela Lei Orçamentária Anual de 2022 (Lei nº 14.303, de 21/01/2022). Isso resultou em significativo impacto ao orçamento do programa 2207 – Programa Espacial Brasileiro, cujas ações seriam destinadas aos órgãos executores do programa espacial nacional, comprometendo projetos.

A Coordenação de Gestão de Pessoas, como estratégia para minimizar o déficit de servidores, em 2022, enviou ao Ministério da Economia pedido de autorização de concurso público, nos moldes do Decreto nº 9.739, de 2019, para o preenchimento de 101 vagas. O pedido não foi aprovado pelo Ministério. Ao mesmo tempo, investimento considerável foi feito para o desenvolvimento do capital humano. Destaca-se o Programa de Mestrado Profissionalizante que se encontra próximo à sua conclusão e a Semana de Capacitação realizada nas dependências do Clube Naval de Brasília e que juntou todos os colaboradores em uma semana de atividades intensas.

No que tange à Coordenação de Administração, as principais atividades executadas durante o exercício de 2022 estão relacionadas à entrega da revitalização da Presidência da AEB, das pastilhas da fachada externa do edifício do Bloco A, à pintura da brise da fachada traseira do bloco A, à recuperação do jardim e da caixa de escadas, e impermeabilização da calha. Como desafios para 2023, pode-se citar a implementação dos projetos de revitalização da infraestrutura física da Agência.

Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD)

A Diretoria de Planejamento, Orçamento e Administração enxerga como desafiador, ao mesmo tempo que extremamente produtivo, o Projeto BRA/20/021 vigente com o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), o qual permitiu a contratação de consultores especializados, assim como a assinatura de cartas-acordo com o Instituto Tecnológico da Aeronáutica (ITA), com a Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN) e, em vias de conclusão, com a Universidade Federal do Maranhão (UFMA).

Atenção exclusiva deve ser dada ao Acordo estabelecido com o Escritório das Nações Unidas para Assuntos do Espaço Exterior (UNOOSA) no âmbito do Projeto supracitado. O objetivo do Acordo firmado é de proporcionar serviços de assistência técnica especializada para fortalecer a economia espacial brasileira. Prevê-se que, ao final dos 24 meses de projeto, esta Agência tenha: maior capacidade de entender como o crescimento do setor espacial pode apoiar o desenvolvimento socioeconômico no Brasil; maior capacidade de manter uma economia espacial forte e sustentável; e surjam novas parcerias relacionadas ao setor espacial, com atores públicos e privados.

3.11.1. GESTÃO DE PESSOAS

A gestão de pessoas da Agência Espacial Brasileira (AEB) tem como objetivo o de estabelecer esforços internos para atrair, desenvolver, recompensar e reter o capital humano.

Conformidade Legal

Legislação Aplicada

A conformidade legal é assegurada pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), para colaboradores terceirizados, e, para servidores, aplica-se a Lei nº 8.112/1990 e demais normas aplicáveis à gestão de pessoas, é assegurada ainda a observância do conjunto de regras e diretrizes estabelecidas ou referendadas pelo Governo Federal e órgãos de controle. Além disso, a AEB tem realizado diversas ações com vistas à adequação de seus processos de trabalho às normas relacionadas à Lei nº 13.709/2018, Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD), visando garantir o equilíbrio entre a proteção de dados pessoais, a transparência pública e o cumprimento das demais atribuições legais da autarquia.

Nesse sentido, a Coordenação de Gestão de Pessoas (CGP) verifica constantemente a publicação de normas realizada pela Secretaria de Gestão e Desempenho de Pessoal do Ministério da Economia (SGP/ME) e orienta suas unidades internas em relação aos regulamentos aplicáveis.

No que se refere a publicação de atos normativos, em 09 de setembro de 2022, fora publicado o Decreto nº 11.192, que aprovou a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções de Confiança da Agência Espacial Brasileira - AEB e remaneja e transforma cargos em comissão e funções de confiança.

Indicadores de Conformidade

A conformidade nos processos de gestão de pessoas é realizada por meio dos seguintes indicadores:

- Controle e acompanhamento da entrega das Declarações de Bens e Renda;
- Controle e acompanhamento dos registros de informações no Sistema e-Pessoal;
- Atendimento das determinações e recomendações dos Órgãos de Controle;
- Acompanhamento dos processos instruídos a título de Reposição ao Erário; e
- Acompanhamento das concessões, licenças e benefícios.

Apontamento dos Órgãos de Controle

Em 2022, a AEB recebeu 1 (um) apontamento do TCU e 3 (três) apontamentos da CGU. O apontamento do TCU e 1 (um) apontamento da CGU foram atendidos após justificativa da unidade de gestão de pessoas, outros 2 (dois) apontamentos da CGU estão em processo de atendimento.

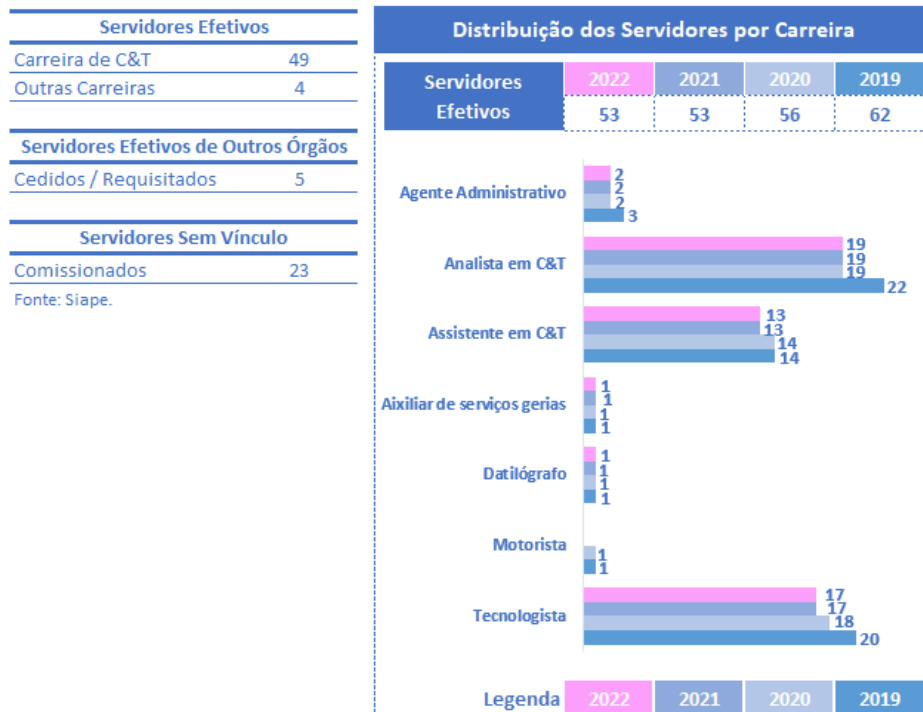
Avaliação da Força de Trabalho

Carreira

O quadro de pessoal da AEB é formado por servidores efetivos das carreiras de Ciência e Tecnologia (C&T), conforme o disposto na Lei nº 8.691, de 28 de julho de 1993.

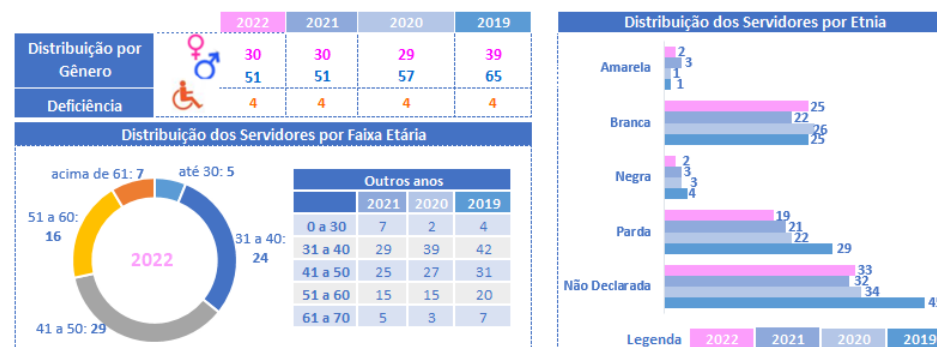
Além da carreira de C&T, a AEB conta com servidores redistribuídos, cedidos ou requisitados e com as Funções Comissionadas Executivas (FCE) e Cargos Comissionados Executivos (CCE), além de um cargo de Natureza Especial.

Este quantitativo, até dezembro de 2022, fora distribuído da seguinte forma:

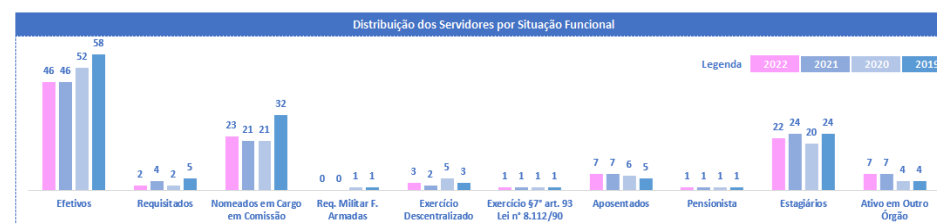


Fonte: Siape. Dados representam o quantitativo até dezembro 2022

Abaixo, segue a distribuição dos servidores por gênero, etnia, faixa etária e situação funcional:



Fonte: Siape. Dados representam o quantitativo até dezembro 2022



Fonte: Siape. Dados representam o quantitativo até dezembro 2022

Servidores Ocupantes de Cargo em Comissão

A Lei nº 14.204, de 16 de setembro de 2021, regulamentada pelo Decreto nº 10.829, de 5 de outubro de 2021, simplificou a gestão de cargos e de funções de confiança na Administração Pública Federal, dispondo sobre a instituição dos Cargos Comissionados Executivos (CCE) e as Funções Comissionadas Executivas (FCE). Tal autorização do Poder Executivo, permitiu transformar, sem aumento de despesa, cargos em comissão, funções de confiança e gratificações, e possibilitou a simplificação da gestão de cargos em comissão e de funções de confiança.

Em setembro de 2022, foi publicado o Decreto nº 11.192, de 8 de setembro de 2022, que aprovou a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções de Confiança da AEB e remanejou e transformou cargos em comissão e

funções de confiança. Com a edição do referido instrumento, o quantitativo de cargos foi reduzido, conforme demonstra a tabela abaixo:

Quatitativo de Cargos Gerenciais			
2022	2021	2020	2019
60	62	62	70

Fonte: Siape.

Dos 60 cargos gerenciais disponíveis, **35 foram ocupados por servidores efetivos**.

A seguir, segue a disposição dos ocupantes de cargos e funções executivas por sexo.

Ocupantes de Cargo em Comissão por Nível e Sexo		
	Feminino	Masculino
NE CCE 1.18	-	1
CCE 1.16	-	2
FCE 1.16	-	2
CCE 1.13	1	3
FCE 1.13	1	
CCE 2.10	4	1
FCE 2.10	1	-
CCE 2.07	1	2
FCE 2.07	1	-
CCE 1.11	3	4
FCE 1.11	3	9
CCE 1.08	2	5
FCE 1.08	1	5
CCE 1.06	1	-
FCE 1.06	-	1
FCE 1.05	1	2
Total	20	37

É possível observar que o índice médio de ocupação de mulheres em cargos gerenciais ficou em torno de 35% enquanto o percentual de homens ficou em torno de 64%. No entanto, a AEB tem em seus quadros mulheres ocupando cargos gerenciais e que também atuam como substitutas dos diretores e, nesse sentido, participam do processo decisório da alta direção. Nesse exercício, a AEB nomeou a primeira mulher como Presidente Interina da UPC no período de afastamento do seu titular.

Contratação de mão de obra para atividades não abrangidas pelo plano de cargos da AEB

No ano de 2022, em dezembro, a AEB dispôs de 63 (sessenta e três) profissionais terceirizados que prestaram serviços de auxílio administrativo, auxílio de serviços gerais, encarregada-geral, recepção e secretariado executivo, totalizando, aproximadamente, um custo mensal médio de R\$ 434 mil.

A Agência não contrata diretamente serviços de limpeza, segurança ou brigadistas – esses serviços são contratados pelo Órgão gestor do complexo Setor Policial (SPO) e dividido entre os condôminos.

Estratégia de Recrutamento e Alocação de Pessoas

Necessidade de Pessoal

A força de trabalho da AEB é composta por servidores com vínculo com a administração pública, pertencentes ao quadro específico, bem como servidores redistribuídos de outros órgãos, além de servidores sem vínculo com a administração, estagiários e colaboradores terceirizados. Distribuídos de seguinte forma:

Força de Trabalho AEB				
	2022	2021	2020	2019
Servidores com Vínculo	58	60	48	62
Servidores sem Vínculo	23	21	38	33
Terceirizados	63	54	54	43
Estagiários	23	24	22	24
TOTAL	167	159	162	162

Fonte: Siape.

Os servidores com vínculo com a administração representam aproximadamente 35% da atual força de trabalho desta Agência. A seleção para provimento de cargos efetivos ocorre por concurso público, nos moldes previstos na Constituição Federal, de 1998, na Lei nº 8.112, de 1990, e no Decreto nº 9.739, de 28 de março de 2019.

A alocação dos servidores obedece a distribuição definida pela Estrutura Regimental do Decreto nº 10.469, de 19 de agosto de 2020.

No ano 2022, não houve redução no quadro de servidores efetivos e, da mesma forma, não houve reposição por meio de concurso.

Como estratégia para minimizar o déficit de servidores, em 2022, foi enviado ao Ministério da Economia pedido de autorização de concurso público, nos moldes do Decreto nº 9.739, de 2019, para o preenchimento de 101 vagas. O pedido não foi aprovado pelo Ministério.

Movimentação de Pessoal

No ano de 2022, foi divulgado no portal do servidor, 1 (um) edital de oportunidade profissional, para o preenchimento de 2 (duas) vagas disponíveis no Gabinete da Presidência da Agência.

A oportunidade de movimentação consensual fora destinada a servidores e empregados públicos federais e está prevista na Portaria nº 8.471, de 26 de setembro de 2022. No entanto, apesar de haverem interessados para o preenchimento das vagas, o pleito fora negado pelo Ministério de Economia.

Remoção

No ano de 2022, em março, foi publicada uma remoção de servidor, sendo esta: remoção de ofício para suporte na implementação do escritório regional de Natal – RN.

Fortalecimento do Programa Espacial Brasileiro – PEBN

Com vistas ao fortalecimento do PEB, em 2022, está sendo utilizado o instrumento de Acordo de Cooperação Técnica - ACT com o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – PNUD. Tal mecanismo contempla pilares que correspondem aos principais desafios a serem enfrentados pela autarquia visando implementar políticas públicas voltadas ao setor espacial brasileiro.

Nesse sentido, em 2022, foram divulgados 3 (três) editais para contratação de consultoria técnica especializada, sendo estes destinados a Pessoa Física. Em resposta aos editais, foram contratados 2 (dois) consultores.

Programa de Estágio

O Programa de Estágio, instituído pela Lei nº 11.788, de 25 de setembro de 2008, visa proporcionar aos jovens a complementação do ensino e aprendizagem, promovendo a experiência prática, estimulando e auxiliando o aperfeiçoamento técnico, cultural, ético e científico, bem como o comportamental através do relacionamento interpessoal. Além disso, essa colaboração tem sido fundamental para o desenvolvimento de diversas atividades de baixa complexidade nas áreas.

Estagiários			
2022	2021	2020	2019
23	24	22	24

Fonte: Siape.

Situação de servidores com condição de aposentadoria

O benefício da aposentaria para a pessoa que trabalha é garantido pela Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, e Decreto nº 3.048, de 6 de maio de 1999, e em virtude das novas regras da Reforma da Previdência, instituídas pela Emenda Constitucional nº 103, de 13 de novembro de 2019, o servidor público poderá adquirir o direito a aposentadoria da seguinte forma:

- **Aposentadoria por Invalidez Permanente:** esse benefício pode ser concedido para quem apresenta incapacidade total e permanente para o trabalho, devidamente atestada através de um laudo médico pericial;
- **Aposentadoria Compulsória:** esse benefício ocorre de forma obrigatória para os servidores com 75 anos de idade; e
- **Aposentadoria Voluntária:** nesse benefício, o servidor público reúne os requisitos de idade e tempo de contribuição:
 - Para as mulheres, os requisitos desta regra são:
 - 62 anos de idade; e
 - 25 anos de contribuição, sendo que, deste tempo, é necessário possuir:
 - 10 anos no serviço público;
 - 5 anos no cargo.
 - Para os homens, os requisitos desta regra são:
 - 65 anos de idade; e
 - 25 anos de contribuição, sendo que, deste tempo, é necessário possuir:
 - 10 anos no serviço público;
 - 5 anos no cargo.

Diante desse contexto, somente 1 (um) servidor possui o pré-requisito de idade, tendo 68 anos, para concessão da aposentadoria em 2023. A partir daí, somente em novembro de 2025 outro servidor terá atendido o pré-requisito de idade.

Avaliação de Desempenho, Remuneração e Meritocracia

Avaliação de Desempenho

Anualmente os servidores públicos da carreira de C&T, Lei nº 8.691/1993, são submetidos, de acordo com a Lei nº 11.907, de 02 de fevereiro de 2009, a Avaliação de Desempenho Individual. Esta avaliação tem o objetivo de aferir o desempenho do servidor no órgão ou entidade de lotação, no exercício das atribuições do cargo ou função, com vistas no alcance das metas de desempenho institucional. A proficiência da avaliação impacta diretamente na Gratificação de Desempenho de Atividades de Ciência e Tecnologia (GDACT) e, consequentemente, na remuneração do servidor.

Sendo assim, em 2022, bem como em anos anteriores, a AEB realizou a Avaliação de Desempenho Individual em formato digital, através da plataforma Sólides. Naquele ano, foram realizadas as avaliações dos 49 (quarenta e nove) servidores ativos da carreira de C&T.

Progressão e Promoção Funcional

Aos servidores ativos da carreira de C&T, periodicamente, é realizado – conforme a data de ingresso do servidor – processo de progressão/promoção funcional. Dos 49 (quarenta e nove) servidores ativos no órgão, 15 (quinze) já se encontram no topo de seus cargos, 1 (uma) servidora está de licença para tratar de interesses particulares, 1 (uma) servidora se encontrava em gozo de férias, 1 (um) servidor encontra-se em licença para tratamento de saúde, 6 (seis) servidores não concluíram o período avaliativo, e, assim, não foram submetidos à avaliação de desempenho para fins de progressão funcional em 2022. Dessa forma, foram submetidos para avaliação 25 (vinte e cinco) servidores.

Estágio Probatório

Todos os servidores da Agência Espacial Brasileira, que ingressaram em razão do 1º certame, concluíram o estágio probatório, no primeiro semestre de 2020, adquirindo estabilidade e admitindo-se pleitear uma série de benefícios, como a Licença para Tratar de Interesses Particulares, Licença Capacitação, entre outros.

Remuneração

A renumeração vigente na AEB segue a Tabela de Remuneração dos Servidores Públicos Federais Cíveis e dos ex-Territórios. As informações remuneratórias dos servidores podem ser obtidas no site <http://www.portaldatransparencia.gov.br/>.

Desenvolvimento Humano e Capacitação

Dentre os objetivos estratégicos da AEB descritos no Programa Nacional de Atividades Espaciais (PNAE 2022 - 2031), no tópico Dimensão Estratégica, relata-se a necessidade de fomentar o desenvolvimento de competências científica, tecnológica e de inovação para o setor espacial. Somando a isso, o êxito no mercado espacial está vinculado a profissionais habilitados a lidar com as especificidades desse nicho tornando imprescindível a contínua capacitação técnico científica.

Detalhamento de Despesas com Pessoal												
Exercícios / Tipologias	Servidores Ativos				Servidores Inativos				Pensionistas			
	2022	2021	2020	2019	2022	2021	2020	2019	2022	2021	2020	2019
Aposentadorias, Reserva Remunerada e Reformas		70.000			535.559	486.352	440.053	363.732	45.297	50.040	44.616	45.297
Vencimentos / Vantagens Fixas - Pessoal Civil	10.954.286	10.783.332	11.118.218	11.521.802								
Vencimentos / Vantagens Fixas - Pessoal Militar		5.187	6.224									
Benefícios e Vantagens Previdenciárias	190.922	201.971	196.042	213.848								
Obrigações Patronais	1.654.138		5.747	344.746								
Outras Despesas Variáveis - Pessoal Civil	189.561	166.860	88.347	186.820								
Despesas de Exercícios Anteriores	5.088	3.323	7.486	10.849								
Total	12.993.995	11.230.673	11.422.064	12.278.065	535.559	486.352	440.053	363.732	45.297	50.040	44.616	45.297

Fonte: Tesouro Gerencial - Despesas Empenhadas

Nesse contexto, anualmente é realizado o Levantamento de Necessidade Capacitação – LNC, onde cada unidade da AEB elenca as necessidades de capacitação de sua área. Com base nesse levantamento o Plano de desenvolvimento de Pessoas-PDP é elaborado e aprovado pelo Órgão Central do SIPEC para cada exercício.

À vista disso, em 2022 foi realizada a «Semana de Capacitação 2022» com 5 cursos em formato de imersão direcionados para toda a Instituição. Foram certificados 120 participantes entre servidores e colaboradores.

A capacitação tende a desenvolver o pensamento crítico quanto as obrigações da Instituição perante a sociedade, ao passo que propicia mensurar se as atribuições executadas são coerentes com a finalidade social a que se propõe.

Alicerçada nesse contexto, a AEB tem fomentado, ainda, o Mestrado profissional em Economia na área de concentração de Gestão Econômica da Inovação Tecnológica. O mestrado teve início em 2021, com a aprovação de 32 candidatos, sendo 16 candidatos internos, entre servidores com vínculo e sem vínculo, e 16 candidatos externos. A conclusão está prevista para 2023.

A AEB compreende que a capacitação é primordial para o desenvolvimento pessoal e o progresso profissional dos colaboradores. Por isso, foram realizadas outras 09 capacitações com ônus para a autarquia, que resultaram em 17 servidores capacitados. Outras ações foram executadas pela Escola Nacional de Administração Pública (Enap), capacitando 73 colaboradores.

Além disso, atividades para o desenvolvimento de competências por meio do compartilhamento de conhecimentos relacionados ao setor espacial foram fomentadas. Destaca-se a capacitação in loco para toda a AEB relacionada à transmissão histórica das imagens coletadas pelo Telescópio James Webb e divulgadas pela NASA e o 37th Space Symposium, em abril.



Fonte: CCS, 2022. Telescópio James Webb.



Fonte: CCS, 2022. 37th Space Symposium.

Vale destacar também a capacitação de quatro servidores no curso Space Studies Program (SSP), da International Space University, instituição mundialmente renomada por seus cursos específicos do setor espacial. Em sua edição de 2023, o SSP ocorrerá em São José dos Campos e conta com o apoio da AEB.

Desafios e Ações Futuras

Os principais desafios enfrentados pela AEB relativos a Gestão de Pessoas, em 2022, e ações futuras, ganham destaque abaixo:

- **Política de Gestão de Pessoas.**

A Política de Gestão de Pessoas é um dos principais desafios da AEB para os próximos anos. Com foco em encontrar e colocar em prática, dentro da AEB, mecanismos e estratégias de valorização dos profissionais, a Política de Gestão de Pessoas é um dos “projetos e iniciativas estratégicas” elencadas no Plano Estratégico da AEB 2023 – 2026, dentro do Objetivo Estratégico: fortalecer o capital humano. Com a perspectiva de Aprendizagem e Crescimento, a taxa de implementação da Política, com a mensuração dos resultados das atividades de elaboração, aprovação, publicação e implementação deve atingir um percentual de 75% até o final do Plano Estratégico.

O processo de elaboração está em construção desde agosto de 2021, quando foi firmado o Contrato nº 15/2021, entre a AEB e o Serviço Social da Indústria – SESI, para esse fim. Tal instrumento de acordo está presente nos autos do processo SEI 0135.000847/2021-10, e 1 (um), dos 12 (doze) objetos firmados da contratação, foi o serviço de “Elaboração de Políticas de Gestão de Pessoas” da AEB. O Contrato teve início em 26 de julho daquele ano, com validade de 1 (um) ano, tendo sido prorrogado até 26 de julho de 2023.

A partir de sua assinatura, diversas reuniões e tratativas foram realizadas, porém, até o momento, o objeto do Contrato não foi entregue.

- **Programa de Gestão de Desempenho (PGD).**

Assim como a Política de Gestão de Pessoas, a implementação de uma nova cultura organizacional com foco no ganho de produtividade e alcance de metas pré-estabelecidas é mais um dos principais desafios da AEB para a Gestão de Pessoas no ano de 2023.

A iniciativa de “implementação do PGD, de forma piloto, em pelo menos uma unidade setorial da AEB” se faz presente no processo SEI 01350.000374/2022-31, como meta do 13º Ciclo de Avaliação de Desempenho Institucional da AEB, que compreende o período de 01 de julho de 2022 a 30 de junho de 2023.

- **Mapear os Processos Internos.**

O Mapeamento dos Processos Internos da AEB tem a finalidade de otimizar o tempo de execução das atividades para o aumento da produtividade e eficiência, e, ainda, automatizar os processos, documentar e padronizar as atividades, além de ser parte importante na confecção da Política de Gestão de Pessoas e o PGD.

O mapeamento é processo acurado e que envolve a disponibilidade de grande parte dos servidores, nesse cenário, acredita-se que a conclusão desta atividade segue as diretrizes do plano estratégico 2023-2026;

- **Redução do índice de evasão.**

A AEB conta com um reduzido número de servidores do quadro de ativo permanente, 53 (cinquenta e três), dentre eles, em 2022, 7 (sete) encontravam-se cedidos ou requisitados para outros órgãos. Enquanto não é realizado concurso público para suprir tais necessidades de pessoal, a implementação do PGD, promoverá o desenvolvimento de competências técnicas e comportamentais a fim de potencializar a performance individual e corporativa, bem como promover o desenvolvimento dos colaboradores, apoiar as decisões que afetam sua carreira e dessa forma contribuir para a motivação e o comprometimento dos agentes públicos e para a atração de novos talentos e a manutenção dos atuais;

- **Great Place to Work (GPTW).**

O Great Place To Work é uma certificação de reconhecimento fornecida a empresas do mundo inteiro após criteriosa pesquisa entre os colaboradores que avaliam o ambiente de trabalho, clima organizacional, elementos da gestão de pessoas, entre outras avaliações. Nessa pesquisa o colaborador não é identificado e além de perguntas objetivas, responde a duas perguntas dissertativas, momento este que pode fazer críticas ou elogios a gestão.

Nesse sentido, com intuito de obter um diagnóstico eficiente sobre o ambiente de trabalho, a fim de subsidiar e promover melhorias institucionais, além de fazer uma gestão mais participativa, em 2021 e em 2022, a AEB aplicou o questionário GPTW para que todos seus colaboradores pudessem responder e opinar de sobre a instituição. O diagnóstico possibilitou a oportunidade de conhecer melhor os anseios dos colaboradores e permitiu planejar ações em prol do melhoramento da cultura de confiança, do clima organizacional e da satisfação, tendo em vista uma maior cooperação para o desenvolvimento de projetos e ações da AEB. Além disso, o diagnóstico permitiu que as necessidades de treinamento das áreas específicas da AEB fossem melhor compreendidas e direcionadas. O resultado da 2ª pesquisa também motivou o início das ações para implementação do PGD.

Todos os trâmites de contratação da consultoria e relatório estão disponíveis no processo SEI 01350.001130/2022-76.



Fonte: CCS, 2022. Semana de Capacitação.

- **Comunicação e Atividade Interna da AEB.**

A comunicação interna é um aspecto fundamental para o sucesso de uma organização, pois ela influencia diretamente na produtividade, no clima organizacional e na satisfação dos colaboradores. Tal necessidade foi identificada na pesquisa GPTW e, afim de melhorar a comunicação interna da AEB, é preciso adotar uma abordagem estratégica e planejada, considerando as necessidades e características específicas da agência. Para isso, algumas ações que podem ser adotadas são:

- Criar uma cultura de comunicação aberta: é importante incentivar a comunicação aberta e honesta em todos os níveis da AEB. Isso poderá ser feito por meio da criação de espaços de convivência e diálogo, como grupos de discussão, fóruns ou reuniões informais.
- Capacitação e treinamento: é importante investir em capacitação e treinamento para que os colaboradores saibam como se comunicar de forma clara e eficaz. Isso deverá in-

cluir capacitação e treinamentos em comunicação verbal e escrita, técnicas de apresentação, entre outros.

- Promover a participação e engajamento dos colaboradores: é fundamental que os colaboradores se sintam valorizados e parte da organização. Para isso, é importante envolvê-los em processos decisórios, ouvir suas opiniões e sugestões, e reconhecer suas contribuições.
- Celebrar as conquistas e avanços: por fim, é importante celebrar as conquistas e avanços da organização. Isso pode ajudar a criar um clima positivo e de engajamento entre os colaboradores, além de reforçar a importância da comunicação interna para o sucesso da organização.

Dentre os objetivos estratégicos da AEB, além do desenvolvimento permanente de seu capital humano, ganha destaque a qualidade de vida dos seus servidores.

Pensando nisso e na necessidade de um programa de qualidade de vida no trabalho e maior desenvolvimento para os nossos servidores e colaboradores, no ano de 2022, foram realizadas as seguintes atividades:



A ginástica laboral tem caráter preventivo e educativo e tem como um de seus principais objetivos a redução da dor e desconforto na realização de tarefas laborais, além de estimular a formação de hábitos de vida mais ativos e saudáveis. As ações corporativas propostas têm como objetivo promover e proteger a saúde dos trabalhadores.

Já a massagem expressa é indicada para prevenir as principais doenças relacionadas ao estresse, reduz o número de afastamentos, diminui o índice de faltas, melhora e estimula a circulação sanguínea e linfática, promovendo a sensação de bem-estar dos servidores/colaboradores.

Dentre os eventos realizados pelo grupo QVT destacam-se a campanha de conscientização “outubro rosa”, com palestra de conscientização e atividade de remo e a palestra de saúde mental, na campanha de setembro amarelo.



Fonte: CCS, 2022. Atividade de remo “outubro rosa”.



Fonte: CCS, 2022. Massagem Expressa.



Fonte: CCS, 2022. Palestra de saúde mental “setembro amarelo”.

3.11.2. GESTÃO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

Relatório dos Processos de Contratações

O objetivo do presente relatório é apresentar o levantamento dos processos de contratações e os procedimentos de renovações contratuais referentes ao exercício de 2022.

Durante o período de 2022, foram realizadas 85 (oitenta e cinco) aquisições que perfazem o valor total de R\$ 12,65 milhões. Deste valor foram empenhados no exercício de 2022, R\$ 11,9 milhões.

As contratações realizadas pela COAD estão compreendidas nas seguintes modalidades: 45 dispensas de licitações, 6 adesões à Ata de Registro de Preço, 12 inexigibilidades de licitação e 9 pregões eletrônicos.

Desse total, foram elaborados 33 contratos Administrativos. Nos demais casos, o instrumento contratual foi substituído pela nota de empenho, conforme previsão legal.

Quanto aos procedimentos de renovações contratuais, registra-se que dos 48 contratos vigentes, 24 foram renovados. O valor total das renovações em apreço, perfaz o montante de R\$ 10,41 milhões. Deste valor foram empenhados R\$ 8,3 milhões. Nos demais casos, 13 contratos foram executados dentro do prazo de 12 meses, 5 contratos possuem vigência de 30 meses e 6 originaram novas contratações, considerando que tais contratos não eram passíveis de renovações.

As tabelas contendo informações objetivas sobre todas as contratações encontram-se em anexo.

Levantamento dos processos de contratação

Adesão à Ata De Registro De Preços

Procedimentos Concluídos: 6

Valor Total das Contratações: R\$ 802.773,97

Valor Total Empenhado: R\$ 753.493,97

Dispensa De Licitação

Procedimentos Concluídos: 45

Valor Total das Contratações: R\$ 1.329.435,95

Valor Total Empenhado: R\$ 949.150,33

Inexigibilidade De Licitação

Procedimentos Concluídos: 12

Valor Total das Contratações: R\$ 948.725,04

Valor Total Empenhado: R\$ 948.725,04

Pregão Eletrônico

Procedimentos Concluídos: 9

Valor Total das Contratações: R\$ 9.578.657,85

Valor Total Empenhado: R\$ 9.278.353,44

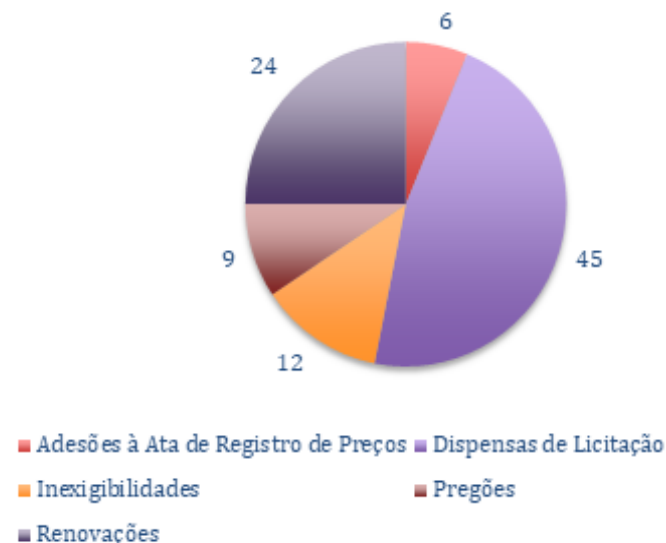
Renovações Contratuais

Procedimentos Concluídos: 24

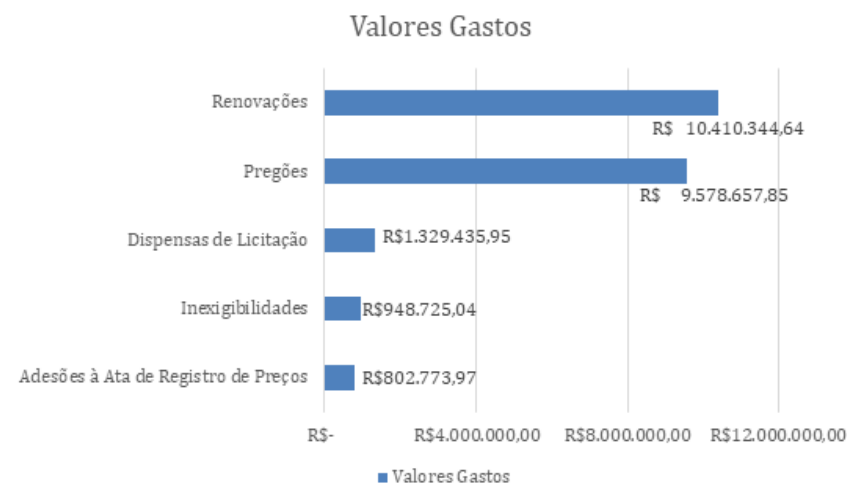
Valor Total das Renovações: R\$ 10.410.344,64

Valor Total Empenhado: R\$ 8.357.217,34

1- Modalidades de Contratação Contratações e Renovações



2 - Valores Gastos



3.11.3. GESTÃO PATRIMONIAL E INFRAESTRUTURA

Principais serviços e investimentos

As principais atividades executadas durante o exercício de 2022 pela equipe da Divisão de Almoxarifado e Patrimônio (DIAP), estão relacionadas a entrega da revitalização da Presidência da AEB, a retirada das pastilhas da fachada externa do edifício do Bloco A, pintura da brise da fachada traseira, recuperação do jardim e da caixa de escadas, impermeabilização da calha.

O planejamento das ações necessárias para a execução dessa atividade, tais como: a definição de layout, o tipo de piso, montagem de sala de conferência, forro, instalações elétricas e de rede de dados, divisórias, mobiliário e remanejamento das equipes afetadas por essas mudanças.

Durante o exercício de 2022 com os esforços das frentes de trabalho foram executadas as seguintes atividades na unidade administrativa da Presidência da AEB:

- a. Adequação dos circuitos elétricos seguindo as diretrizes da NBR 5410;
- b. Substituição do Piso para corrigir falhas e imperfeições;
- c. Instalação de películas protetoras;
- d. Instalação de divisórias;
- e. Aquisição de mobiliário para recompor os ambientes da Presidência;
- f. Manutenção e revitalização dos banheiros da ala; e
- g. Inovação da climatização do ambiente.

Em fevereiro de 2022 as frentes de trabalho foram encerradas e assim concluído e entregue a sala da presidência e de seu staff, além da sala de conferência da Agência.

Contratos Relevantes 2022

Com relação às contratações, a AEB possui um projeto para implantar um sistema de controle de acesso iniciado em abril/2022. O foco desse sistema compreende a instalação de Circuito Fechado de Televisão – CFTV; catracas, central de controle de entrada e saída de bens patrimoniais por meio de RFID, instalação de trancas eletrônicas nas salas técnicas como depósito de bens e almoxarifado a fim de aumentar a segurança patrimonial. Várias etapas já foram cumpridas como: a instalação de câmeras, trancas, catracas e atualmente está sendo executado a configuração do servidor de acesso.

Outra ação realizada no ano de 2022 se refere a melhorias da iluminação externa na zona perimetral dos edifícios da AEB. Houve a recuperação dos postes, iluminação do estacionamento e iluminação externa do edifício do Bloco A.

Ainda no contexto de modernização das instalações institucionais, para complementar a estrutura administrativa da unidade Regional do Maranhão, recentemente foram realizadas contratações de materiais permanentes do tipo: eletroeletrônicos e eletrodomésticos listados em: Televisor smart TV 55 polegadas, Purificador de Água, Frigobar e Cafeteira Elétrica. Assim como, o fornecimento de Materiais de consumo e utensílios para o funcionamento da unidade.

Veículos

A AEB obedece ao Decreto nº 9.287, de 15 de fevereiro de 2018 e à Portaria nº 05/DPOA, de 15 de janeiro de 2009, que regulamentam a utilização de veículos oficiais pela administração pública.

A Agência recebeu por meio de doação 4 veículos da extinta Alcântara Cyclone. Dos veículos recebidos, uma Kombi foi doada ao Centro de Lançamento de Alcântara – CLA para uso nas atividades institucionais. Os demais veículos estão sendo utilizados em ativida-

des demandadas pela autarquia, atualmente há 01 (um) Veículo Fiat Línea ano 2009/2010 na sede da AEB e 02 (dois) veículos na regional em natal, sendo 01 (um) Veículo Fiat Línea ano 2009/2010 e 01 (um) Fiat Siena 2009/2010.

Com relação às contratações de transporte, a AEB possui contrato de serviço de motorista conforme 1º Termo Aditivo ao Contrato administrativo nº 03/2021, para uso do Presidente da agência, com carro executivo híbrido, pensando na sustentabilidade e a fim de diminuir o consumo de combustível e emissão de gases poluentes.

A Agência continua a utilizar os serviços do TaxiGov, conforme 3º Termo Aditivo ao Contrato administrativo nº 09/2019, o qual o objeto é a disponibilização de serviço de transporte terrestre ou agenciamento/intermediação de transporte terrestre dos servidores, empregados e colaboradores a serviço dos órgãos e entidades da Administração Pública Federal (APF), por demanda e no âmbito do Distrito Federal.

Inventário Patrimonial 2022

A comissão de inventário está definida para o exercício de 2022 com previsão de término em janeiro/2023.

Outro ponto a ser considerado nas ações de 2022 diz respeito a implantação do SIADS módulo patrimônio. Várias situações de erros surgiram durante a migração da base de bens para a plataforma do SIADS, após intervenções do SERPRO e STN a base está em análise das contas do SIADSxSIAFI.

A AEB no segundo semestre de 2022 regularizou a titularidade dos bens do Centro Vocacional Espacial - CVTe. Esses bens estavam sob a carga da Aeronáutica. E desde de outubro passaram a fazer parte da lista de bens da Agência.

Almoxarifado Virtual

A AEB em 2022 fez uso do Almoxarifado Nacional Virtual da Central de Compras do Ministério da Economia. Nesse ano já foi ela-

borado e definido uma lista de itens para compor a cesta de produtos a ser adquiridos pela AEB. Vários pedidos já foram realizados nessa plataforma e atendeu de forma satisfatória as cláusulas pactuadas. O planejamento é esvaziar ainda mais o almoxarifado físico atual de forma a não manter em estoque que demandam espaço, controle físico e contábil de entradas e saídas.

Locações de Imóveis e equipamentos

A AEB não possui patrimônio imobiliário próprio. Os 2 (dois) imóveis cedidos pela Superintendência do Patrimônio da União (SPU), situados no Setor Policial Sul, Área 5, Quadra 3, Blocos A e F, estão na dominialidade do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI).

A AEB integra um condomínio, nesse endereço, com diversos órgãos públicos: Agência Nacional de Águas (ANA), CENSIPAM, MC-TIC, Caixa Econômica Federal (CEF), Polícia Rodoviária Federal (PRF) e MD. Assim, o complexo disponibiliza os serviços de segurança, limpeza, transporte, energia e saneamento que são custeados e rateados pelos órgãos.

Em 2022 aconteceu a celebração de contrato de aluguel de uma sala, na cidade de Natal/RN para implantação do escritório da Unidade Regional do Rio Grande do Norte – URRN. A sala comercial está localizada sob o nº 2011, no 19º Pavimento - Tipo 02 - Tipo “B”, integrante do empreendimento - Prédio de uso: Comercial, denominado “Manhattan Business Office”, situado na Avenida Campos Sales, nº. 901, no bairro do Tirol, zona Leste, em Natal – RN. O valor do aluguel mensal incluindo taxas de condomínio e impostos é de R\$ 5.176,03.

A Unidade Regional de São José dos Campos/SP, localizada no Parque Tecnológico de São José dos Campos mantém suas atividades em espaço objeto de autorização de uso entre a Agência, a Associação do Parque Tecnológico e a Prefeitura Municipal de São José dos Campos. O valor mensal das despesas de ocupação do lo-

cal é de R\$ 4.714,83 (quatro mil setecentos e quatorze reais e oitenta e três centavos).

A Unidade Regional de Alcântara/MA, localizada na Rod. MA 106 – KM 7 em Alcântara/MA exerce suas atividades dentro das instalações do Centro de Lançamento de Alcântara (CLA).

Além disso, em 2022, não houve atividades de cessão de espaços físicos ou imóveis para terceiros, públicos ou privados.

Desfazimento de ativos

No ano de 2022 a Administração é impedida de fazer doações em razão de ser um ano eleitoral. Assim, uma lista de bens será elaborada, objetivando o início de processo de desfazimento para o exercício de 2023.

Neste contexto, uma comissão especial de avaliação de bens deverá ser designada para coordenar as atividades de desfazimento de bens realizando uma série procedimentos e mobilizando diversas pessoas para auxiliar nos serviços de separação, transporte e armazenamento dos bens, a publicação de anúncio no portal doações.gov.br, baixa patrimonial e baixa contábil.

Os ativos atuais diversos como: equipamentos de informática, mobiliários e outros considerados irrecuperáveis os quais totalizaram um valor líquido, com depreciação, de R\$ 7.026.690,77 conforme quadro abaixo:

SISTEMA DE CONTROLE DE BENS PATRIMONIAIS RESUMO CONTÁBIL RELATÓRIO DE MOVIMENTAÇÃO DE BENS MÓVEIS COM DEPRECIACÃO			
CONTA: 1.2.3.1.1.00.00 – BENS MÓVEIS CONSOLIDADOS			
CONTA CONTÁBIL	VI. Aquisição	Depreciação	VI. Líquido Cont.
1.2.3.1.1.01.01 – Aparelhos de Medição e Orientação	140.953,75	834,75	140.119,00
1.2.3.1.1.01.02 – Aparelhos e Equipamentos de Comun.	17.173,07	135,29	17.037,78
1.2.3.1.1.01.06 – Máquinas e equipamentos de natureza industrial	5.277,31	0,00	5.277,31
1.2.3.1.1.01.07 – Máquinas e Equipamentos Energéticos	46.500,00	900,00	45.600,00
1.2.3.1.1.01.08 – Máquinas e Equipamentos Gráficos	70.569,91	571,14	69.998,77
1.2.3.1.1.01.09 – Máquinas, Ferramentas e Utensílios de Oficina	14.225,73	155,30	14.070,43
1.2.3.1.1.01.14 – Equipamentos, Peças e Acessórios Aeronáuticos	27.622,63	78,71	27.543,92
1.2.3.1.1.01.21 – Equipamento Hidráulicos e elétricos.	160,24	1,79	158,45
1.2.3.1.1.01.25 – Máq. Utens. e Equip. Diversos	847.471,18	7.562,14	839.909,04
1.2.3.1.1.02.01 – Equip. de Tec. da Inform. e Comum.	4.064.064,26	134.364,20	3.943.440,06
	13.740,00		
1.2.3.1.1.03.01 – Apar. e Utens. Domésticos	307.993,79	1.120,69	306.873,10
1.1.3.1.1.03.02 – Maq. e Utens. De Escritório	14.948,24	109,59	14.838,65

SISTEMA DE CONTROLE DE BENS PATRIMONIAIS RESUMO CONTÁBIL RELATÓRIO DE MOVIMENTAÇÃO DE BENS MÓVEIS COM DEPRECIAÇÃO			
CONTA: 1.2.3.11.00.00 – BENS MÓVEIS CONSOLIDADOS			
CONTA CONTÁBIL	VI. Aquisição	Depreciação	VI. Líquido Cont.
1.2.3.11.03.03 – Mobiliário em Geral	1.022.202,59	10.383,28	1.080.766,31
	68.947,00		
1.2.3.11.04.02 – Coleções e Mat. Bibliográficos	1.612,97	3,33	1.609,64
1.2.3.11.04.05 – Equip. para Audio, Video e Foto	470.174,81	4.209,47	465.965,34
1.2.3.11.04.06 – Obras de Art. e Peças para Exp.	0,01	0,00	0,01
1.2.3.11.05.01 – Veículos em Geral	45.975,71	14,84	45.960,87
1.2.3.11.05.05 – Aeronaves	7.380,00	0,00	7.380,00
1.2.3.11.99.10 – Mat. de Uso Duradouro	142,09	0,00	142,09
TOTAL	7.104.448,29	160.444,52	7.026.690,77
	82.687,00		

Principais desafios e ações futuras

Como desafio para o exercício de 2023, a AEB planeja continuar a revitalização e modernização das unidades administrativas no edifício do Bloco A, onde se localizam as dependências da sede do Órgão. Essas ações de revitalização incluem o auditório, sala de cinema e os banheiros.

Outra ação planejada para o exercício de 2023 diz respeito a implantação do escritório da Unidade Regional do Maranhão, no en-

tro da cidade de Alcântara/MA, com o objetivo de tornar mais acessível ao público as atividades institucionais da Agência nessa região.

Além disso, a Autarquia já iniciou os esforços para realizar a atualização do mobiliário, bem como a alteração da disposição física do espaço ocupado, instalação de uma área de convivência e implantação de novo sistema de climatização VRF.

3.11.4. GESTÃO DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

Conformidade Legal

Para assegurar a conformidade legal da Gestão de Tecnologia e Comunicação a Agência Espacial Brasileira observa e aplica diversas regras e diretrizes estabelecidas ou referenciadas pelo Governo Federal, dentre elas as regras estabelecidas no Decreto nº 7.579, de 11 de outubro de 2011, alterado pelo Decreto nº 10.230, de 5 de fevereiro de 2020, pelo qual cria a estrutura do Sistema de Administração dos Recursos de Tecnologia da Informação (SISP) e estabelece no artigo 3º, inciso IV, que a AEB é um de seus órgãos seccionais, possuindo em suas competências elencadas no artigo 7º, do mesmo decreto, senão vejamos: *“cumprir e fazer cumprir, por meio de políticas, diretrizes, normas e projetos seccionais, as políticas, diretrizes e normas emanadas do Órgão Setorial do SISP a que estão vinculados”*.

Diante disso, a AEB busca evoluir continuamente os padrões apresentados pelos os órgãos de controle, atentando sempre a importância dos instrumentos normativos publicados pelos Órgãos Central do SISP.

Modelo de Governança de TIC e Estrutura da Área de TIC

O Modelo de Governança de Tecnologia da Informação é orientada pelos princípios da governança corporativa pública que herda parâmetros e conceitos fundamentais para o alinhamento das práticas de governança. Para direcionar os resultados almejados e definir

controles internos, são estabelecidas Políticas e Normas direcionadoras das boas práticas dos recursos tecnológicos, que são: Política de Governança e Tecnologia da Informação e Comunicação (PGTIC); Planejamento Estratégico de Tecnologia da Informação e Comunicação (PETIC); Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação (PDTIC); Plano de Dados Abertos (PDA); Política de Segurança da Informação e Comunicação (PoSIC) e Política de Impressão da AEB (PolImp).

No quesito organizacional, a TIC na AEB possui atribuições junto ao Comitê de Governança Digital (CGD) instituído pela Portaria nº 27/AEB, de 22 de janeiro de 2020, que proporciona a criação de políticas e aplicação de estratégias voltadas para o investimento e implementação de soluções de TIC e o Comitê de Segurança da Informação e Comunicação da AEB (CSIC), que objetiva implementar a Política Nacional de Segurança da Informação na instituição, observando as diretrizes governamentais de SIC, bem como estabelecer e acompanhar o cumprimento das diretrizes, das estratégias e dos objetivos definidos nas políticas e planos de SIC da AEB.

A Coordenação de Tecnologia da Informação e Comunicação (CTIC) é a unidade responsável pela área de TIC da Agência Espacial Brasileira. Ela está vinculada a Diretoria de Planejamento, Orçamento e Administração (DPOA), e tem como função a realização da gestão e o provimento dos recursos e serviços de TIC às unidades de negócios e descentralizadas da AEB, a sua gestão compete ao Coordenador, e as tarefas operacionais estão a cargo das 2 áreas de apoio, que são: Divisão de Infraestrutura e Segurança (DSEG) e Divisão de Projetos e Soluções Corporativas (DPSC), conforme organograma a seguir:



As atividades e funções da CTIC foram elaboradas conforme os seguintes referenciais, que descrevem em maiores detalhes os processos implementados:

- **ITIL 4:** Guia ITIL 4 para gerenciamento de serviços de TIC;
- **COBIT 2019:** Modelo Corporativo para Governança e Gestão de TIC em organizações;
- **GovTIC v2.0:** Guia de Governança de TIC para o SISP v2.0; e
- **Processo de Software da AEB:** guia para tratar o ciclo de vida do projeto de desenvolvimento.
- **Catálogo de Serviços de TIC:** documento estruturado com informações sobre todos os serviços prestados pela CTIC à AEB.

Recursos Aplicados em TI

O total de despesas empenhadas pela CTIC no ano de 2022, foi de R\$ 4.926.793,32. Dentre as aquisições realizadas, os contratos mais relevantes foram:

1. Custeio:

- A. Empresa de Suporte (Globalweb);
 - I. Catálogo de serviço atualizado
 - II. Fluxo de homologação de software implantado
 - III. Criação de central de software
 - IV. Mapeamento de ambiente
 - V. Correção dos cluster dos ambientes
 - VI. Sanitização dos ambientes
 - VII. Atualizações de Storage e Backup
 - VIII. Melhorias nas regras do Firewall
 - IX. Implementação do AntiSpam
 - X. Adequação de acessos por perfis
 - XI. Mapeamento da topologia de redes e todo ambiente
 - XII. Criação de trilhas de produção, homologação e desenvolvimento
 - XIII. Certificados atualizados das aplicações
 - XIV. Criação da WikiAEB com documentação e mapeamento das aplicações
 - XV. Fluxo de criação de máquinas virtuais
 - XVI. Novo ambiente de monitoramento
 - XVII. Novo serviço de correio eletrônico
 - XVIII. Melhorias no System center
 - XIX. Melhoria na ferramenta de ITSM
- XX. Criação de novo ambiente e mapeamento de todos os Bancos de Dados e suas instâncias
- A. Aquisição de licenças Power BI;
 - Para manter um sistema informatizado para a compilação e geração de painéis informativos para a análise de dados de forma a possibilitar o monitoramento e avaliação da aplicação do Setor Espacial Brasileiro e demais projetos a serem desenvolvidos por outros departamentos.
- B. Aquisição de licenças para serviço de Webconferência;
 - Para suprir a necessidade de manter um sistema que possibilite e facilite a realização de webconferência entre colaboradores internos e parceiros externos.
- C. Aquisição Monday;
 - Solução para gestão de produtividade, controle de tarefas e gestão de demanda.
- D. Manutenção Preventiva do Datacenter;
 - Manutenção preventiva do Datacenter, para dar continuidade aos serviços e a limpeza visando assegurar a disponibilidade dos elementos acomodados no ambiente.
- E. Serviço de Ethical Hacker;
 - As ações promovidas pela CTIC visando proteger a segurança das informações, em constantes ataques cibernéticos, visando a diminuição dos riscos de acesso indevido.
- F. Contratação de dados como serviço do Serpro (DaaS);

- Visando a necessidade da obtenção de dados de sistema estruturantes do governo para geração de dashboards e acompanhamento de indicadores, tais como atividades orçamentárias da AEB.
- G. Serviço de suporte e garantia da solução de backup/restore;
 - O serviço de solução de backup é essencial para a infraestrutura de TIC pois é medida fundamental na recuperação de desastres para evitar perda de dados.
- H. Acesso ao banco de imagens;
 - A aquisição de um banco de imagens mantém o nível de qualidade do serviço prestado pela AEB, visando expandir e inovar a prestação de serviços digitais e de comunicação.
- I. Solução de Gestão e Análise de Vulnerabilidade;
 - Diante da necessidade de ação relacionada a segurança das informações, a ferramenta de solução de gestão e análise de vulnerabilidade que realiza varreduras, gestão e análise de vulnerabilidades.
- J. Suporte e garantia do Firewall de Borda; e
 - Diante da necessidade de equipamentos de proteção de rede, atualização e manutenção da infraestrutura de comunicação de dados entre os usuários e os serviços de TI.
- K. Aquisição e implantação da Automação de Processos – Singular.
 - A automatização de processos operacional é um processo antes executado manualmente, utilizando, para isso, da tec-

nologia e da integração de sistemas e dados, dentre eles o Sistema Eletrônico Integrado.

2. Investimento:

A. Aquisição de Notebooks;

Visando a renovação tecnológica de notebooks antigos sem suporte, garantia e aumentando a mobilidade.

B. Aquisição de microcomputadores;

Com o intuito de realizar a renovação parcial do parque que contava com equipamentos muito desfasados tecnologicamente e sem suporte e garantia.

C. Licenças de Banco de Dados;

Armazenar dados institucionais de maneira estruturada e segura, visando manter a integridade e disponibilidade das informações.

D. Aquisição de Computadores de alto desempenho;

Demanda de diferentes áreas da AEB que necessitavam de computadores avançados para utilização de softwares avançados da área espacial e renderização de imagens e vídeos.

E. Aquisição de equipamentos para sala de reunião;

A nova sala de reunião precisava de equipamentos para realizar videochamadas.

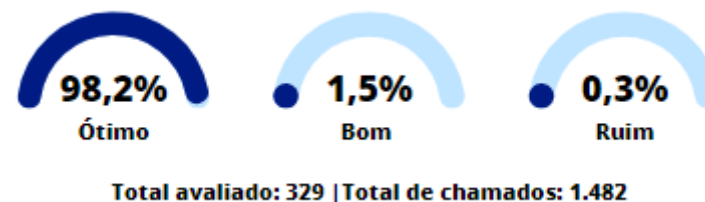
F. Aquisição de uma tela de grande formato;

Para auxiliar no gerenciamento e monitoramento dos equipamentos de TIC utilizados na AEB, por meio de dashboards dinâmicos.

Descrição	Valor em 2022
GlobalWeb	R\$ 1.615.559,52
Aquisição de equipamentos de tecnologia	R\$ 40.903,72
Aquisição de Telas de 75"	R\$ 18.261,00
Licenças para Exchange Server Standard	R\$ 16.345,58
Licença PowerBI	R\$ 23.795,24
Licença do Zoom	R\$ 38.280,00
Monday	R\$ 174.720,00
Manutenção do Datacenter	R\$ 361.878,30
Notebooks	R\$ 515.250,00
Computadores de alto desempenho	R\$ 119.025,00
Microcomputadores	R\$ 715.500,00
SERPRO	R\$ 209.006,96
Firewall	R\$ 85.000,00
Veritas Backup	R\$ 186.768,00
Ethical Hacking	R\$ 265.000,00
Singular	R\$ 541.500,00
Valor Total	R\$ 4.926.793,32

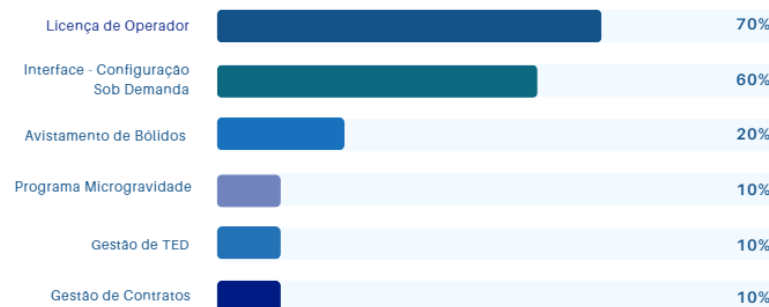
As aquisições relacionadas a área de TIC envolveram prioritariamente os serviços de suporte, em 2022 a AEB contratou a empresa Globalweb. As solicitações dos serviços da empresa ocorreram por meio de aberturas de chamados via ferramenta Citsmart. Esse serviço é realizado de forma presencial e/ou remota nas dependências da Agência Espacial Brasileira.

É realizada uma pesquisa de satisfação por parte dos usuários referente a prestação de serviços dessa empresa, o resultado anual está demonstrado no quadro a seguir:



Fonte - Relatório Global Web

Nesse ano, foi realizado a aquisição da ferramenta Singular para a implantação de solução, atualizações tecnológicas, visando a automação de processos, dentre outros. Vários projetos estão em fase de implementação e produção.



É importante destacar a atualização do parque tecnológico com a aquisição de notebooks, desktops comuns e desktops de alto desempenho.

Além disso, a implementação da ferramenta PowerBI ajuda no fornecimento de indicadores por meio de painéis de Dashboards.

Ademais, a ferramenta Monday ajuda na organização das demandas e produtividade, além de fornecer maior agilidade e transparência a todos.

Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação

O PDTIC da AEB 2022/2023 encontra-se em processo de finalização para ser aprovado pelo Comitê de Governança Digital da AEB, nesse documento encontram-se:

- 63 (sessenta e três) necessidades levantadas;
- 12 (doze) estão em tratamento;
- 7 (sete) foram finalizadas. Para atendimento das necessidades, as demandas precisam ser formalizadas pela área requisitante. A prévia do documento final do PDTIC já foi enviada aos diretores e presidente da AEB. A priorização das necessidades foi realizada previamente pela equipe de elaboração do PDTIC, contudo ainda pode sofrer alterações a depender do resultado da reunião ordinária de homologação.

Segurança da informação

A CTIC realizou várias ações relacionadas à segurança da informação abrangendo o perímetro lógico e os serviços de segurança da informação, dentre essas ações estão:

A CTIC realizou várias ações relacionadas à segurança da informação abrangendo o perímetro lógico e os serviços de segurança da informação, dentre essas ações estão:

- Implementação do Firewall de Aplicação WAF que promove uma melhor segurança de acesso aos sistemas da AEB;
- Execução de serviços de consultoria de Ethical Hacking para testar vulnerabilidades dos ambientes tecnológicos da AEB;
- Renovação do suporte e garantia da solução de backup/restore;
- Renovação do suporte e garantia do Firewall de Borda;
- A implementação das ferramentas de rastreabilidade e auditoria;

Instalação dos serviços de segurança do perímetro físico predial, no qual foram instaladas:

- Câmeras de segurança internas e externas aos edifícios da AEB;
- Catracas eletrônicas com reconhecimento de biometria;
- Travas nas portas com reconhecimento de biometria;
- Monitoramento de patrimônio por meio etiquetas RFID.

Em um levantamento realizado na ferramenta Firewall foi possível identificar que a Agência Espacial Brasileira sofreu 5.450 tentativas de ataques no ano de 2022, de diferentes países, todos bloqueados pela AEB.

O mapa abaixo indica a localização geográfica de onde partiram os ataques:



Fonte - Relatório Firewall

Diante dessas informações, as ações realizadas pela CTIC visam a mitigação das lacunas identificadas no perímetro lógico e físico de segurança da informação, funcionando como uma barreira contra os ataques cibernéticos e de engenharia social.

Além disso, é importante destacar que a AEB possui um Comitê de Segurança da Informação e Comunicação instituído pela Portaria nº 361/AEB, de 16 de outubro de 2020, em que atua na criação de políticas e aplicação de estratégias voltadas para a segurança da informação e comunicação, preservando os ativos de informação e comunicação, tangíveis e intangíveis, quanto ao sigilo, integridade, disponibilidade e autenticidade.

Principais desafios e ações futuras

As ações planejadas pela CTIC para o ano de 2023 são: revisão do processo de software, a continuidade da automatização de processos de negócio; mapeamento de processos de infraestrutura; revisão da política de segurança e normativo de segurança; implementação da LGPD; continuidade da automação de processos de

negócios; aquisição de licenças diversas; finalizar os projetos de interligação às unidades descentralizadas em Natal - RN, São José dos Campos - SP e Alcântara - MA; aprimorar os projetos relacionados ao observatório espacial; armazenar dados de variadas fontes em repositórios estruturados, propiciando seu cruzamento e inteligência informacional; soluções para melhoria de comunicação interna, colaboração e gestão do conhecimento; criação de *dashboards* e indicadores para a tomada de decisão baseada em dados. Além de manter a infraestrutura do parque tecnológico atualizado, evoluir a maturidade organizacional em segurança cibernética, executar e revisar processos de desenvolvimento de sistemas e evoluir a Gestão de Riscos da área de TIC.

Em conjunto com a Globalweb estamos desenvolvendo o plano de Recuperação de Desastre em Ambiente de TI (Disaster Recovery), onde estamos verificando a possibilidade de termos um backup do ambiente em uma das regionais ou em uma das unidades do MCTI, para recuperação em eventual acidente que venha a perda das informações na AEB. Essa iniciativa está em fase de planejamento e elaboração do projeto.

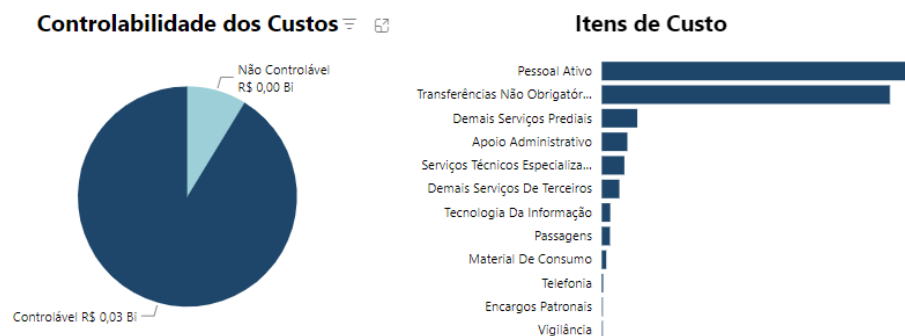
3.11.5. GESTÃO DE CUSTOS

Objeto de Custo - Em consonância com a Lei nº 10.180, de 06 de fevereiro de 2001, que trata da organização do Sistema de Contabilidade Federal do Poder Executivo, a qual aponta como uma de suas finalidades evidenciar os custos das unidades da Administração Pública Federal, o objeto de custos adotado no portal referido são as unidades administrativas, apresentadas no SIORG. Importante destacar que a qualidade da informação produzida pelo portal depende principalmente do correto vínculo do servidor no SIAPE, em sua unidade administrativa de exercício, conforme estrutura organizacional do SIORG.

Classificação dos Custos: Grupos e Áreas de Atuação

- **Custos Controláveis** - são os itens de custo que podem ser controlados pelo gestor, levando em consideração a sua influência sobre o consumo dos recursos. Integram esse grupo os seguintes itens: Pessoal ativo, Encargos patronais, Tecnologia da informação, Água e esgoto, Energia elétrica, Telefonia, Copa e cozinha, Limpeza, Vigilância, demais serviços prediais, Apoio administrativo, Serviços técnicos especializados, Serviços de saúde, demais serviços de terceiros, Diárias, Passagens, Material de consumo, Transferências não obrigatórias, Serviços da dívida pública, Despesas de exercícios anteriores – controláveis, demais custos controláveis.

Natureza de Custo: Controláveis – R\$ 25.510.554,11 (91,3%) – Agência Espacial Brasileira-2022



- **Custos não Controláveis** - são os itens de custo consumidos independentemente da influência do gestor. Compostos pelos seguintes itens: Pessoal inativo/pensionistas, Depreciação/Amortização/Exaustão, Transferências obrigatórias, Benefícios previdenciários, Despesas de exercícios anteriores – não controláveis, Demais custos não controláveis

Natureza de Custo: Não Controláveis – R\$ 2.431.807,34 (8,7%) – Agência Espacial Brasileira-2022



Fonte: Os dados apresentados foram extraídos do Sistema de Informações de Custos do Governo Federal – SIC.

O Sistema de Custos do Governo Federal foi instituído pela Secretaria do Tesouro Nacional (STN), por meio da Portaria nº 157, de 09 de março de 2011, visando evidenciar os custos dos programas e das unidades da administração pública federal, sendo estruturado sob a forma de um subsistema organizacional da Administração Pública Federal brasileira e vinculado ao Sistema de Contabilidade Federal.

3.12. SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL

Ações com vista à economicidade e sustentabilidade foram empreendidas e concretizadas, o investimento de recursos para aquisição de novos bens como: purificadores de parede para filtragem de água com captação direta da rede de distribuição; máquina de gelo e bebedouros e para substituição dos refrigeradores e fornos micro-ondas antigos e com vida útil comprometida, foram adquiridos novos equipamentos.

Esta Agência possui um Grupo Moto Gerador com 02 geradores de energia, sendo 01 de 270 KVA e o outro de 350 KVA que alimenta os Bloco A e F, os equipamentos são acionados semanalmente e todas as vezes que ocorre interrupção no fornecimento de

energia elétrica via rede da Companhia Energética de Brasília (CEB). O combustível utilizado é o Diesel e a manutenção preventiva dos equipamentos é realizada periodicamente, com objetivo manter o funcionamento adequado e evitar a ampliação na emissão de gases poluentes.

Quanto às ações para redução de consumo de recursos naturais, destaca-se a diminuição de uso de papel com o uso de sistema SEI e a aquisição reduzida de impressoras para uso compartilhado em ilhas.

Por fim, com vistas a garantir a sustentabilidade nas contratações e aquisições, a AEB participa da Agenda Ambiental da Administração Pública. Esta autarquia também realiza suas contratações observando os parâmetros estabelecidos no Decreto nº 7.746, de 5 de junho de 2012.

INFORMAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS, FINANCEIRAS E CONTÁBEIS



4. INFORMAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS, FINANCEIRAS E CONTÁBEIS

A Lei Orçamentária Anual de 2022 (Lei nº 14.303, de 21/01/2022) consignou R\$ 167.082.794,00 à AEB. Durante o exercício, após alterações orçamentárias decorrentes de cancelamentos de dotações, redimensionaram o orçamento para R\$ 116.095.957,00.

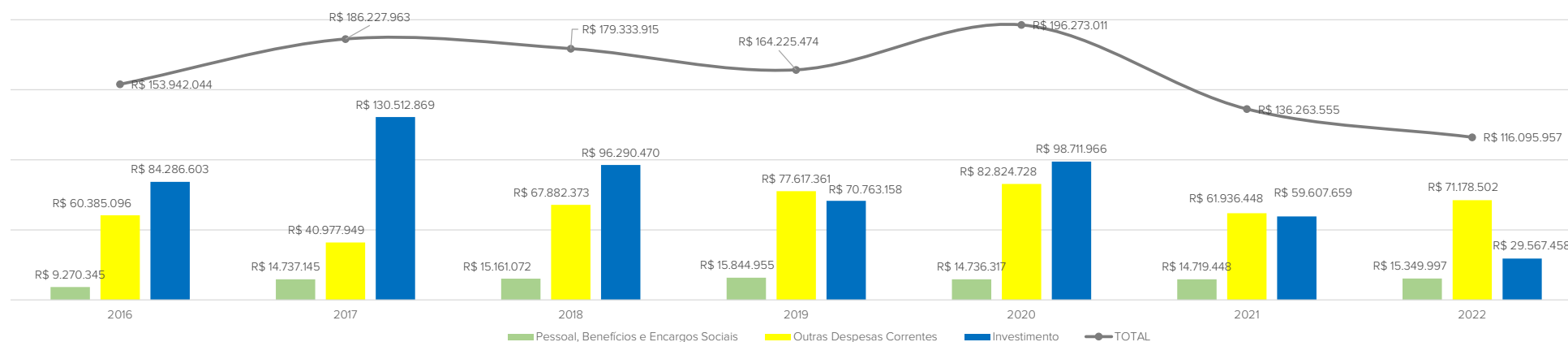
ORÇAMENTO DA AEB – EXERCÍCIO 2022

Dotação inicial LOA 2022	Cancelamentos	Dotação atualizada
167.082.794	50.986.837	116.095.957

Evolução do Orçamento

O gráfico a seguir apresenta a dotação atualizada da AEB por Grupo de Natureza de Despesa para os exercícios de 2016 a 2022.

EVOLUÇÃO DO ORÇAMENTO 2016-2022



Fonte: Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento (SIOP)

4.1. EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

A distribuição do orçamento da AEB segue os programas definidos no PPA 2020-2023.

- 0909 - Operações Especiais: Outros Encargos Especiais
- 0910 - Operações Especiais: Gestão da Participação em Organismos e Entidades Nacionais e Internacionais
- 0032 - Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo
- 2207 - Programa Espacial Brasileiro

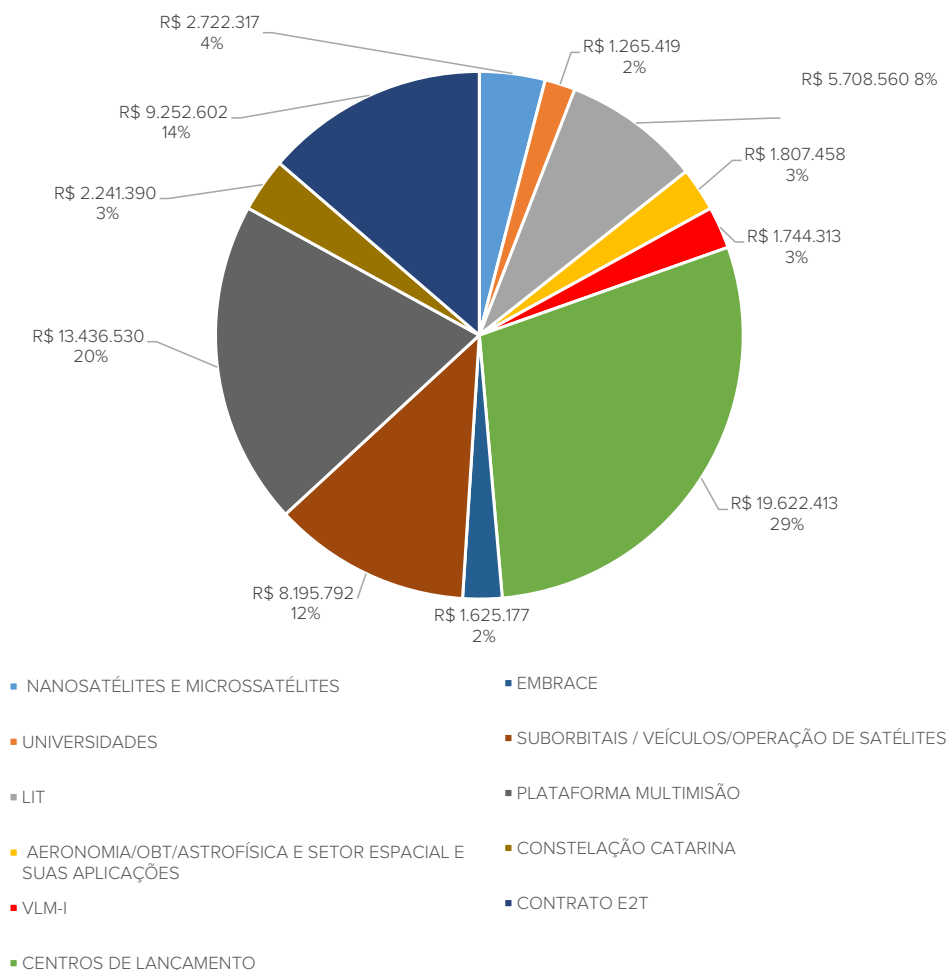
A execução orçamentária e financeira da AEB ocorreu, em grande parte, por meio de Termos de Execução Descentralizada (TED) celebrados entre os diversos atores que compõem o SINDAE. O outro instrumento utilizado foi contrato com empresas selecionadas no processo de Encomenda Tecnológica para o desenvolvimento de um sistema de navegação e controle.

Em 2022, as dotações orçamentárias descentralizadas somaram R\$ 58.369.368 e o montante empenhado em Contrato para atender as demandas do setor espacial foi de R\$ 9.252.602, perfazendo um total de R\$ 67.621.970, distribuídos nos seguintes projetos e atividades:

- E. Desenvolvimento de nanossatélites e microsatélites;
- F. Universidades (UFMA e UnB);
- G. Manutenção do Laboratório de Integração e Testes (LIT);
- H. Estímulos a estudos referentes à Aeronomia, à Observação da Terra (OBT) e à Astrofísica e setor espacial e suas aplicações;
- I. Construção de veículos lançadores VLM-I;
- J. Construção de veículos lançadores suborbitais;
- K. Manutenção e melhorias dos centros de lançamento (CLA e CLBI);
- L. Manutenção do Centro de Estudo e Monitoramento do Clima Espacial (EMBRACE);
- M. Desenvolvimento de sistemas da Plataforma Multimissão (PMM).
- N. Desenvolvimento e implementação de um sistema espacial da Constelação Catarina; e
- O. Contrato relacionado ao Espaço, Educação e Tecnologia (E2T).

Os demais créditos orçamentários não descentralizados se referem a gastos com pessoal ativo e inativo, encargos sociais e outras despesas administrativas da unidade prestadora de contas (AEB).

TERMOS DE EXECUÇÃO DESCENTRALIZADA E CONTRATO - 2022



Fonte: Tesouro Gerencial

EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA POR PROGRAMA – PPA 2020-2023

PROGRAMA	AÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	EMPENHADO	LIQUIDADO	"EMPENHADO/ DOTAÇÃO ATUALIZADA "	"LIQUIDADO/ EMPENHADO"
2207 - Programa Espacial Brasileiro	154L - Implementação do Plano de Absorção e Transferência de Tecnologia no Âmbito do Satélite Geoestacionário de Defesa e Comunicações Estratégicas - SGDC	100.000	0	0	0	0,00%	0,00%
	21AG - Desenvolvimento de Sistemas Espaciais	40.891.009	20.478.613	19.529.490	10.030.482	95,37%	51,36%
	20VB - Pesquisa, Desenvolvimento Tecnológico e Formação de Capital Humano para o Setor Espacial	15.705.743	12.554.074	12.395.329	1.805.847	98,74%	14,57%
	21AI - Infraestrutura e Aplicações Espaciais	29.949.624	28.211.092	28.154.150	21.456.147	99,80%	76,21%
	21AH - Governança e Regulação de Atividades Espaciais	940.000	247.013	44.686	36.582	18,09%	81,87%
	7F40 - Implantação do Centro Espacial de Alcântara - CEA	28.200.000	3.923.069	3.921.936	2.209.641	99,97%	56,34%
0909 - Operações Especiais: Outros Encargos Especiais	00S6 - Benefício Especial e Demais Complementações de Aposentadorias	1.000	1.000	0	0	0,00%	0,00%
0910 - Operações Especiais: Gestão da Participação em Organismos e Entidades Nacionais e Internacionais	00OQ - Contribuições a Organismos Internacionais sem Exigência de Programação Específica	16.120	16.120	0	0	0,00%	0,00%

PROGRAMA	AÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	EMPENHADO	LIQUIDADO	"EMPENHADO/ DOTAÇÃO ATUALIZADA "	"LIQUIDADO/ EMPENHADO"
0032 - Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo	09HB - Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais	1.530.230	1.849.224	1.654.138	1.654.138	89,45%	100,00%
	20TP - Ativos Cíveis da União	11.265.640	12.756.800	11.339.857	11.339.857	88,89%	100,00%
	0181 - Aposentadorias e Pensões Cíveis da União	585.000	742.973	580.857	580.856	78,18%	100,00%
	216H - Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Público	200.000	200.000	70.762	70.762	35,38%	100,00%
	2000 - Administração da Unidade	36.918.463	34.283.736	34.157.511	19.359.544	99,63%	56,68%
	2004 - Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Cíveis, Empregados, Militares e seus Dependentes	145.361	151.100	65.570	65.570	43,40%	100,00%
	212B - Benefícios Obrigatórios aos Servidores Cíveis, Empregados, Militares e seus Dependentes	634.604	681.143	494.165	488.383	72,55%	98,83%
TOTAL		167.082.794	116.095.957	112.408.451	69.097.809	96,82%	61,47%

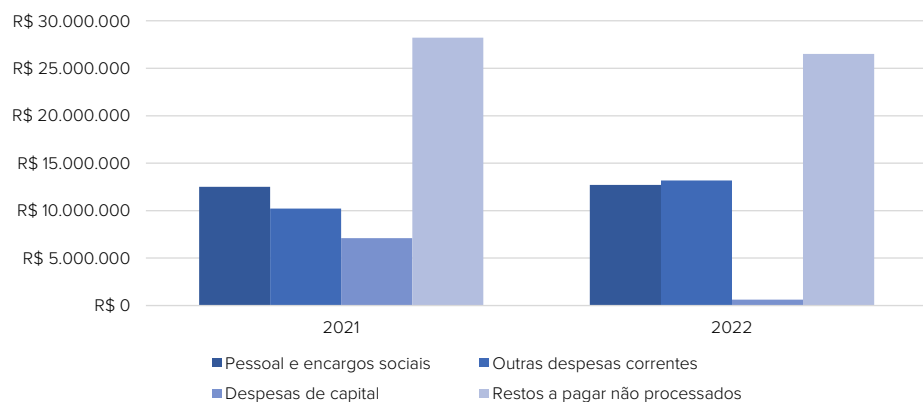
Fonte: Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento (SIOP)

4.2. EXECUÇÃO FINANCEIRA

Considerando a unidade prestadora de contas, AEB (Unidade Gestora Executora), o valor pago em 2022 totalizou R\$ 26.515.503, dos quais R\$ 12.713.638 foram destinados a pagamento de pessoal

e encargos sociais, R\$ 13.183.850 foram direcionados ao pagamento de outras despesas correntes e R\$ 618.015 foram alocados às despesas de capital.

PAGAMENTOS POR GRUPO DE DESPESA



Fonte: Tesouro Gerencial

Restos a pagar

Em 2021 e nos exercícios anteriores, os Restos a Pagar Não Processados Inscritos referentes a outros exercícios totalizaram R\$ 28.221.737,84, sendo que desse montante R\$ 817.097,84 foram cancelados e R\$ 22.224.284,33 pagos. Como resultado, o saldo, ao final do exercício, ficou em R\$ 9.114.236,47.

A gestão da AEB sempre trabalha na tentativa de reduzir os Restos a Pagar Não Processados (RPNP), mas conforme discorrido nos relatórios anteriores, por se tratar de Pesquisa & Desenvolvimento, sempre haverá eventos contratados no exercício e, inevitavelmente, estendidos por mais de um exercício fiscal.

Ressalta-se que a execução dos Restos a Pagar cumpre rigorosamente o que preconizam os arts. 36 a 37 da Lei nº 4.320/64, o art. 42 da Lei complementar nº 101/2000, o art. 76 do Decreto-lei 200/67, os arts. 67 a 70 do Decreto nº 93.872/86, e o Decreto de Programação Orçamentária e Financeira – DPOF.

Despesas por Grupo e Elemento de Despesa

O quadro a seguir demonstra a execução das despesas da AEB de acordo com a classificação dos Grupos e Elementos de Despesa. Ressalte-se que são despesas da Unidade Prestadora de Contas e não estão incluídos os valores descentralizados.

Do total empenhado, cerca de 46% são Outras Despesas Correntes, 26% são Investimentos, ambos destinados à manutenção da infraestrutura da Agência, e o restante, 27%, se refere a gastos com pessoal e encargos.

Comparando-se as despesas de 2021 com as de 2022, observa-se que há um acréscimo no total de Outras Despesas Correntes, cujos aumentos principais se referem a Passagens e Despesas de Locomoção e Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica. Embora a variação percentual de aumento de Passagens e Despesas de Locomoção tenha sido de 132,01%, o valor de maior impacto foi em Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica, que somou R\$ 2.954.495 sobre o valor de R\$ 5.293.576 registrado no exercício anterior.

No tocante às despesas de investimentos, houve uma redução da ordem de 50,0% de 2021 para 2022. O impacto maior foi observado em Serviços de Tecnologia da informação e comunicação - Pessoa Jurídica, bem como em Contribuições, que juntos sofreram um decréscimo de R\$ 14.628.626 sobre a soma do valor original (R\$ 15.028.288).

As reduções relativas a Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação, e Outros Serviços de Terceiros, ambos de Pessoa Jurídica, se referem à manutenção por demanda e não comprometeram o funcionamento da Autarquia.

Do somatório das despesas empenhadas (R\$ 49.380.683), cerca de 56% foram liquidados e 54% foram pagas, e o saldo resultante de R\$ 21.901.612 foi inscrito em Restos a Pagar Não Processados. A maior parte do saldo inscrito, 42%, refere-se a Outros Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica - Operações Intraorçamentárias.

DESPESAS POR GRUPO E ELEMENTOS DE DESPESA

DESPESAS CORRENTES								
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		Despesas Inscritas em RP não processados		Valores Pagos	
	2022	2021	2022	2021	2022	2021	2022	2021
1. Despesas de Pessoal	13.574.851	13.325.182	13.574.850	13.325.182	0,97	0	12.713.638	12.513.428
01 - Aposentados	535.559	556.352	535.558	556.352	0,97	0	494.267	515.060
03 - Pensões	45.297	50.040	45.297	50.040	0	0	41.813	46.555
07 - Contribuições a entidade fechada de previdência	190.922	201.971	190.922	201.971	0	0	175.691	185.938
11 - Vencimentos e vantagens fixas - Pessoal civil	10.954.286	10.783.332	10.954.286	10.783.332	0	0	10.175.953	10.044.959
12 - Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Militar	0	5.187	0	5.187	0	0	0	5.187
13 - Obrigações patronais	1.654.138	1.558.118	1.654.138	1.558.118	0	0	1.654.138	1.558.118
16 - Outras despesas variáveis - Pessoal civil	189.561	166.860	189.561	166.860	0	0	166.688	154.288
92 - Despesa de exercícios anteriores	5.088	3.323	5.088	3.323	0	0	5.088	3.323
3. Outras Despesas Correntes	22.812.451	19.893.991	13.286.206	10.311.636	9.526.245	9.582.355	13.183.850	10.226.122
08 - Outros benefícios assistenciais	51.953	55.006	51.953	55.006	0	0	45.469	49.772
14 - Diárias - Pessoal civil	862.264	428.056	862.264	428.056	0	0	862.264	428.056
30 - Material de consumo	614.445	794.092	169.126	235.355	445.319	558.737	163.000	235.355
33 - Passagens e despesas de locomoção	1.570.768	677.019	1.169.635	432.628	401.133	244.391	1.169.635	432.628
35 - Serviços de Consultoria	326.359	569.961	119.024	341.502	207.335	228.459	119.024	341.502
36 - Outros serviços de terceiros - Pessoa Física	439.662	376.539	439.662	376.539	0	0	408.359	344.531
37 - Locação de mão-de-obra	6.636.673	5.246.467	4.997.562	4.526.080	1.639.112	720.387	4.997.562	4.526.080
39 - Outros serviços de terceiros - Pessoa Jurídica	8.248.071	5.293.576	2.087.363	904.051	6.160.708	4.389.524	2.087.363	903.585

DESPESAS CORRENTES								
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		Despesas Inscritas em RP não processados		Valores Pagos	
	2022	2021	2022	2021	2022	2021	2022	2021
40 - Serviços de tecnologia da informação e comunicação - Pessoa Jurídica	1.588.450	1.446.839	1.353.278	1.374.931	235.172	71.908	1.353.278	1.374.931
41 - Contribuições	1.754.114	4.307.934	1.322.430	938.985	431.684	3.368.949	1.322.430	938.985
46 - Auxílio-alimentação	406.808	399.397	406.808	399.397	0	0	372.458	365.963
47 - Obrigações tributárias e contributivas	278	8.754	278	8.754	0	0	278	8.754
49 - Auxílio-transporte	24.012	25.629	24.012	25.629	0	0	22.089	23.360
92 - Despesa de exercícios anteriores	11.560	52.725	5.778	52.725	5.782	0		52.725
93 - Indenizações e restituições	277.033	211.996	277.033	211.996	0	0	260.640	199.893
DESPESAS DE CAPITAL								
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		Despesas Inscritas em RP não processados		Valores Pagos	
	2022	2021	2022	2021	2022	2021	2022	2021
4. Investimentos	12.993.381	25.737.356	618.015	7.097.974	12.375.367	18.639.383	618.015	7.097.974
30 - Material de consumo	0	5.361	0	5.361	0	0	0	5.361
39 - Outros Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica - Operações Intraorçamentárias	9.252.602	9.242.433	0	3.127.758	9.252.602	6.114.676	0	3.127.758
40 - Serviços de tecnologia da informação e comunicação - Pessoa Jurídica	381.346	4.185.815	381.346	685.000	0	3.500.815	381.346	685.000
41 - Contribuições	18.316	10.842.473	0	2.848.236	18.316	7.994.237	0	2.848.236
52 - Equipamentos e material permanente	3.341.118	1.461.274	236.669	431.618	3.104.449	1.029.655	236.669	431.618
TOTAL GERAL	49.380.683	58.956.530	27.479.071	30.734.792	21.901.612	28.221.738	26.515.503	29.837.523

Fonte: Tesouro Gerencial

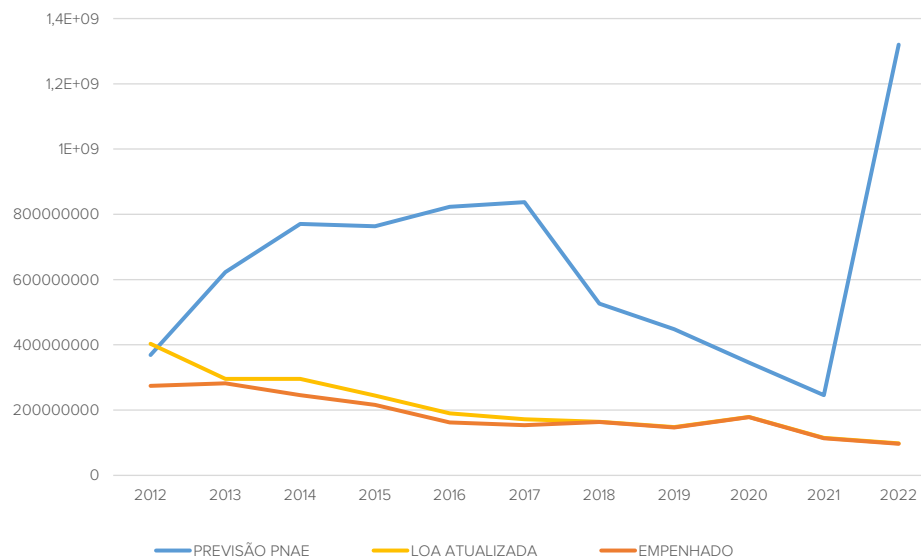
Fatores intervenientes no desempenho orçamentário

O orçamento da AEB sofreu significativa redução em 2022. A LOA aprovada fixou a despesa em R\$ 167,1 milhões. Os cancelamentos orçamentários no decorrer do ano diminuíram a dotação autorizada para R\$ 116,1 milhões. Em função desse decréscimo, a execução das Ações do Programa Espacial Brasileiro – PEB foi prejudicada neste exercício e o planejamento foi alterado para 2023, comprometendo o cronograma de conclusão dos Termos de Execução Descentralizados – TED firmados pela AEB.

Da mesma forma, as dificuldades orçamentárias vivenciadas pela AEB em 2022 estão repercutindo diretamente nos projetos previstos no PNAE, plano decenal do setor espacial para o período 2022-2031.

O gráfico a seguir demonstra que, exceto no exercício de 2012, as Leis Orçamentárias Anuais sempre estiveram aquém dos orçamentos previstos no Programa Nacional de Atividades Espaciais. Em 2022, a LOA referente a despesas primárias discricionárias representou apenas 7,44% do orçamento referente ao Cenário 1000 do PNAE, que está estimado em R\$ 13,2 bilhões e cujo potencial de investimento está alinhado com a visão de futuro do Programa Nacional de Atividades Espaciais: “ser o país sul-americano líder no mercado espacial”.

RELAÇÃO ENTRE O ORÇAMENTO DO PNAE E DAS LEIS ORÇAMENTÁRIAS (2012-2022)



Fonte: Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento (SIOP) e publicação PNAE 2022-2031.

Já os orçamentos atribuídos pelas Leis Orçamentárias Anuais possuem elevado índice de execução. No exercício de 2022, a execução orçamentária atingiu 98,33% da dotação atualizada da LOA (Lei - Créditos cancelados), demonstrando que o setor espacial brasileiro ainda executa com plenitude os orçamentos que lhe são concedidos.

Em função da complexidade do setor, os projetos necessitam investimentos contínuos, estáveis e crescentes, pois têm características de desenvolvimento de longo prazo e com pagamentos em parcela única de grandes proporções do orçamento total de capital.

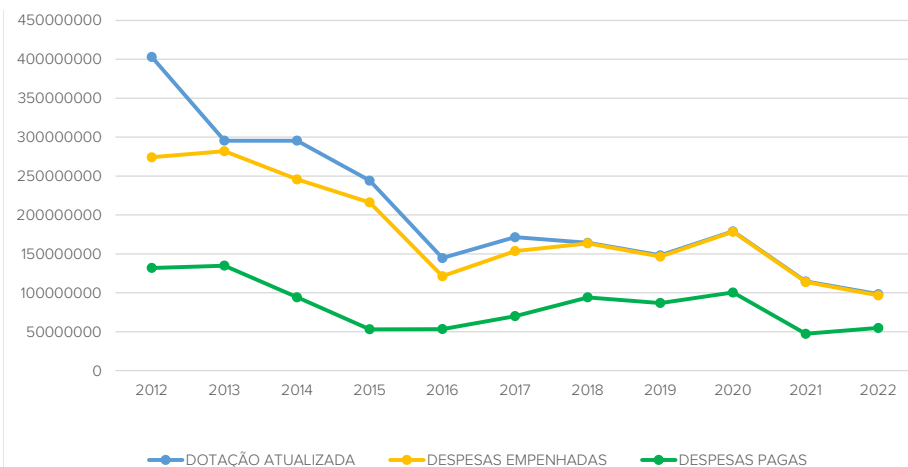
Além do que foi discorrido, os cancelamentos aconteceram de maneira parcelada, frustrando e dificultando a realização das fases e metas dos projetos; e retardando ainda mais a entrega dos produtos.

Com a finalidade de garantir a disponibilidade dos recursos necessários para a execução das atividades da Agência, no decorrer do exercício de 2022, manteve-se contato com o MCTI, informando necessidades e solicitando providências em seu atendimento.

Essa visão é corroborada pelo TCU, conforme voto do Ministro Marcos Bemquerer Costa, relatado no processo nº TC 016.582/2016-0:

O Brasil, em nível de investimentos no setor, está aquém de diversos outros países, como, por exemplo, Rússia, Índia e China, conforme identificado no Levantamento. Dentre as consequências do baixo nível de investimento, a unidade técnica relacionou a incapacidade de o setor espacial nacional manter um parque industrial sólido e competitivo e de se inserir na economia do espaço.

EVOLUÇÃO DA EXECUÇÃO DA AEB 2012-2022



Fonte: Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento (SIOP)

Nesse contexto, há necessidade de recomposição dos quadros de especialistas, não só na AEB, como nas principais instituições que participam do SINDAE: INPE/MCTI e DCTA/MD. Existem vários servidores e pesquisadores que deverão se aposentar nos próximos anos e, como não houve concursos, a perda de conhecimento técnico deverá afetar, da mesma forma, o setor espacial.

Principais desafios e ações futuras

O principal desafio superado pela AEB foi administrar a insuficiência de recursos destinados à Autarquia em função de cancelamentos de créditos orçamentários destinados ao fomento das atividades do Programa Espacial Brasileiro.

A Lei Orçamentária Anual – LOA 2023 da Agência foi sancionada com valor de R\$ 156,34 milhões para despesas discricionárias, sendo que foi alocado o valor de R\$ 131,70 milhões ao Programa Espacial Brasileiro – PEB. Esse valor está aquém do montante previsto no Cenário 50 do PNAE, que prevê investimentos de R\$ 180,00 milhões ao ano e representa a ampliação das missões espaciais, com um maior número de propostas passíveis de execução. O acesso ao espaço se consolida e continua sua cadeia de desenvolvimento com um veículo nacional para lançamento de minissatélites. As infraestruturas espaciais nacionais se adaptam a essa necessidade, da mesma forma que as ações de desenvolvimento de competências.

Ressalta-se, porém, que o Cenário 50 (R\$ 1,8 bilhão) representa o valor total do PNAE do período (2022-2031) e está muito abaixo do Cenário 1000, onde espera-se um potencial de investimento anual de cerca de R\$ 1,32 bilhão ao ano.

4.3. BASE DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES E DAS PRÁTICAS CONTÁBEIS

Estrutura, composição e competências da Divisão de Contabilidade da Agência Espacial Brasileira-AEB

Composição

- *Divisão de Contabilidade*-1 servidor (Cargo Comissionado-Chefe de Divisão)

- *Serviço de Contabilidade Analítica*-1 servidor (Cargo Comissionado – Chefe de Serviço)

Competências

I – Acompanhar e analisar a consistência dos balanços, balancetes, auditores contábeis e demais demonstrações contábeis no SIAFI;

II - Efetuar a conformidade de registro de gestão no SIAFI;

III - realizar a conformidade contábil referente aos registros no SIAFI dos atos de gestão orçamentária, financeira e patrimonial;

IV - Garantir a fidedignidade dos dados do Orçamento Geral da União publicado no Diário Oficial da União com os registros contábeis ocorridos no SIAFI;

V - Efetuar registros contábeis de regularizações demandados pelos setores de execução financeira e orçamentária; e

VI - Prestar assistência e orientação na elaboração de relatórios gerenciais, bem como os relatórios que deverão compor o RG, conforme as orientações do Tribunal de Contas da União - TCU.

I - Monitorar a contabilização dos atos e fatos da gestão orçamentária, financeira e patrimonial; II - monitorar e orientar os lança-

mentos de aquisição e mobilização de bens de modo a assegurar o efetivo controle patrimonial no âmbito da administração direta; e

III - Fornecer e gerenciar a utilização de senhas de usuários e cadastradores do SIAFI, Rede do Serviço Federal de Processamento de Dados - Rede Serpro e Sistema de Gestão de Convênios e Contratos de Repasse- SICONV.

As Demonstrações Contábeis da Agência Espacial Brasileira foram elaboradas em consonância com os dispositivos da Lei nº 4.320/1964, do Decreto-Lei nº 200/1967, do Decreto nº 93.872/1986, da Lei nº 10.180/2001 e da Lei Complementar nº 101/2000. Abrangem, também, as Normas Brasileiras de Contabilidade Técnicas do Setor Público (NBCT SP) do Conselho Federal de Contabilidade (CFC), o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP) e o Manual SIAFI, ambos da secretaria do Tesouro Nacional.

Resumo dos principais critérios e políticas contábeis

- Orçamento público: a estrutura institucional e funcional-programática do orçamento público federal é estabelecida pela Secretaria de Orçamento Federal no Manual Técnico de Orçamento - MTO, elaborado e é inserida no SIAFI para controlar o registro e a execução da receita e da despesa consignadas na Lei Orçamentária Anual – LOA.

- Ente público: os gastos do governo são custeados com recursos do Orçamento Fiscal e da Seguridade Social – OFSS que é considerado como “ente” público para fins de elaboração do orçamento, execução e consolidação das contas públicas, a qual ocorre no momento da escrituração contábil por meio dos critérios de compensação e de exclusão de itens (contas) nas transações realizadas entre os órgãos que compõem o OFSS.

- Restos a Pagar: as despesas empenhadas, mas não pagas até 31 de dezembro do exercício financeiro correspondente, são contabilizadas como Restos a Pagar, ou seja, “resíduos passivos” (por não ter havido a entrega, em tempo hábil, dos produtos adquiridos ou da

prestação integral dos serviços), e serão financiadas à conta de recursos arrecadados durante o exercício financeiro em que ocorreu a emissão do empenho. Portanto, Restos a Pagar, referem-se a dívidas resultantes de compromissos gerados em exercícios financeiros anteriores àquele em que deveria ocorrer o pagamento.

- Recursos orçamentários e recursos financeiros: na Contabilidade Pública, recursos orçamentários e recursos financeiros são figuras distintas. Os recursos financeiros decorrem da arrecadação das receitas (tributos) pelos entes públicos. Pode-se definir execução orçamentária⁵ como sendo a utilização dos créditos consignados no orçamento ou Lei Orçamentária Anual (LOA). Já a execução financeira, por sua vez, representa a utilização de recursos financeiros, visando atender a realização dos projetos e/ou atividades atribuídas às unidades orçamentárias pelo orçamento. A execução orçamentária está atrelada à execução financeira e vice-versa, pois havendo orçamento e não existindo o financeiro, não poderá ocorrer a despesa e por outro lado, pode haver recurso financeiro que não poderá ser gasto, caso não haja disponibilidade orçamentária”.

Detalhamento dos critérios contábeis adotados

Os principais critérios contábeis adotados no âmbito da AEB têm por base as normas contábeis e a classificação estabelecida pelo PCASP.

A seguir, são apresentados os principais critérios e políticas contábeis adotados no âmbito da Agência Espacial Brasileira, tendo em consideração as opções e premissas do modelo de contabilidade aplicada ao setor público.

- Moeda funcional

A moeda funcional é o Real.

- Caixa e equivalentes de caixa

Incluem dinheiro em caixa, conta única, demais depósitos bancários e aplicações de liquidez imediata. Os valores são mensurados

e avaliados pelo valor de custo e, quando aplicável, são acrescidos dos rendimentos auferidos até a data das demonstrações contábeis.

A conta única, derivada do princípio de unidade de tesouraria (conforme art. 1º e 2º do Decreto nº 93.872/1986), é mantida no BACEN e acolhe todas as disponibilidades financeiras da União, inclusive dos fundos, das fundações, das autarquias e das empresas estatais dependentes. Ela é subdividida em Conta Única recursos Tesouro Nacional, Conta Única recursos Previdenciários e Conta Única recursos Dívida Pública.

- Créditos a curto prazo

Compreendem os direitos a receber a curto prazo relacionados, principalmente, com: (i) créditos tributários; (ii) créditos não tributários; (iii) dívida ativa; (iv) transferências concedidas; (v) empréstimos e financiamentos concedidos; (vi) adiantamentos e; (vi) valores a compensar. Os valores são mensurados e avaliados pelo valor original, acrescido das atualizações monetárias e juros, quando aplicável.

- Estoques

Compreendem os produtos em almoxarifado e adiantamento a fornecedores. Nas entradas, os estoques são avaliados e mensurados pelo valor de aquisição ou produção/construção e, nas saídas, pelo custo médio ponderado.

- Ativo realizável a longo prazo

Compreendem os direitos a receber a longo prazo principalmente com: (i) créditos tributários; (ii) créditos não tributários; (iii) dívida ativa; (iv) empréstimos e financiamentos concedidos; (v) investimentos temporários e; (vi) estoques. Os valores são avaliados e mensurados pelo valor original e, quando aplicável, são acrescidos das atualizações e correções monetárias, de acordo com as taxas especificadas nas respectivas operações.

- Imobilizado

O imobilizado é composto pelos bens móveis e imóveis. É reconhecido inicialmente com base no valor de aquisição, construção ou produção. Após o reconhecimento inicial, ficam sujeitos à depreciação, amortização ou exaustão (quando tiverem vida útil definida), bem como à redução ao valor recuperável e à reavaliação.

Os gastos posteriores à aquisição, construção ou produção são incorporados ao valor do imobilizado desde que tais gastos aumentem a vida útil do bem e sejam capazes de gerar benefícios econômicos futuros. Se os gastos não gerarem tais benefícios, eles são reconhecidos diretamente como variações patrimoniais diminutivas do período.

- Intangível

Os direitos que tenham por objeto bens incorpóreos, na AEB, são os softwares, destinados à manutenção da atividade pública ou exercidos com essa finalidade, são mensurados ou avaliados com base no valor de aquisição ou de produção, deduzido o saldo da respectiva conta de amortização acumulada (quando tiverem vida útil definida).

Depreciação, amortização ou exaustão de bens móveis

A base de cálculo para a depreciação, a amortização e a exaustão é o custo do ativo imobilizado, compreendendo tanto os custos diretos como os indiretos. O método de cálculo dos encargos de depreciação é o das quotas constantes.

Como regra geral, a depreciação de bens móveis deve ser iniciada a partir do primeiro dia do mês seguinte à data da colocação do bem em utilização. Porém, quando o valor do bem adquirido e o valor da depreciação no primeiro mês sejam relevantes, admite-se, em caráter de exceção, o cômputo da depreciação em fração menor do que um mês.

As informações da depreciação dos bens móveis do IFRS são apuradas pelo Sistema Integrado de Gestão (SIG), que utiliza como regra de cálculo os seguintes parâmetros:

- Método das cotas constantes;
- Utilização da tabela definida pela Coordenação-Geral de Contabilidade – CCONT/SUCON/STN/MF, constante no Manual SIAFI, assunto 020330 Depreciação, Amortização e Exaustão na Administração Direta da União, Autarquias e Fundações.

Passivos

As obrigações são evidenciadas por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos das variações monetárias e cambiais ocorridas até a data das demonstrações contábeis.

Os passivos circulante e não circulante apresentam a seguinte divisão: (i) obrigações trabalhistas, previdenciárias e assistenciais; (ii) empréstimos e financiamentos; (iii) fornecedores e contas a pagar; (iv) obrigações fiscais; (v) obrigações de repartições a outros entes; (vi) provisões; e (vii) demais obrigações.

- Apuração do Resultado

No modelo de contabilidade aplicada ao setor público, é possível a apuração dos seguintes resultados:

- Resultado patrimonial

A apuração do resultado patrimonial implica a confrontação das variações patrimoniais aumentativas (VPA) e das variações patrimoniais diminutivas (VPD).

As VPA são reconhecidas quando for provável que benefícios econômicos fluirão e quando puderem ser mensuradas confiavelmente, utilizando-se a lógica do regime de competência. A exceção se refere às receitas tributárias e às transferências recebidas, que

seguem a lógica do regime de caixa, o que é permitido de acordo com a contabilidade aplicada ao setor público.

As VPD são reconhecidas quando for provável que ocorrerá decréscimos nos benefícios econômicos para a União, implicando em saída de recursos ou em redução de ativos ou na assunção de passivos, seguindo a lógica do regime de competência. A exceção se refere às despesas oriundas da restituição de receitas tributárias e às transferências concedidas, que seguem a lógica do regime de caixa, o que é permitido de acordo com o modelo PCASP.

A apuração do resultado se dá pelo encerramento das contas de VPA e VPD, em contrapartida a uma conta de apuração. Após a apuração, o resultado é transferido para conta de Superavit/Déficit do Exercício. O detalhamento do confronto entre VPA e VPD é apresentado na Demonstração das Variações Patrimoniais.

- Resultado orçamentário

O regime orçamentário da União segue o descrito no art. 35 da Lei nº 4.320/1964. Desse modo, pertencem ao exercício financeiro as receitas nele arrecadadas e as despesas nele legalmente empenhadas.

O resultado orçamentário representa o confronto entre as receitas orçamentárias realizadas e as despesas orçamentárias empenhadas. O superavit/déficit é apresentado diretamente no Balanço Orçamentário.

- Resultado financeiro

O resultado financeiro representa o confronto entre ingressos e dispêndios, orçamentários e extra orçamentários, que ocorreram durante o exercício e alteraram as disponibilidades da União.

No Balanço Financeiro, é possível identificar a apuração do resultado financeiro. Em função das particularidades da União, pela observância do princípio de caixa único, é possível, também, verificar o resultado financeiro na Demonstração dos Fluxos de Caixa.

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS NOTAS EXPLICATIVAS

Resultado Patrimonial (31/12/2022)		
R\$ 1,00		
ATIVO	31/12/2022	31/12/2021
ATIVO CIRCULANTE	481.899.122,08	475.657.844,71
Caixa e Equivalentes de Caixa	1.187.695,21	1.185.723,39
Demais Créditos e Valores a Curto Prazo	480.510.999,94	474.257.703,39
Estoques	200.426,93	214.417,93
ATIVO NÃO CIRCULANTE	57.122.875,71	35.424,47
Ativo Realizável a Longo Prazo	35.424,47	35.424,47
Investimentos e Aplicações Temporárias a Longo Prazo	35.424,47	35.424,47
Imobilizado	11.228.330,10	11.542.888,45
Bens Móveis (*)	7.407.326,17	7.721.884,52
Bens Imóveis	15.270.640,46	14.195.222,17
(-) Depreciação/Amortização/Exaustão Acumulada de Bens Móveis	-7.863.314,29	-6.473.337,65
Bens Imóveis (*)	3.821.003,93	3.821.003,93
Bens Imóveis	3.821.003,93	3.821.003,93
(-) Depreciação/Amortização/Exaustão Acumulada de Bens Imóveis	0,00	0,00
Intangível	45.859.121,14	36.114.749,81
Software (**)	8.677.881,90	5.047.186,68
Software	9.530.316,19	5.899.620,97
(-) Amortização Acumulada de Software	-852.434,29	-852.434,29
Marcas, Direitos e Patentes Industriais (**)	37.181.239,24	31.067.563,13
TOTAL DO ATIVO	539.021.997,79	523.350.907,44
PASSIVO	31/12/2022	31/12/2021
PASSIVO CIRCULANTE	1.204.252,48	1.207.408,75
Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Pagar a Curto Prazo	1.111.734,90	824.581,53
Demais Obrigações a Curto Prazo	92.517,58	382.827,22
TOTAL DO PASSIVO EXIGÍVEL	1.204.252,48	1.207.408,75
PATRIMÔNIO LÍQUIDO		
Ajustes de Avaliação Patrimonial	875.919,79	875.919,79
Resultados Acumulados	536.941.825,52	521.267.578,90
Resultado do Exercício	15.488.199,86	68.849.729,26
Resultados de Exercícios Anteriores	521.267.578,90	452.417.849,64
Ajustes de Exercícios Anteriores	186.046,76	
TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	537.817.745,31	522.143.498,69
TOTAL DO PASSIVO + PATRIMÔNIO LÍQUIDO	539.021.997,79	523.350.907,44

Ativo Circulante

Conta do grupo de Demais Créditos e Valores a Curto Prazo, destaque para os recursos financeiros repassados aos parceiros, DCTA, INPE, UNB, UFMA, UFSC, IFI, EMAER e UFMG, para fazer face a execução de créditos descentralizados através TED's. Considerando que os referidos registros apresentam valores correspondentes a exercícios anteriores, tais registros impactaram consideravelmente o resultado patrimonial do período. A movimentação da conta a Débito ocorre pelo registro dos recursos transferidos por meio de TED ou pelo estorno com a negativação parcial ou total do valor do lançamento e a Crédito pela comprovação dos recursos transferidos por TED ou pela devolução dos recursos financeiros não utilizados.

(a) Caixa e equivalentes de caixa

Até a data de encerramento do exercício de 2022, os saldos em caixa e equivalentes de caixa, (recursos liberados pelo Tesouro), somavam em 31/12/2022 é de **R\$ 1.1187.695,21**.

(a) Créditos a curto prazo

Até a data de encerramento do exercício, os saldos de **Demais Créditos e Valores** somavam **R\$ 480.510.999,94**, valor predominante "Adiantamento – Termo de Execução Descentralizada"

- Acréscimo (debitado) pelo registro dos recursos financeiros transferidos por meio de TED;

- Acréscimo (debitado) pelo estorno com a negativação parcial ou total do valor lançado;

- Redução (creditado) pela comprovação dos recursos transferidos por meio de TED;

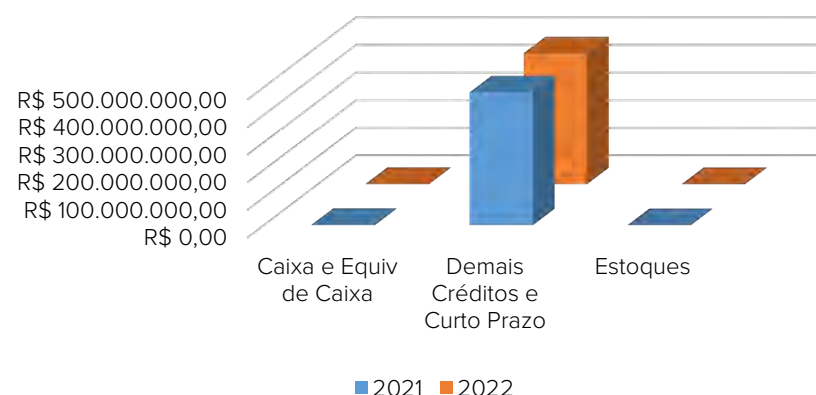
- Redução (creditado) pela devolução dos recursos financeiros não utilizados;

TED's em fase de execução e comprovação dos recursos transferidos:

Inscrição Conta Corrente	Unidade Descentralizada	Situação	Valor Transferido A Comprovar
P ED1AAMV	Centro de Lançamento de Alcântara	Vigência até 31/12/2022	13.844.068,31
P ED1AADIS	Grupamento de Apoio de São José dos Campos	Vigência até 30/06/2023	6.959.336,94
P ED1AADJF	Centro de Lançamento de Alcântara	Vigência até 31/12/2022	8.850.035,67
P ED1AADXT	Grupamento de Apoio de São José dos Campos	Vigência até 30/06/2023	18.069.621,31
P ED1AAEQF	Instituto de Pesquisas Espaciais - INPE	Vigência até 31/12/2023	25.426.145,18
P ED1AAEWT	DIREF - Comando da Aeronáutica	Vigência até 30/06/2023	11.878.131,70
P ED 685182	Conselho Nac de Desev Cient e Tecnológico	Vigência até 31/12/2021	18.397.413,58
P ED 689213	Grupamento de Apoio de São José dos Campos	Vigência até 31/12/2023	50.596.986,84
P ED 689410	Centro de Lançamento de Alcântara	Vigência até 31/12/2022	24.783.801,32
P ED 693236	Instituto de Pesquisas Espaciais - INPE	Vigência até 30/06/2022	116.838.982,86
P ED 697215	Grupamento de Apoio de São José dos Campos	Vigência até 31/12/2023	18.485.726,19
P ED 697452	Centro de Lançamento de Alcântara	Vigência até 31/12/2022	14.332.801,90
P ED 699795	Instituto de Pesquisas Espaciais - INPE	Vigência até 30/06/2022	67.031.511,13
P ED 699977	Grupamento de Apoio de São José dos Campos	Vigências até 31/12/2023	13.803.626,32
TOTAL			409.298.189,25

Os relatórios de Cumprimento de Objeto-RCO, instrumento para verificação da comprovação dos recursos transferidos, dos TED's com prazo de vigência expirados, encontravam-se em análise nas respectivas áreas fins.

Ativo Circulante



(a) Bens móveis

Durante todo o exercício, o saldo SIAFI/SIADS de bens móveis foram confrontados com a relação correspondente do documento de controle gerencial, Relatório de Movimentação de Bens Móveis – RMB.

(b) Ativo intangível

No exercício findo em 31/12/2022, houve um forte investimento no grupo Intangível, com ênfase na aquisição de novas soluções de segurança para o parque tecnológico implantado na AEB.

(c) Atos potenciais

Os saldos de contratos celebrados foram conciliados com documento de controle do sistema gerencial que viabilizou, de forma confiável, a conformidade contábil das contas do grupo de controle devedores/credores. De tal forma, os saldos desse grupo refletem com fidedignidade os atos potenciais dos direitos contratuais em execução.

Em 31/12/2022, a execução de obrigações contratuais escrituradas em contas de controle somaram **R\$ 14.461.110,88**

Contas do grupo de **Estoques** de materiais e produtos ainda apresentam na unidade gestora saldos consideráveis remanescentes. A Agência Espacial Brasileira- AEB aderiu ao serviço de logística “Almoxarifado Virtual”, que consiste na disponibilização de sistema informatizado, para fornecimento de materiais de consumo administrativo, ou seja, materiais de expediente (papel, caneta, grampeador) e suprimentos de informática, com entregas em todo território nacional. Em geral, são itens de papelaria.

Ativo Não Circulante

- Bens Imóveis

A Agência Espacial Brasileira – AEB não possui imóveis registrados no seu imobilizado, está sendo ultimado junto a Secretaria de Patrimônio da União, a regularização dos imóveis atualmente ocupados. Até 31/12/2022 foi registrado na conta de INSTALAÇÕES o valor de **R\$ 3.821.003,93**, oriundo de recursos aplicados em melhorias nos imóveis atualmente ocupados pela AEB

- Intangível

Os direitos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da atividade pública ou exercidos com essa finalidade são mensurados ou avaliados com base no valor de aquisição ou de produção, deduzido do saldo da respectiva conta de amortização acumulada (**quando tiverem vida útil definida**) e do montante acumulado de quaisquer perdas do valor que tenham sofrido ao longo de sua vida útil por redução ao valor recuperável (*impairment*).

Ativos intangíveis com **vida útil indefinida** não são amortizados, mas são testados anualmente em relação a perdas por redução ao valor recuperável, individualmente ou no nível da unidade geradora de caixa. A avaliação de vida útil indefinida é revisada anualmente para determinar se essa avaliação continua a ser justificável. Caso contrário, a mudança na vida útil de indefinida para definida é feita de forma prospectiva.

	31/12/2022	31/12/2021
Software com Vida Útil Definida	8.420.193,13	5.838.161,47
Software com Vida Útil Indefinida	1.048.663,56	61.459,50
Marcas Direitos e Patentes Industriais	37.181.239,24	31.067.563,13
Amortização Acumulada	-852.434,29	-852.434,29
Total	45.797.661,64	36.114.749,81

Fonte: SIAFI 2022. Até 31/12/2022

A Agência Espacial Brasileira tem feito investimento considerável na área de Tecnologia da Informação com ênfase na segurança da informação, até 31/12/2022 houve um implemento da ordem de 60,50% no grupo Intangível, destacando aquisições de licenças de softwares para inovação dos processos tecnológicos. O grupo Marcas, Direitos e Patentes Industriais abriga o primeiro processo de Encomenda Tecnológica (ETEC), PROCESSOS DE INOVAÇÕES TECNOLÓGICAS, com fundamento na Lei de Inovação, com acompanhamento do TCU, da CGU e representantes da AGU, representando cerca de 38,41% do total do grupo.

Passivo Circulante

Destaque para o grupo **Demais Obrigações de Curto Prazo** retenções da folha de pagamento do referente ao mês 12/2022 que terá seu pagamento no mês seguinte (consignações diversas e encargos da folha de pagamento).

Resultado das Variações Patrimoniais (31/12/2022)		
R\$ 1,00		
	31/12/2022	31/12/2021
Variações Patrimoniais Aumentativas (I)	219.802.422,47	204.795.865,40
Transferências e Delegações Recebidas	134.419.946,97	126.345.500,39
Repasse Recebido (do Exercício)	74.118.757,65	67.472.520,42
Transferências Recebidas para Pagamento de RP (Restos a Pagar)	59.637.801,28	55.254.856,55
Outras Transferências e Delegações Recebidas (Doação de Bens CVT-RN para AEB)	663.388,04	3.618.123,42
Valorizações e Ganhos c/Ativo e Desincorporação de Passivos (Transf. p/ TED's)	85.117.723,47	78.350.923,95
Ganhos com Incorporação de Ativos	84.817.723,47	78.350.923,95
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas (Devoluções Diversas)	264.752,03	99.441,06
Variações Patrimoniais Diminutivas (II)	204.314.222,61	135.946.136,14
Pessoal e Encargos	13.813.443,17	13.331.700,67
Remuneração a Pessoal	11.341.627,12	10.970.897,81
Encargos Patronais	1.845.059,83	1.764.290,76
Benefícios a Pessoal	626.756,22	596.512,10
Benefícios Previdenciários e Assistenciais	633.286,49	634.959,96
Aposentadorias e Reformas	518.589,03	494.414,05
Pensões	71.713,20	95.579,48
Outros Benefícios Previdenciários e Assistenciais	42.984,26	44.966,43
Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo	16.613.082,84	12.671.776,58
Uso de Material de Consumo	301.807,90	327.252,35
Serviços	14.461.110,88	10.782.707,56
Depreciação, Amortização e Exaustão	1.849.717,36	1.561.816,67
Juros e Encargos de Mora	446,70	0,00
Transferências e Delegações Concedidas	94.714.624,57	86.842.059,94
Transferências Intragovernamentais (do exercício)	42.351.414,35	39.620.436,32
Transferências Intragovernamentais (Restos a Pagar)	41.766.582,91	40.455.458,91
Transferências ao Exterior (Transferências Acordo PNUD + pag de contribuição FIA)	8.857.735,67	5.719.963,48
Transferências Intergovernamentais (Convênios - 905841 CEESP)	1.322.430,35	646.138,39
Movimento de Saldos Patrimoniais (Compensa c/Outras Variações Patrimoniais Aumentativas)	264.752,03	99.441,06
Outras Transferências e Delegações Concedidas (baixas de Bens do imobilizado)	151.709,26	300.621,78
Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporações de Passivos	78.443.941,90	22.412.970,31
Perdas Involuntárias	0,00	7.318,00
Incorporação de Ativos		300.000,00
Desincorporação de Ativos (comprovação de TED's e devolução de recursos financeiros)	78.443.941,90	22.105.652,31
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas	95.843,64	52.668,68
Diversas Variações Patrimoniais Diminutivas (ressarcimento de despesas a servidores)	95.843,64	52.668,68
RESULTADO PATRIMONIAL DO PERÍODO (I - II)	15.488.199,86	68.849.729,26

Fonte: SIAFI 2022, em 31/12/2022

Variações Patrimoniais Aumentativas

Houve um crescimento da ordem de 7,33% nas variações aumentativas, com destaque para Transferências e Delegações Recebidas.

Variações Patrimoniais Diminutivas

No grupo “Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo” houve uma variação significativa da ordem de 34,11%, no item Serviços, com a implementação de vários contratos de despesas.

Balanco Orçamentário - Despesas - 31/12/2022								
R\$ 1,00								
DESPESAS								
Despesas Orçamentárias	Dotação Inicial	Dotação Atualizada	Dotação Cancelada p/ Decreto	Dotação Descentralizada	Despesas Empenhadas	Despesas Liquidadas	Despesas Pagas	Saldo de Dotação
Despesas Correntes	85.862.969,00	86.528.499,00	1.302.597,00	47.311.449,47	36.387.302,28	26.861.056,67	25.897.488,06	2.829.747,25
Pessoal e Encargos	13.381.870,00	15.349.997,00	0,00	0,00	13.574.851,43	13.574.850,46	12.713.637,87	1.775.145,57
Outras Despesas Correntes	72.481.099,00	71.178.502,00	1.302.597,00	47.311.449,47	22.812.450,85	13.286.206,21	13.183.850,19	1.054.601,68
Despesa de Capital	81.219.825,00	29.567.458,00	51.652.367,00	15.749.824,18	12.993.381,10	618.014,59	0,00	824.252,72
Investimentos	81.219.825,00	29.567.458,00	51.652.367,00	15.749.824,18	12.993.381,10	618.014,59	618,14,59	824.252,72
TOTAL	167.082.794,00	116.095.957,00	52.954.964,00	63.061.273,65	49.380.683,38	27.479.071,26	25.897.488,06	3.653.999,97

Fonte SIAFI 2022

Demonstrativo de Execução de RP não Processados - 31/12/2022						
Execução dos Restos a Pagar da UG 203001						
R\$ 1,00						
Despesas Orçamentárias	Inscritas em Exercícios Anteriores	Inscritas em 31/12 do Exercício Anterior	Liquidados	Pagos	Cancelados	Saldos
Despesas Correntes	286.298,30	9.582.355,31	6.939.329,18	6.935.021,79	165.316,50	2.768.315,32
Outras Despesas Correntes	286.298,30	9.582.355,31	6.939.329,18	6.935.021,79	165.316,50	2.768.315,32
Despesa de Capital	3.647.582,50	18.639.382,53	15.498.941,18	15.289.262,54	651.781,34	6.345.921,15
Investimentos	3.647.582,50	18.639.382,53	15.498.941,18	15.289.262,54	651.781,34	6.345.921,15
TOTAL	3.933.880,80	28.221.737,84	22.438.270,36	22.224.284,33	817.097,84	9.114.236,47

Fonte SIAFI 2022

Demonstrativo de Execução de RP Processados e não Processados Liquidados - 31/12/2022					
R\$ 1,00					
Despesas Orçamentárias	Inscritas em Exercícios Anteriores	Inscritas em 31/12 do Exercício Anterior	Pagos	Cancelados	Saldo
Despesas Correntes	0,00	897.268,75	896.802,87	0,00	465,88
Pessoal e Encargos Sociais	0,00	811.754,59	811.754,59	0,00	0,00
Outras Despesas Correntes	0,00	85.514,16	85.048,28	0,00	465,88
Despesa de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Investimentos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	0,00	897.268,75	896.802,87	0,00	465,88

O Balanço Orçamentário nas Demonstrações Contábeis determina que a comparação dos valores orçados com os valores realizados decorrentes da execução do orçamento deve ser incluída nas demonstrações contábeis das entidades que publicam seu orçamento aprovado, obrigatória ou voluntariamente, para fins de cumprimento das obrigações de prestação de contas e responsabilização das entidades do setor público (MCASP). A Lei 4.320/1964 prevê a elaboração do Balanço Orçamentário e dispõe que ele demonstrará as receitas e despesas previstas em confronto com as realizadas. Desta forma, considerando que os entes públicos estão obrigados à publicação da lei orçamentária anual, por força de dispositivo constitucional e observada as disposições da Lei 4.320/1964, entende-se que o Balanço Orçamentário atende aos objetivos previstos na NBC TSP 13 e, deve, tanto quanto possível, observar o disposto naquela norma.

O Balanço Orçamentário é composto por:

- Quadro Principal (receita e despesa);
- Quadro da Execução dos Restos a Pagar Não Processados;

Os **Restos a Pagar não processados** referem-se a despesas que já foram empenhadas, mas que ainda está em processo de liquidação, seja porque o bem ou serviço **não** foi entregue totalmente, ou essa entrega ainda se encontra em fase de análise e conferência

- Quadro da Execução dos Restos a Pagar Processados.

Caso já tenha sido efetuada a entrega dos bens ou serviços, o RAP será classificado como **Restos a Pagar processados**, caso contrário, como **Restos a Pagar não processados**. No caso dos **Restos a Pagar processados**, a despesa já deve ter sido empenhada e liquidada – bens ou serviços entregues.

BALANÇO FINANCEIRO - 31/12/2022		
R\$ 1,00		
Ingressos	31/12/2022	31/12/2021
Transferências Financeiras Recebidas	133.756.558,93	126.345.500,39
Resultantes da Execução Orçamentária	74.118.757,65	67.472.520,42
Repasse Recebidos	74.118.757,65	67.472.520,42
Independentes da Execução Financeira	59.637.801,28	58.872.979,97
Transferências Recebidas para Pagamento de Restos a Pagar	59.417.899,45	55.254.856,55
Demais Transferências Recebidas	219.901,83	3.618.123,42
Outros Recursos Vinculados a Fundos Órgãos e Programas	0,00	0,00
Recebimentos Extraorçamentários	23.176.040,56	29.245.636,87
Inscrição de Restos a Pagar Processados	963.568,61	897.268,75
Inscrição de Restos a Pagar não Processados	21.901.612,12	28.221.737,84
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	46.107,80	27.189,22
Outros Recebimentos Extraorçamentários	264.752,03	99.441,06
Ordens Bancárias Não Sacadas - Cartão de Pagamento	0,00	0,00
Arrecadação de Outras Unidades	264.752,03	99.441,06
Saldo do Exercício Anterior	1.185.723,39	3.227.947,28
Caixa e Equivalentes a Caixa	1.185.723,39	3.227.947,28
TOTAL	158.118.322,88	158.819.084,54
Dispêndio	31/12/2022	31/12/2021
Despesa Orçamentária	49.380.683,38	58.956.529,66
Ordinárias	48.819.544,33	58.334.478,83
Vinculadas	561.139,05	622.050,83
Seguridade Social (Exceto Previdência)		622.050,83
Previdência Social (RGPS)	539.564,05	0,00
Transferências Financeiras Concedidas	84.382.749,29	80.175.336,29
Resultantes da Execução Orçamentária	42.351.414,35	39.620.436,32
Repasse Concedido	42.283.954,52	36.574.625,17

BALANÇO FINANCEIRO - 31/12/2022		
R\$ 1,00		
Ingressos	31/12/2022	31/12/2021
Repasse Devolvido	67.459,83	3.045.811,15
Independentes da Execução Orçamentária	42.031.334,94	40.554.899,97
Transferências Concedidas para pagamento de Restos a Pagar	41.766.582,91	40.358.921,91
Demais Transferências Concedidas	0,00	96.537,00
Movimento de Saldos Patrimoniais (Restituições e Devoluções)	264.752,03	99.441,06
Pagamentos Extraordinários	23.167.195,00	18.501.495,20
Pagamentos dos Restos a Pagar Processados	896.802,87	2.999.058,31
Pagamentos dos Restos a Pagar não Processados	22.224.284,33	15.475.247,67
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	46.107,80	27.189,22
Saldo para o Exercício Seguinte	1.187.695,21	1.185.723,39
Caixa e Equivalentes a Caixa	1.187.695,21	1.185.723,39
TOTAL	158.118.322,88	158.819.084,54

Fonte SIAFI 2022

O Balanço Financeiro (BF) evidencia as receitas e despesas orçamentárias, bem como os ingressos e dispêndios extra orçamentários, conjugados com os saldos de caixa do exercício anterior e os que se transferem para o início do exercício seguinte. O Balanço Financeiro é composto por um único quadro que evidencia a movimentação financeira das entidades do setor público, demonstrando:

- a receita orçamentária realizada e a despesa orçamentária executada, por fonte / destinação de recurso, discriminando as ordinárias e as vinculadas;
- os recebimentos e os pagamentos extra orçamentários;
- as transferências financeiras recebidas e concedidas, decorrentes ou independentes da execução orçamentária, destacando os aportes de recursos para o RPPS; e
- o saldo em espécie do exercício anterior e para o exercício seguinte:

FLUXO DE CAIXA - 31/12/2022		
R\$ 1,00		
	31/12/2022	31/12/2021
Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais	10.418.942,02	12.716.189,54
Ingressos	134.067.418,76	126.472.130,67
Outros Ingressos Operacionais	134.067.418,76	126.472.130,67
Ingressos Extraorçamentários	46.107,80	27.189,22
Transferências Financeiras Recebidas	133.756.558,93	126.345.500,39
Arrecadação de Outras Unidades (Restituições e Devoluções)	264.752,03	99.441,06
Desembolsos	123.648.476,74	113.755.941,13
Pessoal e Demais Despesas	27.385.149,50	23.555.797,05
Previdência Social	548.771,50	563.777,36
Educação	0,00	2.118,76
Ciência e Tecnologia	26.836.378,00	22.989.900,93
Transferências Concedidas	11.834.470,15	9.997.618,57
Intragovernamentais	1.654.304,13	1.562.640,70
Outras Transferências Concedidas	10.180.166,02	8.434.977,87
Outros Desembolsos Operacionais	84.428.857,09	80.202.525,51
Dispêndios Extraorçamentários	46.107,80	27.189,22
Transferências Financeiras Concedidas (intragovernamentais)	84.382.749,29	80.175.336,29
Fluxo de Caixa ds Atividades de Investimento	10.416.970,20	14.758.413,43
Desembolsos	10.416.970,20	14.758.413,43
Aquisição de Ativo Não Circulante	631.425,43	3.612.998,33
Outros Desembolsos de Investimentos	9.785.544,77	11.145.415,10
Geração Líquida de Caixa e Equivalentes de Caixa	74.393,81	2.752.666,37
Caixa e Equivalentes de Caixa Inicial	1.185.723,39	3.227.947,28
Caixa e Equivalentes de Caixa Final	1.187.695,21	1.185.723,39

Fonte SIAFI 2022

Caixa compreende numerário em espécie e depósitos bancários disponíveis.

Equivalentes de caixa são aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, que são prontamente conversíveis em valor conhecido de caixa e que estão sujeitas a insignificante risco de mudança de valor. Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e, não, para investimento ou outros fins. Para que o investimento seja qualificado como equivalente de caixa, ele deve ser prontamente conversível em quantia conhecida de caixa e estar sujeito a risco insignificante de mudanças de valor. Portanto, o investimento normalmente se qualifica como equivalente de caixa somente quando tiver vencimento de curto prazo de, por exemplo, três meses ou menos a partir da data de aquisição. Em regra, os investimentos em ações de outras entidades são excluídos dos equivalentes de caixa.

Fluxos de caixa são as entradas e as saídas de caixa e de equivalentes de caixa. Os fluxos de caixa excluem movimentos entre itens que constituem caixa ou equivalentes de caixa porque esses componentes são parte da gestão de caixa da entidade e não parte de suas atividades operacionais, de investimento e de financiamento. A gestão de caixa inclui o investimento do excesso de caixa em equivalentes de caixa

Atividades de financiamento são aquelas que resultam em mudanças no tamanho e na composição do capital próprio e no endividamento da entidade. (não se aplica)

Atividades de investimento são os referentes à aquisição e à venda de ativos de longo prazo e de outros investimentos não incluídos em equivalentes de caixa.

Atividades operacionais são as atividades da entidade que não as de investimento e de financiamento.

DECLARAÇÃO DO CONTADOR	
Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação-MCTI	Código do Órgão
Agência Espacial Brasileira-AEB	203001
De acordo com análise realizada, declaro que as demonstrações contábeis constantes do SIAFI (Balanço Patrimonial, Demonstração das Variações Patrimoniais, Balanço Orçamentário, Balanço Financeiro e Fluxo de Caixa), regidos pela Lei 4.320/1964 e Pela Norma Brasileira de Contabilidade Aplicada ao Setor Público NBCT 16.6, aprovada pela Resolução CFC nº 1.133/2008, relativas ao exercício de 2022 do Órgão acima referenciado, refletem adequada e integralmente a situação orçamentária e financeira e patrimonial, sem ressalvas.	
Renato José de Sousa	
Contador CRC-DF 6957/O-9	

Publicação dos balanços, demonstrações e notas explicativas

As informações acima relatadas podem ser constatadas por meio do endereço eletrônico https://www.gov.br/aeb/pt-br/acesso-a-informacao/demonstracoes-contabeis/copy2_of_NotasExplicativas-4Trim2022.pdf

4.4. CONCLUSÕES AUDITORIAIS

As interações entre as diversas áreas da AEB e a CGU sobre diligências decorrentes de ações de controle realizados por aquele Órgão de Controle Interno é realizada no ambiente do e- Aud, sistema desenvolvido pela Secretaria Federal de Controle Interno da Controladoria-Geral da União (SFC/CGU) para gestão da Atividade de Auditoria Interna Governamental. A interlocução entre as áreas da AEB e a CGU é realizada pela AUDIN.

Em 2022 foram realizadas dezessete interações entre as áreas da AEB e a CGU, relativas a quinze tarefas cadastradas no sistema e-Aud, cujo desenvolvimento de todas elas se encontra em uma das três seguintes situações em 31.12.2022: em monitoramento, concluí-

da ou em execução. As descrições dos objetos das ações de controle e as respectivas posições das interações nessa data de corte são apresentadas no quadro a seguir:

Descrição resumida do objeto da ação de controle	Em monitoramento	Concluídas	Em execução	Total
1-Monitoramento: Implementação do Planejamento Estratégico da Instituição, bem como a Política de Gestão de Pessoas alinhada aos objetivos delineados no Planejamento Estratégico.	1	-	-	1
2-Trilhas de pessoal: Avaliação das possíveis irregularidades na aplicação da rubrica de abate-teto em vínculos de agente público civil do Poder Executivo Federal ocupados por militares ou pensionistas de militares.	-	-	2	2
3- Trilhas de pessoal: Avaliação das possíveis irregularidades na acumulação de cargo, emprego ou função do Poder Executivo Federal com cargo, emprego ou função de outras esferas ou de outros poderes.	-	1	-	1
4-Monitoramento: Análise de possível direcionamento em processo de seleção de consultoria pessoa física (edital 1/2021).	3	-	-	3

Descrição resumida do objeto da ação de controle	Em monitoramento	Concluídas	Em execução	Total
5-Auditoria: Avaliação dos Relatórios de Gestão do MCTI e Unidades Vinculadas - Relatório de Gestão da AEB.	-	3	-	3
6-Auditoria: Apuração de supostas irregularidades em contratação de Encomenda Tecnológica pela AEB.	-	1	1	2
7-Auditoria: Apuração de denúncias sobre irregularidades em deslocamentos para fora do país de servidores públicos da Agência Espacial Brasileira para eventos no exterior.	-	4	-	4
8-Auditoria: Avaliação Preventiva de Licitação 1359494 - Análise da Licitação Número 7/2022.	-	-	1	1
Total	4	9	4	17

As ações de controle acima apresentadas estavam nas seguintes situações em 31.12.2022:

- Em andamento (fase de execução): itens 2 e 8;
- Em andamento (fase de relatoria): itens 5, 6 e 7;
- Em fase de monitoramento: itens 1 e 4; e
- Concluído (encerrado): item 3.

No que se refere ao item 3 (encerrado), a CGU concluiu não ter havido acumulação indevida de cargos públicos e a ocorrência foi considerada improcedente.

As interações entre as diversas áreas da AEB e o TCU sobre diligências decorrentes de ações de controle realizados por aquele Órgão de Controle Externo é realizada no ambiente do Conecta TCU, plataforma de serviços digitais que constitui instrumento de governança, gestão e interação e de serviços entre o TCU e seus jurisdicionados. A interlocução entre as áreas da AEB e o TCU também é realizada pela AUDIN.

Em 2022 foram realizadas dez interações entre as áreas da AEB e o TCU, relativas ao encaminhamento de dez deliberações do TCU para as áreas competentes da AEB para ciência ou adoção das providências cabíveis, conforme o caso. Os Acórdãos e suas temáticas se encontram compilados na tabela abaixo:

Identificação do Acórdão	Assunto	Diligências
Acórdão nº 2564/2022 – Plenário	Diagnóstico preliminar acerca da implementação de teletrabalho no âmbito do serviço público civil do Poder Executivo Federal.	Apenas para ciência
Acórdão nº 1768/2022 - Plenário	Auditoria de Acompanhamento. Mapeamento da maturidade das organizações públicas federais quanto à implementação de controles críticos de segurança cibernética (SEGCIBER).	Apenas para ciência
Acórdão nº 1384/2022 - Plenário	Plenário (Lei Geral de Proteção de Dados - LGPD)	Encaminhou relatório de Feedback acerca dos controles implementados pelas organizações públicas federais para adequação a LGPD
Acórdão de Relação nº116/2022 - Plenário	Relatório de Acompanhamento do 7º Ciclo da Fiscalização Contínua de Folhas de Pagamento	Apenas para ciência
Acórdão 1015/2022 - Plenário	Relatório de Acompanhamento do 7º Ciclo da Fiscalização Contínua de Folhas de Pagamento	Apenas para ciência
Acórdão 1139/2022- Plenário	Relatório de Levantamento	Apenas para ciência
Acórdão 1627/2022 – Plenário	Representação, com pedido de medida cautelar, possível restrição à competitividade no âmbito do pregão eletrônico 1/2022, realizado pela agência espacial brasileira (AEB) para a contratação da solução de tecnologia da informação denominada "SINGULAR".	Apenas para ciência, tendo em vista que a representação foi vista como improcedente e o processo foi arquivado.
Acórdão de Relação 2087/2022 - Plenário	Avaliar se o Plano Anual de Contratações (PAC) e o Sistema de Planejamento e Gerenciamento de Contratações (PGC) têm, de fato, contribuído para o aperfeiçoamento do planejamento das contratações públicas, a fim de identificar oportunidades de melhoria na gestão e na implementação desse Sistema	Apenas para ciência, tendo o processo sido arquivado.
Acórdão de Relação 8719/2022 – Primeira Câmara	Aposentadoria	Apenas para ciência
Acórdão 2551/2022 - Plenário	Relatório de Acompanhamento do 8º Ciclo da Fiscalização Contínua de Folhas de Pagamento	Apenas para ciência

ANEXO I - RESULTADO FINAL DO 12º CICLO DE ADI

Meta	Produto	Medida	Planejado	Executado	Resultado	Peso	Resultado ponderado
Publicação do Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação (PDTIC) 2022-2023	Plano publicado	Unidade	1	0	0%	5,00%	0,0%
Elaboração de Termo de Referência para contratar assessoria ao Planejamento Estratégico Institucional (PEI)	Termo de Referência elaborado	Unidade	1	1	100%	5,00%	5,0%
Atualização da Política de Segurança da Informação e Comunicações (PoSIC)	Política publicada	Unidade	1	0	0%	5,00%	0,0%
Proposição dos Regulamentos Espaciais Brasileiros (REB)	Regulamento aprovado	Unidade	2	2	100%	5,00%	5,0%
Incentivo à capacitação técnica e científica para formação de novas competências na área espacial	Capacitação realizada	Unidade	5	5	100%	5,00%	5,0%
Realização de análises de pesquisas e de desenvolvimento de tecnologias espaciais nos Institutos de Pesquisa e Universidades	Análise realizada	Unidade	4	4	100%	5,00%	5,0%
Atualização do Catálogo da Indústria Espacial Brasileira	Catálogo atualizado	Unidade	1	1	100%	5,00%	5,0%
Elaboração de cartilha com as principais ações para captação de recursos por meio de emendas parlamentares	Cartilha elaborada	Unidade	1	1	100%	6,00%	6,0%
Articulação institucional no âmbito das ações do Programa de Desenvolvimento Integrado para o Centro Espacial de Alcântara (PDI-CEA) e do PEB em Alcântara	Reunião realizada / Evento realizado	Unidade	6	6	100%	2,00%	2,0%
Inauguração da nova sala da AEB em Alcântara	Sala inaugurada	Unidade	1	1	100%	2,00%	2,0%
Divulgação das atividades da AEB para organizações parceiras, entidades de classe, representantes do setor empresarial e afins em São José dos Campos e região	Reunião realizada	Unidade	12	12	100%	2,00%	2,0%
Implementação da Política de Governança, Gestão da Integridade, Riscos e Controles Internos da Gestão da AEB (POLIGRI)	Nota técnica	Unidade	3	3	100%	3,00%	3,0%

Meta	Produto	Medida	Planejado	Executado	Resultado	Peso	Resultado ponderado
Atendimento das pendências levantadas pela CGU em relação à Transparência Ativa	Pendência atendida	Percentual	50	50	100%	3,00%	3,0%
Integração de base externa ao Observatório do Setor Espacial Brasileiro (OSEB)	Base externa integrada	Unidade	1	1	100%	5,00%	5,0%
Proposição do Programa Nacional de Atividades Espaciais (PNAE) atualizado	Instrumento de planejamento proposto	Unidade	1	1	100%	5,00%	5,0%
Proposição de instrumento de cooperação técnica	Instrumento de cooperação técnica proposto	Unidade	1	1	100%	5,00%	5,0%
Proposição de processo de monitoramento e avaliação dos instrumentos de planejamento para o setor espacial	Processo proposto	Unidade	1	1	100%	5,00%	5,0%
Disponibilização de painel de acompanhamento do projeto CVT ESPACIAL AUGUSTO SEVERO	Painel disponibilizado	Unidade	1	1	100%	2,00%	2,0%
Contratação do serviço de lançamento para um nanossatélite.	Edital publicado	Percentual	100	80	80%	6,00%	4,8%
Disponibilização de painéis de acompanhamento de projetos	Painel disponibilizado	Unidade	5	5	100%	7,00%	7,0%
Acompanhamento dos projetos executados por meio de Termo de Execução Descentralizada (TED) em acordo com o procedimento operacional padrão (POP) de TED	Projeto acompanhado	Percentual	90	90	100%	7,00%	7,0%
Recomposição da força de trabalho	Provimento realizado	Unidade	9	9	100%	5,00%	5,0%
Total							88,80%

ANEXO II - RESULTADO PARCIAL DO 13º CICLO DE ADI

Meta	Produto	Medida	Planejado	Executado	Resultado	Peso	Resultado ponderado
Publicação de matérias no site institucional da Agência Espacial Brasileira.	Matéria	Unidade	48	32	67%	5,00%	3,3%
Elaboração de cartilha com as principais ações para captação de recursos por meio de emendas parlamentares.	Cartilha	Unidade	1	1	100%	5,00%	5,0%
Acompanhamento dos projetos e atividades executados por meio de Termo de Execução Descentralizada (TED).	Termo de Execução Descentralizada	Percentual	80	80	100%	5,00%	5,0%
Publicação de Anúncio de Oportunidade do Programa Microgravidade.	Anúncio de Oportunidade	Unidade	1	0	0%	5,00%	0,0%
Entrega de modelo de voo de um nanossatélite.	Modelo de Voo	Percentual	100	80	80%	5,00%	4,0%
Divulgação das atividades da AEB para organizações parceiras, entidades de classe, representantes do setor empresarial e afins em São José dos Campos e região	Reunião realizada	Unidade	13	4	31%	5,00%	1,5%
Entrega de releases para o Observatório do Setor Espacial Brasileiro (OSEB).	Release	Unidade	2	1	50%	5,00%	2,5%
Proposição de instrumento de cooperação técnica.	Instrumento de cooperação técnica	Unidade	1	0	0%	5,00%	0,0%
Realização de eventos de interesse da AEB e do Programa Espacial Brasileiro.	Evento	Unidade	1	0	0%	5,00%	0,0%
Análise de proposta de missão espacial visando habilitação para adoção pela AEB.	Relatório Técnico	Unidade	1	0	0%	5,00%	0,0%
Incentivo à capacitação técnica e científica para formação de novas competências na área espacial.	Capacitação	Unidade	10	9	90%	5,00%	4,5%
Atualização do Catálogo da Indústria Espacial Brasileira.	Catálogo	Unidade	1	0	0%	5,00%	0,0%
Publicação dos Regulamentos Espaciais Brasileiros (REB).	Regulamento	Unidade	2	0	0%	5,00%	0,0%

Meta	Produto	Medida	Planejado	Executado	Resultado	Peso	Resultado ponderado
Participação de escolas da rede municipal de Parnamirin (RN) em capacitações promovidas pelo CVT ESPACIAL AUGUSTO SEVERO.	Escola	Unidade	10	10	100%	5,00%	5,0%
Implementação do Programa de Gestão e Desempenho (PGD).	Programa	Unidade	1	0	0%	5,00%	0,0%
Realização de oficinas de conscientização e treinamento.	Oficina	Unidade	4	1	25%	5,00%	1,3%
Eficácia da execução orçamentária do Programa Espacial Brasileiro.	Orçamento	Percentual	100	88	88%	5,00%	4,4%
Promoção da cultura de Segurança da Informação e Comunicação (SIC).	Eventos	Unidade	4	2	50%	5,00%	2,5%
Atendimento de solicitações do MCTI/SUV e/ou COEVI.	Processo	Percentual	75	75	100%	3,50%	3,5%
Tratamento das manifestações recebidas pelo sistema Fala.BR.	Manifestação	Percentual	75	75	100%	3,50%	3,5%
Atendimento das pendências levantadas pela CGU em relação à Transparência Ativa.	Pendência	Percentual	50	0	0%	3,00%	0,0%
Total							46,0%

ANEXOS CONTRATAÇÕES

ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

Setor requisitante	Contratada	Objeto	Nº Processo	Nº Contrato	Modalidade	Início Vigência	Término Vigência	Valor empenho	Valor da Contratação
COAD	Rádio Taxi Capital Fortaleza LTDA - EPP	Transporte terrestre de servidores de RN (TáxiGov)	1212/2020-59	05/2022	ARP - 38/2021 ME	21/03/2022	21/03/2023	R\$ 15.279,00	R\$ 15.279,00
CCS	SHOWCASE PRO TECNOLOGIA LTDA	Contratação da prestação de serviços de acessibilidade à informação e à comunicação, com possibilidade de auxílio de tecnologia assistiva	799/2021-60	08/2022	ARP 44/2021 - ME - PARTÍCIPE	12/05/2022	12/05/2023	R\$ 88.623,92	R\$ 88.623,92
DSG	Prime Consultoria e Assessoria Empresarial LTDA.	Contratação de empresa de Adm. e gerenciamento de frotas para intermediação de abastecimento de combustíveis	456/2022-86	09/2022	ARP do Pregão Eletrônico nº 003/2021/FUNAI	06/06/2022	06/06/2023	R\$ 93.692,60	R\$ 93.692,60
URMA	Portento Construções	Locação de veículos leves e pesados para a URMA	1075/2022-14	13/2022	ARP - 04/2022 - 19º Batalhão de Caçadores - Pregão nº 02/2022	29/07/2022	29/07/2023	R\$ 35.200,00	R\$ 84.480,00

Setor requisitante	Contratada	Objeto	Nº Processo	Nº Contrato	Modalidade	Início Vigência	Término Vigência	Valor empenho	Valor da Contratação
DEDH/CGP	Clínica Reabilitar Eireli	Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de imunização preventiva contra a gripe	991/2022-37	14/2022	ARP 05/2022 do Pregão Eletrônico nº 06/2022	09/08/2022	09/12/2022	R\$ 5.448,45	R\$ 5.448,45
CTIC	Torino Informática LTDA	Aquisição de notebooks de uso comum, para atender às necessidades de recursos tecnológicos dos colaboradores em geral, quando em deslocamento fora das dependências da AEB ou em atividades internas fora das estações de trabalho, e às atividades do Centro de Vocação Tecnológico (CVT) a cargo da Unidade Regional do Rio Grande do Norte em Natal (URRN).	1151/2022-91	Contrato nº 25/2022	ARP Nº 15/2021 do Pregão Eletrônico nº 36/2021	08/11/2022	08/11/2023	R\$ 515.250,00	R\$ 515.250,00
VALOR TOTAL:								R\$ 753.493,97	R\$ 802.773,97

TABELA 1

DISPENSA DE LICITAÇÃO

Contratada	Processo	Objeto	Fundamento	Contrato/ Nota de Empenho	Nº Dispensa	Valor total	Valor empenhado
Porto Seguro	01350.001810/2020-28	Contratação de empresa especializada para prestação de serviço de seguro veicular - com cobertura total - para atender a frota de (03) três veículos pertencentes à Agência Espacial Brasileira.	Art. 24, inciso II da Lei nº 8.666/93	Contrato nº 01/2022	Dispensa nº 02/2022	R\$ 5.719,06	R\$ 5.719,06
J&K Comércio e Serviços Fotográficos LTDA	01350.000074/2022-52	Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de impressão, em papel fotográfico, e emolduramento, sem vidro com moldura reta preta 3cm, de 30 fotos, para permitir a realização de exposição fotográfica no evento de celebração do aniversário de 28 anos da Agência Espacial Brasileira - AEB, em Brasília - DF.	Art. 24, inciso II da Lei nº 8.666/93	2022NE000052	Dispensa nº 04/2022	R\$ 7.310,95	R\$ 7.310,95
V&P COMÉRCIO DE BRINDES E SERVIÇOS LTDA	01350.000021/2022-31	Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de confecção de medalhas comemorativas para concessão de Honra ao Mérito.	Art. 24, inciso II da Lei nº 8.666/93	2022NE000039	Dispensa nº 05/2022	R\$ 3.782,40	R\$ 3.782,40
D21 Engenharia	01350.000232/2022-74	Contratação de empresa especializada para a aquisição de piso vinílico a ser utilizado no hall do elevador, nas ações de revitalização do gabinete da presidência.	Art. 24, inciso II da Lei nº 8.666/93	2022NE000070	Dispensa nº 06/2022	R\$ 9.800,00	R\$ 9.800,00

Contratada	Processo	Objeto	Fundamento	Contrato/ Nota de Empenho	Nº Dispensa	Valor total	Valor empenhado
Centro Automotivo Cordeiro (Elizangela Lucia do Nascimento Gontijo)	01350.000281/2022-15	Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de manutenção automotiva corretiva e preventiva nos 02 (dois) veículos da Agência Espacial Brasileira - AEB, sendo 01 (um) FIAT/LINEA, PLACA JIK – 2I75, ano 2009/2010 e 01 (um) FIAT/ SIENA, PLACA JIK – 2I85, ano 2009/2010.	Art. 24, inciso II da Lei nº 8.666/93	2022NE000095	Dispensa nº 09/2022	R\$ 2.217,00	R\$ 2.217,00
Productora Diemat Limitada	01350.000362/2022-15	Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de modulação de estandes para feiras e convenções para atuar na montagem e desmontagem de um estande da Agência Espacial Brasileira na Feria Internacional del Aire y del Espacio.	Art. 24, inciso II da Lei nº 8.666/93	2022NE000102	Dispensa nº 10/2022	R\$ 11.054,78	R\$ 11.054,78
AC Alumínios	01350.000297/2022-10	Aquisição de puxadores para janelas tipo basculante com esquadrias modelo MAXIM-AR, para as áreas interna do Bloco A, sede, da Agência Espacial Brasileira.	Art. 24, inciso II da Lei nº 8.666/93	2022NE000107	Dispensa nº 12/2022	R\$ 12.150,00	R\$ 12.150,00
VISUAL PVC COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA	01350.000388/2022-55	Contratação de serviço de confecção de itens de material de apoio e divulgação institucional	Art. 24, inciso II da Lei nº 8.666/93	2022NE000105	Dispensa nº 13/2022	R\$ 2.790,00	R\$ 2.790,00
Tricolluzy Rio Confeccões	01350.001006/2022-19	Aquisição de material de apoio, divulgação institucional e padronização das diretorias e coordenações da Agência Espacial Brasileira em eventos externos	Art. 75, inciso II da Lei nº 14.133/2021	2022NE000307	Dispensa nº 39/2022	R\$ 6.750,00	R\$ 6.750,00

Contratada	Processo	Objeto	Fundamento	Contrato/ Nota de Empenho	Nº Dispensa	Valor total	Valor empenhado
W&E COMERCIO DE BEBIDAS LTDA	01350.000420/2022-01	Contratação de empresa especializada no fornecimento de água mineral natural, sem gás, acondicionada em garrações com capacidade de 20 litros, além do fornecimento de garrações em regime de comodato, nas dependências e instalações da Agência Espacial Brasileira (AEB).	Art. 24, inciso II da Lei nº 8.666/93	2022NE000135	Dispensa nº 18/2022	R\$ 10.080,00	R\$ 10.080,00
Bruno dos Santos Correa	01350.000740/2022-52	Aquisição de material permanente do tipo: Suporte com base de solo móvel (com rodas) para televisor de 75 polegadas na cor preta ou branca.	Art. 24, inciso II da Lei nº 8.666/93	2022NE000185	Dispensa nº 24/2022	R\$ 2.850,00	R\$ 2.850,00
Comercial mais vidros LTDA	01350.000611/2022-64	Aquisição de lousa de vidro temperada para o Gabinete da Presidência da Agência Espacial Brasileira (AEB).	Art. 24, inciso II da Lei nº 8.666/93	2022NE000188	Dispensa nº 25/2022	R\$ 2.300,00	R\$ 2.300,00
Virtual Brindes	01350.000704/2022-99	Aquisição de material de apoio institucional - 200 (duzentas) unidades de Pasta Congresso/ Convenção Executiva A4 com bloco de anotações A4	Art. 24, inciso II da Lei nº 8.666/93	2022NE000207	Dispensa nº 27/2022	R\$ 11.160,00	R\$ 11.160,00
Newton Participações e Investimentos LTDA	01350.000576/2022-83	Locação de 1 sala comercial (nº2011), bairro do Tirol, zona Leste, em Natal – RN	Art. 24, inciso X da Lei nº 8.666/93	2022NE000241	Dispensa nº 30/2022	R\$ 310.561,80	R\$ 31.056,18
Graziella Maria Green & White Ray Tech Rafael Lima	01350.001267/2021-40	Aquisição aparelhos e utensílios de uso doméstico, do tipo forno de micro-ondas, refrigeradores, cafeteiras industriais e liquidificadores para a Agência Espacial Brasileira (AEB).	Art. 75, inciso II da Lei nº 14.133/2021	2022NE000097 2022NE000098 2020NE800099 2022NE800100	Dispensa nº 07/2022	R\$ 28.462,53	R\$ 24.310,00

Contratada	Processo	Objeto	Fundamento	Contrato/ Nota de Empenho	Nº Dispensa	Valor total	Valor empenhado
São Luis Promoções e Eventos EIRELI	01350.000404/2022-18	Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de modulação de estandes para feiras e convenções para viabilizar a participação da Agência Espacial Brasileira (AEB) na Feira do Empreendedor no período de 31 de março a 3 de abril de 2022, das 10h às 22h, no Multicenter Negócios e Eventos, São Luís/MA.	Art. 75, inciso II da Lei nº 14.133/2021	2022NE000106	Dispensa nº 14/2022	R\$ 35.000,00	R\$ 35.000,00
Logiway Tecnologia Bakmar Eletronica Davi de Souza Feitosa	01350.000421/2022-47	Aquisição de Solução de videoconferência voltada para salas de reuniões de médio/ grande porte.	Art. 75, inciso II da Lei nº 14.133/2021	2022NE000115 2022NE000116 2022NE000117 2022NE000118	Dispensa nº 15/2022	R\$ 38.651,86	R\$ 38.651,86
Nogueira Soluções Comerciais Refrigeração IV Centenario Eireli	01350.000389/2022-08	Aquisição de 10 (dez) purificadores de água, 01 (um) bebedouro industrial e 01 (uma) máquina de gelo, todos com filtros sobressalentes originais do fabricante a serem instalados no Bloco A e F da Agência Espacial Brasileira - AEB.	Art. 75, inciso II da Lei nº 14.133/2021	2022NE000151 2022NE000158	Dispensa nº 17/2022	R\$ 18.689,00	R\$ 18.689,00
Raimundo Nonato Nogueira da Silva	01350.000488/2022-81	Aquisição de 03 (três) televisores Smart TV 75 polegadas, para visualização e transmissão de áudio e vídeo em reuniões de webconferência nas salas de reunião do Conselho e Presidência da Agência Espacial Brasileira - AEB.	Art. 75, inciso II da Lei nº 14.133/2021	2022NE000150	Dispensa nº 19/2022	R\$ 18.261,00	R\$ 18.261,00

Contratada	Processo	Objeto	Fundamento	Contrato/ Nota de Empenho	Nº Dispensa	Valor total	Valor empenhado
PRÓ STANDS	01350.000471/2022-24	Contratação de empresa especializada na prestação de serviço de modulação de estandes para feiras e convenções para viabilizar a participação da Agência Espacial Brasileira (AEB) na II SC Expo Defense - Feira de Tecnologias e Produtos de Defesa, realizada nos dias 19 e 20 de maio de 2022, na cidade de Florianópolis/SC.	Art. 75, inciso II da Lei nº 14.133/2021	2022NE000159	Dispensa nº 20/2022	R\$ 7.500,00	R\$ 7.500,00
Brasoftware Informatica LTDA	01350.000511/2022-38	Aquisição de licenças de uso de softwares Microsoft Exchange Server Standard (Licenciamento perpétuo) com direitos de atualização, pelo período de 36 meses a serem utilizados pela Agência Espacial Brasileira - AEB.	Art. 75, inciso II da Lei nº 14.133/2021	2022NE000165	Dispensa nº 21/2022	R\$ 16.345,58	R\$ 16.345,58
PLANO "A" COMÉRCIO DE PRODUTOS PROMOCIONAIS	01350.000628/2022-11	Contratação de empresa para confecção de 5.000 (cinco mil) mochilas.	Art. 75, inciso II da Lei nº 14.133/2021	2022NE000171	Dispensa nº 22/2022	R\$ 51.000,00	R\$ 51.000,00
VISUAL PVC COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA	01350.000666/2022-74	Contratação de empresa para confecção de 5.000 (cinco mil) cordões para crachá.	Art. 75, inciso II da Lei nº 14.133/2021	2022NE000170	Dispensa nº 23/2022	R\$ 12.250,00	R\$ 12.250,00
Gabriel de Araujo Azarias Fernanda Ambrosio Alcantara Green & White Arthur Medeiros F&R Soluções Gabriel Lopes Menezes	01350.000539/2022-75	Aquisição de equipamentos para produção de conteúdo audiovisual relacionado às ações desenvolvidas pela Agência Espacial Brasileira (AEB) e cobertura de participação em eventos e feiras de interesse desta Agência.	Art. 75, inciso II da Lei nº 14.133/2021	2022NE000221 2022NE000222 2020NE000223 2022NE000224 2022NE000225 2022NE000226	Dispensa nº 26/2022	R\$ 26.464,60	R\$ 26.464,60
SOLO NETWORK BRASIL S.A	01350.000651/2022-14	Aquisição de licenças de uso de licenças Power BI PRO	Art. 75, inciso II da Lei nº 14.133/2021	2022NE000233	Dispensa nº 29/2022	R\$ 23.795,24	R\$ 23.795,24

Contratada	Processo	Objeto	Fundamento	Contrato/ Nota de Empenho	Nº Dispensa	Valor total	Valor empenhado
TIE TAPETES	01350.000556/2022-11	Contratação de empresa para confecção de 10 (dez) capachos personalizados	Art. 75, inciso II da Lei nº 14.133/2021	2022NE000232	Dispensa nº 28/2022	R\$ 4.440,00	R\$ 4.440,00
SEISELLES LOGISTICA	01350.000986/2022-24	Contratação do serviço de assinatura digital anual da Revista Veja e dos Jornais Valor Econômico e Correio Braziliense	Art. 75, inciso II da Lei nº 14.133/2021	2022NE000257	Dispensa nº 31/2022	R\$ 990,00	R\$ 990,00
Sólides Tecnologia S/A	01350.000597/2022-07	Sistema de Gestão por Competência e Avaliação de Desempenho e Desenvolvimento de Pessoas	Art. 75, inciso II da Lei nº 14.133/2021	2022NE000273	Dispensa nº 33/2022	R\$ 40.219,20	R\$ 40.219,20
Wetalk Tecnologia da Informação LTDA	01350.000817/2022-94	Aquisição de licenças para serviço de Webconferência	Art. 75, inciso II da Lei nº 14.133/2021	2022NE000294	Dispensa nº 35/2022	R\$ 38.280,00	R\$ 38.280,00
Depositphotos Licenciamento EIRELI	01350.000553/2022-79	Aquisição de Licença de Banco de imagens, vídeo e trilha sonora	Art. 75, inciso II da Lei nº 14.133/2021	2022NE000295	Dispensa nº 36/2022	R\$ 39.899,00	R\$ 39.899,00
VISUAL PVC COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA PLANO A COMERCIO DE PRODUTOS PROMO	01350.0001076/2022-69	Contratação de empresa para confecção de cordões e bottons de identificação.	Art. 75, inciso II da Lei nº 14.133/2021	2022NE000299	Dispensa de Licitação nº 38/2022	R\$ 8.040,00	R\$ 8.040,00
Leia Carvalho Rodrigues	01350.001006/2022-19	Aquisição de material de divulgação institucional da Agência Espacial Brasileira em eventos externos	Art. 75, inciso II da Lei nº 14.133/2021	2022NE000308	Dispensa de Licitação nº 39/2022	R\$ 11.950,00	R\$ 11.950,00
Criar e Animar	01350.000494/2022-39	Contratação de empresa para confecção de réplica do macacão do astronauta brasileiro	Art. 75, inciso II da Lei nº 14.133/2021	2022NE000319	Dispensa de Licitação nº 41/2022	R\$ 16.470,00	R\$ 16.470,00
T7 Comércio de Materiais	01350.001172/2022-15	Aquisição de material de divulgação institucional da Agência Espacial Brasileira em eventos externos	Art. 75, inciso II da Lei nº 14.133/2021	2022NE000322	Dispensa de Licitação nº 40/2022	R\$ 3.480,00	R\$ 3.480,00

Contratada	Processo	Objeto	Fundamento	Contrato/ Nota de Empenho	Nº Dispensa	Valor total	Valor empenhado
Pontual Brindes	01350.001172/2022-15	Aquisição de material de divulgação institucional da Agência Espacial Brasileira em eventos externos	Art. 75, inciso II da Lei nº 14.133/2021	2022NE000323	Dispensa de Licitação nº 42/2022	R\$ 18.350,00	R\$ 18.350,00
Seiselles Distribuição e Logística EIRELI	01350.001141/2022-56	Contratação do serviço de assinatura digital anual dos jornais - Folha de São Paulo, O Estado de São Paulo e O Globo	Art. 75, inciso II da Lei nº 14.133/2021	2022NE000351	Dispensa de Licitação nº 43/2022	R\$ 2.760,00	R\$ 2.760,00
JOAO BATISTA ALVES GUIMARAES LTDA	01350.001228/2022-23	Contratação de empresa especializada para elaboração de projeto básico e fabricação de letra caixa, a ser instalada em frente ao bloco A, sede da Agência Espacial Brasileira.	Art. 75, inciso II da Lei nº 14.133/2021	2022NE000331	Dispensa de Licitação nº 44/2022	R\$ 10.980,00	R\$ 10.980,00
A Casa das Molduras LTDA-ME	01350.001370/2022-71	Contratação de serviço de confecção de 2 (dois) quadros emoldurados, a serem expostos na sala de conferência da AEB.	Art. 75, inciso II da Lei nº 14.133/2021	2022NE000350	Dispensa de Licitação nº 47/2022	R\$ 3.387,93	R\$ 3.387,93
Iacrilicos Comercio e Serviços EIRELI	01350.001171/2022-62	Aquisição de defletores de ar, para equipamentos de evaporadores de ares-condicionados a serem instalados na ala do staff do Gabinete da Agência Espacial Brasileira	Art. 75, inciso II da Lei nº 14.133/2021	2022NE000358	Dispensa de Licitação nº 45/2022	R\$ 3.937,20	R\$ 3.937,20
MCB Cursos e Treinamentos LTDA (INFLUX IDIOMAS)	01350.001054/2022-07	Contratação de empresa especializada para prestação de curso da língua estrangeira espanhol na modalidade in company, com foco em conversação profissional.	Art. 75, inciso II da Lei nº 14.133/2021	2022NE000361	Dispensa de Licitação nº 46/2022	R\$ 27.360,00	R\$ 27.360,00
T&S Comércio de Confeccões LTDA	01350.000379/2022-64	Aquisição de camisetas para o evento 3º Simpósio Latino-americano e o 5º Workshop Latino-americano de Cubesats da IAA	Art. 75, inciso II da Lei nº 14.133/2021	2022NE000373	Dispensa de Licitação nº 49/2022	R\$ 4.500,00	R\$ 4.500,00

Contratada	Processo	Objeto	Fundamento	Contrato/ Nota de Empenho	Nº Dispensa	Valor total	Valor empenhado
Santa Paula Medicina	01350.000136/2022-26	Contratação de serviço laboratorial de testagem de COVID E INFLUENZA com PAINEL MOLECULAR PARA SARS-COV-2, INFLUENZA A, INFLUENZA B, e Vírus Sincial, por material da secreção nazofaringe e orofaringe, por meio do método de reação em cadeia da polimerase em tempo real (RT-PCR).	Art. 2, inciso I da Lei nº 14.217/2021	Contrato nº 04/2022	Dispensa nº 08/2022	R\$ 250.000,00	R\$ 199.220,00
Cesar Paisagismo Ltda	01350.001490/2022-78	Contratação de empresa especializada em serviços de manutenção de jardins da Agência Espacial Brasileira (AEB)	Art. 75, inciso II da Lei nº 14.133/2021	Contrato nº 34/2022	Dispensa de Licitação nº 50/2022	R\$ 54.000,00	R\$ 54.000,00
Casa da Moeda do Brasil - CMB	01350.001371/2022-15	Contratação de empresa para confecção de medalhas	Art. 75, inciso II da Lei nº 14.133/2021	2022NE000432	Dispensa de Licitação nº 54/2022	R\$ 51.000,00	R\$ 51.000,00
Advance System Elevadores LTDA	01350.000821/2022-52	Contratação de empresa para prestação de serviço comum de engenharia de assistência técnica em 2 (dois) elevadores, manutenção preventiva e corretiva, com fornecimento de peças		Contrato nº 17/2022	Dispensa Eletrônica 32/2022	R\$ 21.360,00	R\$ 21.360,00
Valor total						R\$ 949.150,33	R\$ 1.329.435,95

TABELA 2

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

Setor requisitante	Contratada	Objeto	Nº Processo	Nº Contrato	Modalidade	Início Vigência	Término Vigência	Valor empenho	Valor da Contratação
COAD	ELO Consultoria Empresarial	Contratação do curso de capacitação "Contratação Direta sem licitação - Segundo a Nova Lei de Licitações e Contratos - Dispensa e Inexigibilidade de Licitação"	546/2022-77	NE 164	Inexigibilidade nº 22/2022 (Lei nº 14.133/21)	05/05/2022	05/05/2023	R\$ 4.920,00	R\$ 4.920,00
DIPA	NP TECNOLOGIA E GESTÃO DE DADOS LTDA	Aquisição de Licença para utilização do sistema "Banco de Preços".	454/2022-97	NE 237	Inexigibilidade nº 03/2022 (Lei nº 14.133/21)	30/06/2022	30/06/2023	R\$ 41.287,00	R\$ 41.287,00
DPOA	International Space University	Curso de aperfeiçoamento	748/2022-19	NE 231	Inexigibilidade nº 02/2022 (Lei nº 14.133/21)	24/06/2022	24/06/2023	R\$ 104.747,00	R\$ 104.747,00
PF	TDS Academy Educação, Treinamento e Consultoria Empresarial LTDA.	Contratação de curso intitulado "Decisões baseadas em dados - Locus Software"	848/2022-45	NE 239	Inexigibilidade nº 04/2022 (Lei nº 14.133/21)	05/07/2022	05/07/2023	R\$ 990,90	R\$ 990,90
URSJC	TAS CENEVIVA	Contratação de serviço de aluguel de 1 (um) televisor exclusivo para integrar o stand da Agência Espacial Brasileira (AEB), durante os cinco dias do evento Farnborough International Airshow 2022	1029/2022-15	NE 268	Inexigibilidade nº 06/2022 - Lei nº 14.133/21	19/07/2022	19/07/2023	R\$ 1.904,00	R\$ 1.904,00
DIEN	ABNT	Renovação Associativa Anual junto a Associação Brasileira de Normas Técnicas	1046/2022-52	NE 276	Inexigibilidade nº 07/2022 - Lei nº 14.133/21	25/07/2022	25/07/2023	R\$ 5.650,00	R\$ 5.650,00
DPOA	Centthor SAS	Contratação de empresa especializada na prestação de serviço de modulação de estandes para feiras e convenções para execução de atividades no âmbito da 73ª edição do Congresso Internacional de Astronáutica - IAC 2022	1043/2022-19	NE 296	Inexigibilidade nº 08/2022 - Lei nº 8.666/93	12/08/2022	12/08/2023	R\$ 238.228,74	R\$ 238.228,74

Setor requisitante	Contratada	Objeto	Nº Processo	Nº Contrato	Modalidade	Início Vigência	Término Vigência	Valor empenho	Valor da Contratação
DSEG	PX2B SOLUÇÕES DE INFORMÁTICA LTDA	Aquisição de solução para gestão de tarefas, produtividade e controle de demandas	814/2022-51	NE 320	Inexigibilidade nº 10/2022 - Lei nº 14.133/21	23/08/2022	23/08/2023	R\$ 174.720,00	R\$ 174.720,00
DEDH	ILP INSTITUTO DE EDUCACAO LTDA	Contratação de instituição de ensino para prestação de serviço de capacitação dos servidores e colaboradores da AEB	1095/2022-95	15/2022	Inexigibilidade nº 23/2022 - Lei nº 14.133/21	23/08/2022	23/11/2022	R\$ 229.978,00	R\$ 229.978,00
DEDH	SAD Consultoria LTDA	Contratação de empresa consultoria <i>Great Place To Work - GPTW</i> para orientar a área de Gestão de Pessoas da Agência Espacial Brasileira	1130/2022-76	NE 377	Inexigibilidade nº 14/2022	24/10/2022	24/10/2023	R\$ 19.068,00	R\$ 19.068,00
DIEN	ABNT	Renovação da assinatura do ABNT Coleção	1046/2022-52	NE 413	Inexigibilidade nº 16/2022	15/12/2022	15/12/2023	R\$ 9.879,40	R\$ 9.879,40
DIEN	SAS Euroconsult	Aquisição de relatórios técnicos especializados sobre o setor espacial formulados pela empresa Euroconsult	1650/2022-89	NE 435	Inexigibilidade nº 19/2022	23/12/2022	23/12/2023	R\$ 117.352,00	R\$ 117.352,00
VALOR TOTAL:								R\$ 948.725,04	R\$ 948.725,04

TABELA 3

PREGÃO ELETRÔNICO

Setor requisitante	Contratada	Objeto	Nº Processo	Nº Contrato	Modalidade	Início Vigência	Término Vigência	Valor empenho	Valor da Contratação
CTIC	GLOBALWEB OUTSOURCING DO BRASIL S/A.	Serviços de Service Desk (com suporte de atendimento remoto e presencial)	1061/2021-10	07/2022	Pregão Eletrônico nº 02/2022	31/03/2022	31/03/2023	R\$ 1.615.559,52	R\$ 1.615.559,52
DIEN	ATOM TECNOLOGIA EM INFORMAÇÃO LTDA	Solução de Tecnologia da Informação SINGULAR	2382/2019-17	06/2022	Pregão Eletrônico nº 01/2022	01/04/2022	01/04/2023	R\$ 541.500,00	R\$ 541.500,00
DGEP	Calc Informatica Comércio Power Tecnologia Squatto Labs Scorpion Informatica Licitec Tecnologia 3D Labor	Aquisição de Materiais de TI para Nanossatélite	1767/2020-09	NE 152/ NE 153/ NE 154/ NE 155/ NE 156/ NE 157	Pregão Eletrônico nº 14/2021	29/04/2022	29/04/2023	R\$ 146.551,95	R\$ 146.551,95
DIAP	HR Comercio e Serviços EIRELI Preventiva Informática Comercial LTDA 3S Informatica LTDA	Aquisição de suprimentos de impressoras multifuncionais, colorida modelo (Lexmark Cx625adhe) e monocromática (Lexmark MX622adhe) - ITEM 5	969/2022-97	22/2022 23/2022 24/2022	Pregão eletrônico nº 04/2022	14/10/2022	14/10/2023	R\$ 78.682,90	R\$ 78.682,90
COAD	Esplanada Serviços	Apoio Administrativo para Brasília-DF	388/2021-74	33/2021	Pregão eletrônico nº 06/2021	06/01/2022	06/01/2023	R\$ 6.599.607,89	R\$ 6.859.912,29
DSG	CDV Comercial de Alimentos	Aquisição de materiais de consumo, materiais de limpeza e utensílios para copa	1281/2021-43	40/2022 42/2022	Pregão nº 13/2021	03/03/2022	03/03/2023	R\$ 130.648,06	R\$ 130.648,06
DIAP	Sandu Comércio Green & White YS Dias ATT Comércio	Aquisição de Lixeiras para uso nos ambientes da AEB.	678/2022-07	18/2022 19/2022 20/2022 21/2022	ARP Nº 002/2022-Nº 003/2022- Nº 004/2022- Nº 005/2022 do Pregão Eletrônico nº 03/2022	26/09/2022	26/09/2023	R\$ 28.567,90	R\$ 28.567,90

Setor requisitante	Contratada	Objeto	Nº Processo	Nº Contrato	Modalidade	Início Vigência	Término Vigência	Valor empenho	Valor da Contratação
DIAP	MP Importação, Exportação, Produtos e Serviços Eireli, Candango Atacarejo Distribuidora e Comércio Varejista de Eletrodoméstico Ltda Treebuy Ltda Comercial Vanguardia Eireli Augusto Cesar Makoul Gasperin Argos Ltda Comercial Unipro Ltda SMS Comércio e Serviços Eireli	aquisição de material permanente do tipo eletroeletrônicos, eletrodomésticos e suportes de TV	925/2022-67	26/2022 27/2022 28/2022 29/2022 30/2022 31/2022 32/2022 33/2022	Pregão Eletrônico nº 5/2022	22/11/2022	22/11/2023	R\$ 58.210,22	R\$ 58.210,22
CTIC	Fator X Tecnologia Digital LTDA	Aquisição de 15 (quinze) computadores de alto desempenho	1361/2022-80	35/2022	Pregão Eletrônico nº 06/2022	07/12/2022	07/12/2023	R\$ 119.025,00	R\$ 119.025,00
Valor Total								R\$ 9.278.353,44	R\$ 9.578.657,85

TABELA 4

RENOVAÇÕES CONTRATUAIS

Contratada	Objeto	TA	Nº Processo	Nº Contrato	Modalidade	Início da Vigência	Término da Vigência	Valor do empenho	Valor da Contratação
Money Turismo	Contratação de serviços continuados de agenciamento de viagens para voos regulares internacionais e domésticos	2º	2430/2019-77	004/2020	Pregão Eletrônico nº 01/2020	16/03/2022	16/03/2023	R\$ 1.354.007,21	R\$ 1.568.500,65
Investcar	Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de transporte executivo	1º	2000/2020-99	003/2021	Pregão Eletrônico nº 01/2021	12/03/2022	12/03/2023	R\$ 159.391,53	R\$ 212.544,00
ECT	Contratação da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos - ECT	4º	60/2018-52	9,912E+09	Inexigibilidade de Licitação	10/04/2022	10/04/2023	R\$ 18.055,55	R\$ 25.000,00
SERPRO	Serviço DaaS	3º	1181/2019-01	007/2020	Inexigibilidade de Licitação nº 08/2020	22/05/2022	22/05/2023	R\$ 209.006,96	R\$ 358.297,68
Gráfica Movimento	Serviços de impressão gráfica e diagramação	4º	25/2018-33	008/2018	ARP - 04/2017- CONFEA	18/06/2022	18/06/2023	R\$ 718.485,75	R\$ 718.485,75
SESI-DF	Serviços ofertados pelos SESI-DF/Sistema Fibra	2º	847/2021-10	15/2021	Dispensa de Licitação nº 35/2021	26/07/2022	26/07/2023	R\$ 264.145,72	R\$ 290.605,72
Golden Soluções	Organização de eventos	1º	678/2021-18	17/2021	ARP - 12/ANA/2020	03/08/2021	03/08/2022	R\$ 633.915,00	R\$ 808.415,00
Rei de Ouro	Contratação de serviços de Transporte Mobiliário	1º	342/2021-55	18/2021	ARP- 01/2021/ICMBIO/MMA	24/08/2022	24/08/2023	R\$ 245.257,40	R\$ 274.418,70
Parque Tecnológico	Acordo de Cooperação Técnica	3º	1348/2019-25	ACT 5/2019	ACT	08/10/2022	08/10/2023	R\$ -	R\$ 27.333,00
Vip Service Club	Contratação de transporte terrestre ou agenciamento e intermediação de transporte terrestre	3º	2176/2019-15	09/2019	Pregão Eletrônico nº 01/2019 - ME	15/10/2022	15/10/2023	R\$ 34.909,10	R\$ 117.281,35
Arvvo Tecnologia	Fornecimento de equipamentos de proteção de rede firewall	1º	1919/2020-65	22/2021	Pregão eletrônico nº 09/2021	22/10/2022	22/10/2023	R\$ 85.000,00	R\$ 85.000,00

Contratada	Objeto	TA	Nº Processo	Nº Contrato	Modalidade	Início da Vigência	Término da Vigência	Valor do empenho	Valor da Contratação
Arvo Tecnologia	Contratação de empresa especializada na atualização, expansão, aquisição e sustentação de software e equipamentos de Solução Integrada de Backup do fabricante VERITAS.	3º	834/2019-26	10/2019	Pregão eletrônico nº 21/2018	08/11/2022	07/11/2022	R\$ 186.768,00	R\$ 186.768,00
PA Arquivos	Contratação de serviços de tratamento documental e informacional, incluindo atividades de organização e tratamento técnico do Acervo Arquivístico.	2º	1246/2020-43	23/2021	Pregão eletrônico nº 10/2021	28/10/2022	15/12/2022	R\$ 201.090,00	R\$ 201.090,00
C2H Soluções	Contratação de serviços de aquisição, instalação e treinamento em sistemas de circuito fechado de TV, sistema de controle de acesso de pessoas e sistema de patrimônio.	1º	896/2020-71	24/2021	Pregão por SRP Nº 07/2021	11/11/2022	10/11/2023	R\$ 612.331,73	R\$ 612.331,73
Teltex	Contratação de serviços de aquisição, instalação e treinamento em sistemas de circuito fechado de TV, sistema de controle de acesso de pessoas e sistema de patrimônio.	1º	896/2020-71	25/2021	Pregão por SRP Nº 07/2021	11/11/2022	10/11/2023	R\$ 492.021,58	R\$ 492.021,58
Teltex	Contratação de serviços de aquisição, instalação e treinamento em sistemas de circuito fechado de TV, sistema de controle de acesso de pessoas e sistema de patrimônio.	1º	896/2020-71	26/2021	Pregão por SRP Nº 07/2021	11/11/2022	10/11/2023	R\$ 203.585,90	R\$ 203.585,90

Contratada	Objeto	TA	Nº Processo	Nº Contrato	Modalidade	Início da Vigência	Término da Vigência	Valor do empenho	Valor da Contratação
GLS Engenharia	Contratação de empresa para a prestação de serviços de manutenção preventiva, preditiva e corretiva com suporte técnico e fornecimento de peças para a sala segura da Agência Espacial Brasileira - AEB e todos os seus subsistemas.	1º	2709/2019-51	21/2021	Pregão Eletrônico nº 03/2021	13/09/2022	12/09/2022	R\$ 361.878,30	R\$ 361.878,30
Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos - ECT	Contratação de produtos e serviços por meio de Pacote de Serviços dos CORREIOS	2º	1156/2020-52	Contrato nº 9912511804	Dispensa de Licitação nº 34/2020	01/11/2022	01/11/2023	R\$ 2.500,00	R\$ 15.000,00
Network Secure	Serviços de tecnologia voltadas para segurança da informação	1º	2917/2019-50	32/2021	Pregão Eletrônico nº 06/2020	19/11/2022	31/08/2023	R\$ 265.000,00	R\$ 265.000,00
Climática Engenharia Eireli	Contratação de empresa especializada para a prestação de serviços contínuos de engenharia de operação, de manutenção predial preventiva, preditiva e corretiva nas instalações	1º	1816/2020-03	37/2021	Pregão nº 08/2021	25/11/2022	24/11/2023	R\$ 877.464,93	R\$ 1.804.040,82
D&L Serviços	Apoio Administrativo para a URRN - Natal	1º	388/2021-74	34/2021	Pregão nº 06/2021	02/12/2022	01/12/2023	R\$ 364.878,00	R\$ 465.431,40
Plansul	Apoio Administrativo para a URSJC - São José dos Campos	1º	388/2021-74	35/2021	Pregão nº 06/2021	02/12/2022	01/12/2023	R\$ 352.546,80	R\$ 497.001,78
Supritech	Apoio Administrativo para a URMA - Maranhão	1º	388/2021-74	36/2021	Pregão nº 06/2021	02/12/2022	01/12/2023	R\$ 336.623,40	R\$ 441.958,80
Ágil	Contratação de empresa de vigilância	4º	1998/2018-90	25/2018	ARP - 23/2018 - ANA	31/12/2022	31/12/2023	R\$ 378.354,48	R\$ 378.354,48
VALOR TOTAL								R\$ 8.357.217,34	R\$ 10.410.344,64

TABELA 5

Equipe responsável

Diretoria de Planejamento, Orçamento e Administração

Consolidação do relatório

Erik Busnello Imbuzeiro

Jean Carlos Borges Brito

Sabrina Mendes

Wenn Wynn Coimbra Serra de Castro Vidal

Fotografia (capa e seções)

João Garrigó

Diagramação e capa

Gráfica Movimento

AGÊNCIA ESPACIAL BRASILEIRA

Setor Policial, Área 5, Quadra 3, Bloco A

CEP: 70.610-200, Brasília - DF

(61) 2033-4000

www.aeb.gov.br



gov.br/aeb



[@agenciaespacialbrasileira](https://www.facebook.com/agenciaespacialbrasileira)



[@agenciaespacialbrasileira](https://www.instagram.com/agenciaespacialbrasileira)



[AEBoficial](https://www.youtube.com/AEBoficial)



[/agenciaespacialbrasileira](https://www.linkedin.com/company/agenciaespacialbrasileira)



[@espacial_aeb](https://twitter.com/espacial_aeb)



[spoti.fi/3e99eVF](https://open.spotify.com/track/3e99eVF)



bit.ly/3fxXPPA